

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica

**Mães e filhas: da possível separação
à construção do espaço de concepção**

Lívia Mariane de Sousa Schechter

Rio de Janeiro

2014

Lívia Mariane de Sousa Schechter

Mães e filhas: da possível separação à construção do espaço de concepção

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Simone Perelson

Rio de Janeiro

Fevereiro/2014

S314

Schechter, Livia Mariane de Sousa.

Mães e filhas: da possível separação à construção do espaço de concepção / Livia Mariane de Sousa Schechter. Rio de Janeiro, 2014. 119f.

Orientadora: Simone Perelson.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2014.

1. Mães e filhas. 2. Maternidade – Aspectos psicológicos. 3. Separação (Psicologia). I. Perelson, Simone. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 155.6463

Mães e filhas: da possível separação à construção do espaço de concepção

Lívia Mariane de Sousa Schechter

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

Profª Drª Simone Perelson
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª Drª Marta Rezende Cardoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª Drª Claudia Amorim Garcia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Para todas as mulheres,
especialmente aquelas que
compartilharam comigo sua história.

AGRADECIMENTOS

À Profª Simone Perelson, pela acolhida ao meu projeto de pesquisa e pela orientação e revisão sempre cuidadosas ao longo de seu desenvolvimento.

À Profª Claudia Amorim Garcia, pelas contribuições valiosas durante o exame de qualificação, pelo incentivo e por aceitar fazer parte da banca de defesa.

À Profª Marta Rezende Cardoso, por aceitar solícitamente participar da banca de defesa e pela contribuição à minha formação.

À Profª Regina Herzog, pelas importantes contribuições feitas durante o exame de qualificação.

À Profª Ana Lila Lejarraga, pelo incentivo para que esse tema de pesquisa fosse levado ao Mestrado.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, pelas críticas e sugestões que em muito colaboraram com o projeto de pesquisa.

À Augusta Zana, pela amizade, apoio constante e pelas contribuições feitas a esse trabalho.

Aos amigos e colegas do Instituto de Estudos da Complexidade, especialmente a Tereza Mendonça Estarque, pelas trocas sempre frutíferas no campo da clínica psicanalítica.

Ao André, pelo amor e companheirismo com que conto há tantos anos e pelo apoio e paciência durante a elaboração desse trabalho.

À minha família, por todo o apoio e carinho que sempre recebi.

Aos meus amigos, pelos bons momentos e por sempre acreditarem em mim.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

RESUMO

SCHECHTER, Livia Mariane de Sousa. Mães e filhas: da possível separação à construção do espaço de concepção. Rio de Janeiro: 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O principal objetivo deste trabalho é estabelecer como o processo de separação entre mãe e filha pode se relacionar com a possibilidade de que a filha deseje e conceba filhos. Iniciamos nosso percurso pela obra de Freud, buscando identificar os impasses e descobertas que levaram o pai da psicanálise à constatação de que só é possível compreender uma mulher através de sua relação pré-edípica com a mãe. Nesse contexto, o motivo que levaria a menina a se separar da mãe para se voltar ao pai constitui para um Freud um enigma, que tomamos como questão. Propomos a hipótese de que a ambivalência infantil, ligada a um impulso à separação primordial, tem papel fundamental para retirar a criança de uma posição de dependência absoluta à mãe. Em seguida, discutimos o papel da função paterna e das identificações no processo de separação, sublinhando suas limitações no que diz respeito à retirada da menina do vínculo primário com a mãe. A partir de uma perspectiva intersubjetiva, sugerimos ainda que, ao lado da ambivalência infantil, a ambivalência materna também tem função separadora. Tendo desenvolvido essa discussão sobre a separação entre mãe e filha, passamos a articulá-la à possibilidade de que a filha se torne mãe. Para isso, investigamos as transformações que a gravidez provoca em uma mulher, com destaque para a revivescência do vínculo pré-edípico da mulher à mãe. Buscamos, então, relacionar essa condição à emergência do desejo de ter filhos, distinto da vontade de ser mãe, em que a interdição do incesto não produz efeitos. Finalmente, abordamos o funcionamento psíquico de certas mulheres impossibilitadas de conceber sem que haja para isso uma explicação médica. Propomos que a dificuldade de sustentar a ambivalência na relação com suas mães se torna um impasse à concepção para essas mulheres. A ambivalência se revela fundamental à separação entre mãe e filha e à construção de um espaço psíquico para a concepção.

Palavras-chave: mãe e filha; separação; ambivalência; concepção.

RESUMÉ

SCHECHTER, Livia Mariane de Sousa. Mères et filles: de la séparation possible à la construction de l'espace de conception. Rio de Janeiro: 2014. Dissertation (Maîtrise en Théorie Psychanalytique) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

L'objectif principal de ce travail est de déterminer comment le processus de séparation entre la mère et la fille peut se rapporter à la possibilité que la fille désire et conçoit des enfants. Notre parcours commence par l'oeuvre de Freud, pour identifier les impasses et les découvertes qui ont conduit le père de la psychanalyse à la conclusion qu'on ne peut pas comprendre une femme qu'à travers sa relation pré-œdipienne à sa mère. Dans ce contexte, la raison qui conduirait la fille à se séparer de la mère pour se tourner vers le père est un énigme pour Freud, lequel on prend comme question. Nous proposons l'hypothèse que l'ambivalence infantile, lié à une impulsion primaire à se séparer, a un rôle fondamental de retirer l'enfant d'une position de dépendance absolue à la mère. Ensuite, nous discutons le rôle de la fonction paternelle et des identifications dans le processus de séparation, en soulignant ses limites en ce qui concerne le retrait de la fille de la liaison primaire à la mère. À partir d'un point de vue intersubjectif, nous suggérons que, du côté de l'ambivalence de l'enfant, l'ambivalence maternelle a également fonction de séparation. Après avoir développé cette discussion sur la séparation entre mère et fille, nous passons à l'articuler à la possibilité que la fille devienne mère. Pour cela, nous examinons les changements que la grossesse provoque chez une femme, en particulier la reviviscence de la liaison pré-œdipienne de la femme à sa mère. Nous cherchons, alors, à rapporter cette condition à l'émergence du désir d'avoir des enfants, distincte de l'envie d'être mère, où l'interdiction de l'inceste est inefficace. Enfin, nous abordons le fonctionnement psychique de certaines femmes incapables de concevoir sans qu'il y ait une explication médicale pour leurs stérilités. Nous proposons que la difficulté de soutenir l'ambivalence à la relation avec leurs mères devient une impasse à la conception pour ces femmes. L'ambivalence s'avère fondamentale à la séparation entre la mère et la fille et à la construction d'un espace psychique pour la conception.

Mots-clés: mère et fille; séparation; ambivalence; conception.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1	
Freud e a descoberta da relação pré-edípica da menina com a mãe	15
1.1 – As histéricas e suas mães: o que Freud não quis escutar	16
1.2 – Descobertas e impasses	20
1.3 – Uma revisão da teoria da sexualidade	26
1.4 – Como uma menina se separa de sua mãe?	36
Capítulo 2	
A possível separação entre mãe e filha	45
2.1 – A onipotência materna e o impulso à separação	46
2.2 – A função paterna e as identificações	58
2.3 – A ambivalência materna e o narcisismo	68
Capítulo 3	
Quando a filha se torna mãe: a construção do espaço de concepção	79
3.1 – A maternidade e o <i>Unheimlich</i>	80
3.2 – Desejo de ter filhos ou vontade de ser mãe?	89
3.3 – Concepção e separação	98
Conclusão	107
Referências bibliográficas	116

Introdução

Na clínica psicanalítica, temos observado que o trabalho de análise com muitas pacientes mulheres se situa em torno de sua relação com suas mães e suas filhas. Mesmo que existam outras relações importantes na vida dessas mulheres, o vínculo entre mãe e filha apresenta uma especificidade em relação aos demais. A preocupação de que uma não repita a história da outra, além da marcante coexistência de adoração e ressentimento, se diferenciam, por exemplo, do que se passa entre mãe e filho. O fato de que essa observação vem se repetindo em nossa clínica, bem como em casos acompanhados por colegas com quem temos a oportunidade de dialogar, nos leva a questionar a inexistência, especialmente no Brasil, de maior variedade de trabalhos teóricos dedicados a essa questão.

Nosso interesse pelo assunto foi despertado durante a graduação em Psicologia na UFRJ, quando tivemos a oportunidade de atender, na Divisão de Psicologia Aplicada, alguns casos de mulheres jovens que se centravam em suas relações com suas mães. Para elas, o olhar da mãe representava algo que elas procuravam, mas do qual, ao mesmo tempo, buscavam se defender. O horror à passividade diante da mãe e a dependência da qual ela era objeto para essas moças ficava evidente. Mesmo as demonstrações de amor da mãe poderiam causar repulsa, por trazer, às vezes de maneira explícita, a referência a uma relação incestuosa, da qual era preciso se proteger. Nesse contexto, a possibilidade de se tornar mãe parecia algo ameaçador. Para uma dessas pacientes, isso levou à prática de abortos sucessivos, enquanto, para outra, havia a ideia consciente de que não era possível se tornar mãe até que sua relação com a própria mãe estivesse pacificada.

Em um momento posterior, atendendo na clínica social do Instituto de Estudos da Complexidade, tivemos a oportunidade de acompanhar alguns casos de mulheres em uma fase posterior da vida, mas igualmente aprisionadas em vínculos mãe-filha para o qual não viam saída – nesses casos, ocupando a posição de mães. Uma dessas mães, diante da adolescência de seu filho e de sua filha, ressentia muito o distanciamento do rapaz, mas questionava por que a filha permanecia tão dependente dela, temendo que a filha ficasse parecida com ela. Essa paciente teve, ela mesma, muita dificuldade em deixar de ser o centro da vida de sua própria mãe, situação da qual escapou por meio do casamento. Outra paciente, próxima da terceira idade, tinha uma queixa constante de que “sua família tinha parado”, pois suas irmãs já eram bisavós e ela não tinha nenhum neto. Essa paciente morava com suas duas filhas adultas, em um contexto de forte dependência entre as três, do qual o único filho parece ter

escapado. O impasse que se apresentava para ela se dava entre o desejo de continuidade da família e a impossível resolução do vínculo de dependência com as filhas, que fazia a mãe ocupar todo o espaço psíquico delas. A culpa das filhas em ter uma vida para além da mãe e o medo da mãe de não ter uma vida sem as filhas impediam essa resolução.

Partindo das primeiras observações clínicas que relatamos, passamos a estudar o tema da relação mãe e filha com o objetivo de produzir uma monografia de conclusão do curso de Psicologia. Nossa leitura se iniciou pelos textos de Freud dedicados à feminilidade, onde esperávamos encontrar as primeiras formulações psicanalíticas sobre o assunto. Ao longo desse estudo, vimos que, no tema da relação entre mãe e filha, se destacava a questão da separação da filha em relação à mãe. Essa foi a pergunta que Freud não conseguiu responder ao final de sua obra: como uma menina se separa de sua mãe? A proximidade entre essa interrogação feita por Freud e nossas observações clínicas, que apontavam para uma dificuldade de separação entre mãe e filha, fez essa questão assumir lugar central em nosso estudo.

Para prosseguir na elaboração da monografia, buscamos autores que comentassem os textos de Freud e indicassem caminhos de compreensão para a questão da separação entre mãe e filha. Encontramos nesse percurso o livro “A relação mãe e filha”, de Malvine Zalcberg (2003) e o livro “La sexualité féminine”, de Jacques André (1994). Uma obra intitulada “Mères et filles: la menace de l’identique” (2003), escrita por múltiplos autores e organizada por Jacques André, também foi de grande auxílio. Assim, um dos primeiros desafios que esse tema de pesquisa impôs foi a necessidade de busca de referências bibliográficas fora da literatura psicanalítica brasileira, onde eram escassas. O segundo desafio foi de aproximação à leitura de Freud pela perspectiva lacaniana, pois as poucas produções de psicanalistas brasileiros sobre o tema privilegiavam essa perspectiva, como é o caso do livro de Zalcberg. Nesse contexto, procuramos aproveitar as contribuições que essas obras poderiam oferecer, sem, contudo, tornar esta a abordagem preferencial de nosso trabalho.

Podemos, então, situar a primeira etapa do nosso percurso nesse tema de pesquisa no processo de elaboração da monografia. Ao final dessa etapa, conseguimos efetuar uma primeira aproximação aos textos de Freud sobre a feminilidade e buscamos, com o auxílio dos autores mencionados e de outros, responder a questão sobre a separação entre mãe e filha. Diante dessa tentativa, foram produzidas não apenas respostas possíveis, mas também novas perguntas, que indicavam a necessidade de continuidade da pesquisa. Diversos autores

estudados apontavam para uma relação possível entre a dificuldade de separação entre mãe e filha e alguns quadros sintomáticos, como os transtornos alimentares¹ e a infertilidade feminina sem causa orgânica conhecida². As duas vias de desdobramento do tema nos pareciam ricas, mas escolhemos privilegiar a segunda no Mestrado por se tratar de uma questão mais próxima a uma das linhas de pesquisa desenvolvidas pela Prof^ª Simone Perelson, orientadora deste projeto.

Ao longo das discussões sobre o projeto, porém, ficou claro que um estudo mais rico sobre a questão da infertilidade seria dificultado pelo fato de não termos uma inserção nesse campo da clínica. Por se tratar de uma proposta de estudo teórico que evoca imediatamente a prática clínica, recuamos diante dessa ideia para repensar o nosso problema de pesquisa. Voltando-nos para nossa clínica, vimos que a infertilidade seria um dos possíveis desdobramentos da relação entre a possibilidade de separação entre mãe e filha e a possibilidade de que a filha se torne mãe. A questão da separação nos pareceu estar intimamente ligada à questão da concepção, seja esta possível ou não, desejada ou não. Desse modo, passamos a nos dedicar ao seguinte problema: como o processo de separação entre mãe e filha pode se relacionar com a possibilidade da filha de desejar e conceber filhos?

Para construir nosso percurso em direção a possíveis respostas para esse problema, retornamos à leitura de Freud para situar a questão da separação entre mãe e filha de uma maneira mais precisa do que havíamos feito antes. Assim, o capítulo 1 deste trabalho tem o objetivo de apresentar os impasses e soluções encontrados por Freud no campo da sexualidade feminina que o levaram a propor, no final de sua obra, que a fase pré-edípica de relacionamento da menina com a mãe seria de fundamental importância para o destino da mulher. Partiremos dos primeiros estudos de Freud sobre a histeria, buscando identificar o que levou Freud a atribuir à figura paterna um lugar central nos investimentos amorosos da menina e a negligenciar a importância da figura materna nas análises de suas pacientes histéricas. O caso Dora (1905) será um exemplo privilegiado de como Freud não se deu conta no início de sua prática clínica do papel da mãe na vida de uma filha, insistindo em uma teoria do complexo de Édipo em que só havia lugar para o pai como objeto do amor da menina.

¹ Maria Helena Fernandes, com “Transtornos Alimentares” (2006), e Éric Bidaud, com “Anorexia” (1998) são exemplos.

² Sylvie Faure-Pragier, com “Défaut de transmission du maternel” (2003), e Annick Le Nestour, com “Quelques réflexions sur les relations précoces entre mère et bébé fille” (2003), ambos em *Mères et filles: la menace de l'identique*.

Traremos as contribuições de Serge André (2011) para nos auxiliar na discussão sobre esse caso.

Em seguida, mostraremos como alguns casos clínicos fizeram com que Freud se deparasse com a insuficiência de sua teoria do complexo de Édipo que até então vigorava. O primeiro desses casos, conhecido como o da jovem paranoica (1915a), revelou para Freud a existência de um forte vínculo à mãe nutrido pela menina no início da vida, no qual ela poderia permanecer fixada. Apesar dessa descoberta, Freud permanece decidido a sustentar sua teoria anterior do complexo de Édipo, o que pode ser observado no texto “Uma criança é espancada” (1919a). Veremos, também com a ajuda de Serge André (2011), que a tentativa empreendida nesse texto leva Freud a impasses ainda maiores, ligados a uma problemática resolução do Édipo para as meninas. Somente com um novo caso clínico, o famoso caso da jovem homossexual (1920), Freud é obrigado a reconhecer a existência de uma fase pré-edípica de ligação da menina à mãe que pode se tornar objeto de uma fixação. Esse caso provoca em Freud um movimento de reformulação de sua teoria da sexualidade, no sentido de contemplar suas novas descobertas.

Mostraremos, porém, como esse percurso não se constrói facilmente: no primeiro dos textos dessa fase (1923b), Freud tem dificuldade em tratar a sexualidade infantil para além do ponto de vista do menino. Se em 1924 o ponto de vista da menina sobre a diferença sexual começa a ser considerado, ainda faltam referências à recente descoberta da relação pré-edípica com a mãe. Somente em 1925 podemos situar uma verdadeira virada no pensamento freudiano sobre a feminilidade, ao afirmar que, no caso das meninas, “o complexo de Édipo tem uma longa pré-história e constitui, sob certos aspectos, uma formação secundária” (p. 280). Apesar dessa afirmação, Freud pouco se dedica nesse texto à investigação da fase pré-edípica da menina, voltando-se principalmente às noções de castração e inveja do pênis, bem como aos seus possíveis destinos para menina, dentre eles o complexo de Édipo e a feminilidade. Nesse contexto, os comentários de Maria Rita Khel (2008) serão esclarecedores sobre as limitações dessa nova teoria da sexualidade.

Somente na última fase de sua obra Freud publica dois trabalhos dedicados à feminilidade (1931; 1933) que conferem à relação pré-edípica da menina com a mãe um lugar central. Veremos, nos comentários a esses trabalhos, que Freud atribui à menina duas tarefas extras em relação às que cabem ao menino, sendo uma delas o foco de nossa discussão nesse capítulo: a mudança de objeto amoroso da mãe para o pai. A dificuldade em efetuar essa

mudança, ligada aos casos em que certas mulheres permanecem parcialmente ou completamente fixadas na relação inicial com a mãe, intriga Freud. Assim, ele propõe várias explicações para compreender o que leva a menina a abandonar uma relação tão intensa e exclusiva com a mãe. Dentre as hipóteses levantadas, elegeremos a ambivalência infantil como fator responsável pela separação entre mãe e filha, opinião compartilhada com Serge André (2011) e Jacques André (1994). A aproximação que Serge André (ibid.) faz entre a ambivalência infantil e a existência de um impulso à separação na criança será nosso ponto de partida para as discussões que se seguem. Levaremos ainda em consideração a proposta de Jacques André (op. cit.) segundo a qual a separação entre mãe e filha deve ser considerada a partir de um ponto de vista intersubjetivo, que traz à cena a existência da ambivalência da mãe ao lado da ambivalência da filha.

Desse modo, iniciaremos o capítulo 2 pela discussão sobre a natureza desse impulso à separação na criança e seu lugar diante da onipotência materna, fator ligado à dependência absoluta da criança em relação à mãe. Apresentaremos, de modo breve, diferentes abordagens teóricas que conferem à criança distintos graus de possibilidade de se separar da mãe, especialmente quando esta não colabora com esse processo. Em meio a essas diversas abordagens, situam-se autores como Donald Winnicott (1950/1955; 1963a) e André Green (1966-1967; 1993), bem como autores mais próximos a Jacques Lacan, como Malvine Zalcberg (2003), Serge André (2011) e Geneviève Morel (2008). Faremos uma crítica ao ponto de vista de Zalcberg, que parece encontrar um contraponto dentro da própria teoria lacaniana, com Serge André e particularmente com Morel. Em Winnicott buscaremos uma possibilidade de situar na criança um impulso à separação constituinte, mas apenas na teoria de Green, especialmente com sua noção de trabalho do negativo (1993) poderemos situar esse impulso no contexto do dualismo pulsional inerente à vida psíquica.

Para prosseguir na construção de uma explicação possível para a separação entre uma menina e sua mãe, deixaremos o campo das relações primárias e adentraremos o campo das relações triangulares estabelecidas pelo complexo de Édipo. Essa passagem é fundamental para estabelecermos diferenças entre a separação do menino e a da menina em relação à mãe. Nesse contexto, será preciso situar o lugar da função paterna, ao qual frequentemente é atribuído o papel de separação. Para isso, recorreremos novamente à teoria de Green (1981), buscando relativizar a equivalência entre o terceiro e a figura do pai – por mais que este frequentemente ocupe o lugar de terceiro – ao estabelecer as condições mínimas para que haja uma triangulação na relação da criança com a mãe. Também discutiremos a relação entre

separação e identificação, procurando estabelecer até que ponto a identificação é um mecanismo de separação e quais as especificidades das identificações e escolhas de objeto da menina no Édipo. No que se trata da identificação da menina com a mãe, recorreremos a autores que fazem uma leitura lacaniana de Freud, como Khel (2008), Zalcberg (2003) e Serge André (2011) para problematizar a possibilidade de abandono da fase pré-edípica pela menina. Questionamos, a partir desses autores, se a entrada do terceiro na relação pré-edípica da menina com a mãe e o conseqüente estabelecimento do complexo de Édipo têm o poder de retirá-la completamente desse vínculo primário.

Ainda no capítulo 2, seguiremos a indicação de Jacques André (1994) e traremos o ponto de vista da mãe para a discussão sobre a separação entre ela e a filha. Buscaremos demonstrar que a existência da ambivalência materna como fator de separação pode fornecer uma explicação para a existência de casos em que a separação se mostra possível e de outros em que se revela impossível. Faremos ainda um esforço de diferenciação entre a ambivalência materna dirigida a um filho ou a uma filha, contando principalmente com a contribuição de Claude Le Guen (1997). Considerando que estamos tratando dos investimentos da mãe sobre um ser que dela é dependente, nossa discussão será atravessada pela questão da constituição narcísica da criança, especialmente da menina, e sua relação com o narcisismo materno. Para falar sobre os casos em que o narcisismo materno se torna mortífero para a filha, traremos as ideias de Caroline Eliacheff e Nathalie Heinich (2004). Faremos ainda nova referência a algumas formulações de Jacques André (2003) e à teoria de Green sobre o narcisismo negativo (1966-1967) para abordar a relação entre narcisismo e pulsão de morte.

No capítulo 3, buscaremos articular tudo que foi discutido até então sobre a separação entre mãe e filha com a possibilidade de que a filha deseje filhos e possa concebê-los. Começaremos esse debate pela investigação das transformações psíquicas provocadas em uma mulher pela ocorrência de uma gravidez, amplamente relatadas por autores como Winnicott (1956), Green (1980) e Daniel Stern (1997). Interessa-nos, particularmente, ressaltar a revivescência da relação pré-edípica da mulher com sua mãe que se passa nesse período, algo definido por Monique Bydlowski (2001; 2006; 2008) como um estado de “transparência psíquica”. Nesse contexto, iremos sugerir uma aproximação entre o retorno dessas experiências primárias, que podem ser toleradas ou se tornarem insuportáveis, e a vivência do *unheimlich* como descrita por Freud em 1919.

Em seguida, buscaremos interrogar o lugar que o desejo de ter filhos pode assumir diante dessa reaproximação às representações sobre a mãe pré-edípica promovida pela gravidez. Se pudermos afirmar que uma possível separação da mãe está relacionada à possibilidade de desejar filhos, como a impossibilidade de separação poderia afetar a constituição desse desejo? Nesse sentido, partindo das formulações de Sylvie Faure-Pragier (1997) e das afirmações feitas por Piera Aulagnier em entrevista a Hornstein (1991), faremos uma distinção entre o desejo de ter filhos e a vontade de ser mãe. Contaremos ainda com as formulações de Aulagnier (1979) para estabelecer como a transmissão do desejo de ter filhos da mãe para sua criança pode ser afetada pela impossibilidade de superação de um modo de relação incestuoso, equivalente à impossibilidade de separação.

Finalmente, encerraremos o capítulo 3 trazendo para a discussão os casos em que a vontade de ser mãe se depara com uma impossibilidade de concepção. Consideramos que esses casos podem ser muito esclarecedores a respeito dos mecanismos operantes no processo de concepção em si e em sua relação com a possibilidade de separação entre mãe e filha. As contribuições de Faure-Pragier (1997; 2001; 2003) e Simone Perelson (2013), especialmente suas reflexões sobre a clínica com pacientes inférteis, serão de grande valia para esse debate. Também retomaremos nesse ponto de nosso trabalho a questão da ambivalência, agora não só como fator que permite a separação entre mãe e filha, mas como aspecto fundamental à possibilidade de conceber um filho. Nesse contexto, a noção de “inconcepção” trazida por Faure-Pragier (1997; 2003) promoverá a articulação entre a separação da filha em relação à mãe, a possibilidade de concepção e a existência de um espaço transicional entre mãe e filha. A partir dessa proposta, faremos uma breve apresentação do conceito de espaço potencial, como proposto por Winnicott (1971), buscando sustentar a hipótese de que a concepção de um filho depende da existência de um espaço de criação no psiquismo feminino.

Para concluir, revisitaremos as principais ideias desenvolvidas ao longo dos três capítulos, procurando ressaltar a importância da noção de ambivalência para a compreensão de tudo que foi exposto. Buscaremos, ainda, deixar mais clara a relação entre o impulso à separação na criança e a ambivalência infantil, como podemos inferir a partir de Freud (1915b), Green (1966-1967; 1993) e Winnicott (1947; 1950-1955; 1963b), além de articulá-los à ambivalência materna. Nosso objetivo é demonstrar a importância de que o ódio tenha um lugar possível, ao lado do amor, para garantir um espaço de separação e de concepção entre mãe e filha. Esperamos que este trabalho, apesar de eminentemente teórico, possa ser relevante para a clínica de seus leitores, como tem sido para a de sua autora.

1- Freud e a descoberta da relação pré-edípica da menina com a mãe

Neste capítulo, faremos uma apresentação das formulações de Freud no campo da sexualidade feminina, buscando traçar o caminho percorrido pelo fundador da psicanálise até a pergunta: como uma menina se separa de sua mãe? Buscaremos identificar, desde o início de sua obra, como Freud chegou à conclusão de que o primeiro objeto de amor da menina era o pai, ignorando pistas deixadas pelas históricas de que tratou, especialmente Dora. Em seguida, abordaremos um momento da obra freudiana em que alguns casos clínicos, particularmente o da jovem homossexual, trazem contradições evidentes à teoria anterior, revelando a importância da relação pré-edípica com a mãe para a menina. Partindo dessa revelação, mostraremos como Freud se dedicou a reformular sua teoria da sexualidade para contemplar seu novo ponto de vista sobre a feminilidade. Finalmente, destacaremos como Freud, no final de sua obra, não conseguiu compreender o que levaria a menina a abandonar a relação pré-edípica com a mãe, questão que tomaremos como objeto de estudo.

Assim, partimos da constatação de que Freud não se deu conta desde o início de sua obra sobre a importância da mãe na vida de uma menina. Seu percurso no campo da feminilidade, que o levou a descobrir a relação pré-edípica da menina com a mãe, não se desenvolveu de maneira linear e evidente. Igualmente revelador é o que se passa em relação à teoria da sexualidade. Desde 1905, nos “Três ensaios”, Freud já havia declarado que o seio materno é paradigmático de toda relação de amor, sendo, portanto, a mãe o primeiro objeto de amor para ambos os sexos. Apesar dessa constatação, não houve uma articulação entre a primeira teoria da sexualidade e a primeira teoria sobre o complexo de Édipo, que colocava o pai como primeiro objeto de amor para a menina (ZALCBERG, 2003). Assim, a trajetória de Freud no campo da sexualidade feminina foi marcada pelo deslocamento do lugar central concedido à figura paterna para conferir à mãe papel de destaque. Esse redirecionamento teórico promovido por Freud, entretanto, preserva a função da figura paterna na configuração do triângulo edípico, chamando a atenção para um momento de ligação à mãe que é anterior à constituição do complexo de Édipo (ibid.).

Podemos considerar que a teoria freudiana passa por quatro momentos no que se refere aos desenvolvimentos sobre a feminilidade. O primeiro deles vai do final do século XIX, com os “Estudos sobre a histeria”, até o período em que há uma crise do primeiro modelo do complexo de Édipo feminino. Esse período ocorre entre 1915 e 1920, quando Freud publica dois casos clínicos – o da jovem paranoica e o da jovem homossexual – que

colocam em questão o lugar do pai como primeiro objeto de amor da filha. A contradição entre essa mudança e as ideias trazidas no texto “Uma criança é espancada”, de 1919, mostra que a teoria precisava passar por uma revisão. É a essa empreitada que Freud se dedica a partir de 1923, com uma série de textos que fazem acréscimos e correções à sua teoria da sexualidade. Finalmente, na década de 30, ele escreve dois trabalhos dedicados somente à discussão da feminilidade, cedendo lugar central à relação pré-edípica da filha com a mãe. Trataremos detalhadamente de cada um desses momentos e transições.

1.1- As histéricas e suas mães: o que Freud não quis escutar

Freud deve às histéricas observações clínicas fundamentais para o surgimento da psicanálise. O conjunto de casos clínicos denominados “Estudos sobre a histeria” (1893-1895), publicado por Freud em parceria com Breuer, seu mentor e colaborador, é exemplar desse período. Tendo sido apresentado por Breuer ao método catártico, Freud se pôs a investigar em parceria com ele a etiologia das neuroses, mais especificamente da histeria. Porém, quando Anna O., paciente de Breuer, em sua gravidez histérica, intima-o a assumir a paternidade da criança, este a abandona e também a Freud, a quem resta desvendar sozinho o caráter sexual das neuroses. “A psicanálise, diz-se, foi concebida no ventre da histérica”, relembra Malvine Zalcberg (2003, p. 18). É notável, portanto, que, mesmo tendo na histeria o modelo das neuroses, a teoria psicanalítica que se desenvolve até 1923 tenha no psiquismo masculino seu referencial. À feminilidade ficou reservado um tratamento separado, sendo o troco da teoria psicanalítica androcêntrico, diz Jacques André (1994).

Assim como Breuer, Freud foi inicialmente seduzido pelo discurso das histéricas, acreditando que a origem de seus sintomas estava relacionada à perversão paterna. Em carta a Fliess³, seu principal interlocutor após o afastamento de Breuer, Freud considera a histeria uma reação às tentativas de sedução empreendidas pelo pai sobre sua filha. O lugar central do pai no discurso das histéricas, já que este era o principal sedutor nos relatos, dá os primeiros indícios do papel que a figura paterna viria a ocupar no complexo de Édipo feminino.

Nesses atendimentos, Freud levava suas pacientes histéricas a falar sobre suas lembranças, convencido de que elas sofriam de reminiscências sexuais que poderiam encontrar sentido através da palavra. Tonar consciente o inconsciente, esse era o modelo de

³ Carta nº 52

cura desenvolvido por Freud a partir da histeria. Quando esse modelo encontra as primeiras resistências, Freud percebe que não é possível trazer à tona todo o conteúdo inconsciente, sendo uma parte dele submetido a um recalque insuperável. Freud se aproxima assim da noção de recalque, que irá posteriormente considerar a pedra angular de sua teoria⁴. Mas assim como a verdade do inconsciente não pode ser toda revelada, Freud descobrirá que a da mulher também não o pode (ZALCBERG, 2003). Restará a ele reencontrar essa impossibilidade ao longo de toda a sua obra.

Além das resistências próprias ao recalque, Freud se depara com outra dificuldade no tratamento das histéricas. Ele observa, por exemplo, no caso de Elisabeth von R.⁵, uma recusa em comunicar-lhe certos pensamentos. O segredo da histérica revela que o “não saber” é um “não querer saber” (ZALCBERG, *ibid.*). Além de um sentido, percebe Freud, o sintoma comporta uma espécie de satisfação, que faz com que a histérica se apegue a ele. Aliás, os casos de Miss Lucy e de Elisabeth von R., em “Estudos sobre a histeria” (1893-1895), também revelam a Freud um modo de relação com o pai muito mais complexo que o de uma sedução paterna. A cumplicidade dessas mulheres com a figura paterna, observada no amor de Lucy pelo patrão e nos cuidados devotados de Elisabeth com o pai doente, demonstra que a histérica não se encontra em uma situação de pura passividade diante do pai (ANDRÉ, S., 2011).

Desse modo, a teoria da sedução se depara com importantes impasses nessas evidências, confirmados pela resistência encontrada por Freud em sua comunicação sobre as consequências da sedução infantil por um adulto à Associação Vienense de Psiquiatria e de Neurologia em 1896. No ano seguinte, um Freud desiludido escreve a Fliess⁶: “não acredito mais em minha neurótica”. Mas é uma descoberta em sua auto-análise que vem se somar definitivamente aos fatores que levam Freud a abandonar a teoria da sedução e a formular o complexo de Édipo. Em duas cartas a Fliess⁷, Freud relata ter sido precocemente estimulado em sua sexualidade por sua mãe e sua ama, que às vezes aparecem do modo misturado. Da ama, Freud diz ter sido sua “professora de sexualidade” e “primeira geradora de neurose”, recordando um sonho em que ela lhe dá banho com uma água avermelhada pelo sangue de suas regras. Sobre a mãe, relembra tê-la visto nua aos quatro anos de idade em uma viagem

⁴ “A história do movimento psicanalítico”, 1914.

⁵ “Estudos sobre a histeria”, 1893-1895.

⁶ Carta nº 69

⁷ Cartas nº 70 e 71

que fizeram juntos, remetendo esse fato à lenda do Édipo e à ideia do recalque (ANDRÉ, S., 2011).

A ausência de resposta para as cartas enviadas a Fliess, que havia proposto uma teoria centrada na função materna, não impede que Freud reafirme suas intuições sobre o complexo de Édipo tendo o pai como eixo organizador da subjetividade. De fato, interessa menos a Freud a importância do amor pela mãe do que a perturbação produzida nesse vínculo pela interferência paterna – aspecto que se revela com clareza na análise de suas pacientes histéricas⁸. É notável a modificação na perspectiva freudiana sobre a função paterna na histeria entre os casos de Lucy e Elisabeth von R., em “Estudos sobre a histeria”, e o caso Dora, atendimento contemporâneo à discussão com Fliess e publicado em 1905. A descoberta do complexo de Édipo eleva o pai da condição de sedutor e causador do sintoma histérico à de objeto do apaixonamento da filha, que ela elege no complexo de Édipo. Essa descoberta promove igualmente uma mudança na concepção sobre a histeria, que deixa de ser uma sucessão de sintomas para se tornar uma estrutura que organiza a transferência, sendo o pai, figura central do Édipo feminino, fonte dos afetos a serem transferidos para o analista.

A elaboração do complexo de Édipo por Freud se dá em duas posições simétricas e opostas para um menino ou uma menina: o menino ama a mãe e rivaliza com o pai, a menina ama o pai e rivaliza com a mãe. Essa via exclusiva de compreensão do Édipo feminino restringiu a análise que Freud pôde fazer de Dora, levando a paciente a abandonar precocemente o tratamento. Dora, uma jovem com sintomas histéricos e de família abastada, foi o primeiro caso extensamente relatado por Freud⁹, apesar de sua análise ter durado apenas três meses. O motivo do abandono do tratamento por Dora, como explica Malvine Zalcberg (2003), se relaciona à negligência de Freud quanto ao vínculo da jovem com sua mãe, que não fora suficientemente investigado. Dora demonstrava hostilidade em relação à figura materna e dizia a Freud que sua mãe nada representava para ela – Freud aceitou a declaração mesmo sendo a mãe da paciente a figura central dos dois sonhos relatados em análise. De fato, a proeminência dada no caso à figura paterna, a quem Dora era muito ligada, estava de acordo com a primeira teoria de Freud sobre o complexo de Édipo, segundo a qual o pai era o primeiro objeto de amor para a menina.

⁸ Peter Gay (1989) comenta que nos grandes casos clínicos de Freud, não só de mulheres como de homens – Homem dos Lobos, Homem dos Ratos, Schreber e Hans – a figura da mãe permanece obscurecida.

⁹ “Fragmento da análise de um caso de histeria”, 1901/1905.

Outro elemento crucial para a compreensão do caso Dora – e insuficientemente elaborado por Freud – foi o vínculo estabelecido pela jovem com a Sr^a. K, amiga da família e amante do pai de Dora. Quando Dora consulta Freud por ordem de seu pai, ela se encontra em um quarteto amoroso composto com o pai, a Sr^a. K e seu marido, o Sr. K. Enquanto investe na Sr^a. K, o pai de Dora cede espaço para os investimentos amorosos do Sr. K sobre a jovem, levando Dora a se sentir objeto de troca entre os dois homens (ANDRÉ, S., 2011). Porém, importa nesse quarteto a função atribuída por Dora à Sr^a. K, aspecto percebido por Freud anos após o rompimento da análise. Em 1923, em uma nota de rodapé acrescentada a esse relato, Freud comenta que considera ter fracassado no caso por ter subestimado o amor homossexual de Dora pela Sr^a. K. O reconhecimento por Freud da importância dessa relação para Dora representou, por um lado, um importante passo, pois ele pôde ultrapassar o modelo que o levava a valorizar apenas as relações estabelecidas por Dora com a figura paterna e seus substitutos, dentre eles o Sr. K e ele mesmo. Ressaltando a ligação de Dora com a Sr^a. K, Freud poderia ter se aproximado do vínculo da jovem à mãe, de quem a Sr^a. K era, em parte, substituta. Porém, ele não conseguiu interpretar esse vínculo como algo além de uma tendência homossexual de Dora, uma situação de perversão pela inversão quanto ao objeto sexual (ZALCBERG, 2003).

Lacan (apud. ZALCBERG, *ibid.*) será o responsável por revisitar essa formulação de Freud, propondo que o que está em jogo quando Dora se volta à Sr^a. K é uma demanda de elucidação do enigma que a feminilidade constituía para ela – a Sr^a. K, mais que um objeto de desejo, era um suporte identificatório que parecia guardar a resposta da questão que inquietava a jovem: “o que significa ser mulher?”. De fato, Dora suportava seu lugar de objeto de troca entre o pai e o Sr. K na medida em que, mantendo esse quarteto, conseguia sustentar sua admiração pela Sr^a. K e sua identificação com ela, enquanto admirada pelos homens. “Tendo demarcado a posição da Sr^a. K do ponto de vista do homem, Dora conclui que gostaria de ser amada por um homem, em primeiro lugar por seu pai, como a Sr^a. K é amada por ele.” (ANDRÉ, S, *op. cit.*, p. 177). Quando o Sr. K confessa a Dora que sua mulher nada significa para ele, a jovem o esbofeteia por ter rompido sua identificação com a Sr^a. K, tão preciosa para ela. O Sr. K, nesse momento, perde seu valor para Dora, que era o de desejar a Sr^a. K. Nesse sentido, Lacan afirma que não se trata de homossexualidade nessa identificação de Dora com a Sr^a. K, propondo o termo homossexuação para se referir ao caminho pelo qual a jovem pôde interrogar o mistério que a feminilidade, nesse momento encarnada na Sr^a. K, representava para ela (*ibid.*).

Partindo do modelo edipiano em que somente o pai importava enquanto objeto de amor para a filha, Freud foi incapaz de perceber que a hostilidade de Dora em relação à mãe guardava um importante papel no deciframento da demanda que a jovem endereçava em análise. Ao interpretar o sintoma de Dora como desejo de ter um filho do pai, Freud lança a jovem em uma identificação insuportável à mãe, da qual ele teve a impressão de ser uma mulher inculta e fútil, obsessivamente dedicada à limpeza da casa, a quem Dora criticava duramente, menosprezando-a. Assim, comenta Serge André (ibid.), quando Dora dirige a Freud seu questionamento sobre o que é uma mulher e ele lhe responde “uma mãe”, não resta à jovem outra saída senão abortar sua análise. Podemos pensar que Freud, assim como Sr. K, desfere outro golpe contra o movimento identificatório de Dora em direção à Sr^a. K, retirando-a a possibilidade de experimentar como é ser desejada por um homem, para oferecê-la em troca, tão somente, a identificação com a indesejável posição materna.

Segundo Maria Rita Khel (2008), o impasse de Dora é o de todas as mulheres: identificar-se com essa mulher, a mãe ou uma substituta, mas ao mesmo tempo mantendo-se separada, diferenciada, o que só se torna possível com a entrada do pai na relação mãe e filha e o estabelecimento da lei paterna. “Ser mulher é, ao mesmo tempo, ser como a mãe e tentar ser *uma outra*, distinta desta que no inconsciente será sempre absoluta, dominadora, mortífera.” (ibid., p. 246). A paradoxal tarefa de tornar-se mulher *como e apesar da mãe* ainda não estava clara para Freud nesse momento. A questão da relação da menina com a mãe no Édipo se insinua no atendimento de Dora, mas Freud não consegue enxergar aquilo que, para ele, não estava de acordo com sua teoria. Somente dez anos mais tarde, um outro caso clínico caso iria provocar novas reflexões em Freud e inaugurar um novo momento em sua teoria acerca do Édipo feminino.

1.2- Descobertas e impasses

Em 1915, exatamente dez anos após a publicação do caso Dora, Freud publica um caso clínico que se torna o primeiro em que a forte relação inicial da menina com a mãe se revela. O caso da jovem paranoica¹⁰, como ficou conhecido, chegou a Freud por meio de um advogado renomado que, procurado pela jovem, suspeitou do caráter patológico de suas acusações. A jovem, atraente e bem-sucedida em seu trabalho, deixou-se envolver em uma

¹⁰ “Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença”, 1915.

relação amorosa com um colega que, por motivos não revelados por Freud, não poderia se comprometer publicamente com ela. Em um de seus encontros íntimos, ela construiu a fantasia, de caráter delirante, de que o amante a havia fotografado de modo comprometedor, passando a persegui-lo em busca de explicações e garantias. O passo seguinte foi buscar o advogado, com o intuito de se defender de uma eventual demissão devido às fotos reveladoras.

A partir da análise de Schreber¹¹ e de outros casos, Freud tinha avaliado que esses delírios de caráter persecutório geralmente refletem a luta contra uma tendência homossexual, sendo o perseguidor, então, alguém do mesmo sexo, que o paciente ama ou já amou no passado (1915a). Assim, esse caso parecia contrariar a teoria psicanalítica sobre a paranoia, pois o perseguidor da jovem era do sexo oposto e não parecia haver nenhuma mulher envolvida. Entretanto, não estando disposto a renunciar à sua teoria, Freud convida a jovem para uma nova entrevista com o intuito de obter mais detalhes de sua história. Nessa oportunidade, ela lhe revela que o encontro narrado com o amante foi o segundo, tendo havido um encontro anterior que transcorreu sem quaisquer problemas. Entre os dois encontros, porém, a jovem presencia uma conversa entre o amante e sua chefe, uma senhora “de cabelos brancos como sua mãe”, em que julga que ele lhe narrava sobre o envolvimento amoroso dos dois.

“É fácil ver que a idosa chefe de cabelos brancos é uma substituta da mãe”, afirma Freud (1915a, p. 274). A jovem, que até então não tinha se envolvido com mais ninguém, vivia somente com sua mãe, de quem era o único arrimo. Para Freud, o amor dela pela mãe se tornou um elemento perturbador de seu desenvolvimento sexual, impedindo-a de se relacionar com os homens. Segundo ele, cabe a toda mãe, por motivos sociais, deter a atividade sexual de sua filha, sendo o papel desta emancipar-se dessa influência para fruir do prazer sexual. “Se, na tentativa de emancipar-se, vier a ser vítima de uma neurose, isso implica a presença de um *complexo materno* que, em geral, é superpoderoso e por certo não dominado” (ibid., p. 275). Fica clara a insuficiência da separação operada entre mãe e filha, fazendo a mãe permanecer como observadora e perseguidora hostil no inconsciente da filha. Trata-se de uma fixação, como aponta Freud, uma adesividade da libido a vínculos muito antigos e estreitos, difíceis de serem desfeitos (ibid.). No caso da jovem, a separação parcialmente conquistada vem sob a forma de uma identificação de tipo regressivo à mãe, em que a jovem coloca-se em

¹¹ “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (*dementia paranoidea*)”, 1911.

seu lugar – um tipo de regressão narcisista, em que mal se distingue quem se é, quem se foi e quem se gostaria de ser de quem já se foi parte um dia, isto é, a mãe (ZALCBERG, 2003).

Esse caso marca para Freud a possibilidade de uma mulher não conseguir se voltar aos homens, permanecendo vinculada à mãe. A existência de uma paranoia envolvendo o objeto materno só pode ser interpretada como indício de uma relação homossexual primária entre mãe e filha, o que confirma os achados teóricos freudianos anteriores. Mas Freud não se vale dessa descoberta para repensar a teoria sobre o Édipo feminino – pelo menos não nesse momento. Se é possível inferir a partir do caso que o primeiro objeto para uma mulher é a mãe, o pai (ou o homem) vindo depois, podemos pensar que Freud não pôde – ou não quis – se defrontar com as consequências dessa descoberta de 1915. A confirmação de que suas convicções não tinham mudado pode ser obtida pela leitura do texto “Uma criança é espancada”, de 1919, em que fica exposto seu primeiro modelo para a compreensão do complexo de Édipo feminino.

Apesar de tratar de seis casos de neurose nesse texto, Freud o concebe com o propósito de discutir a origem das perversões sexuais. Dentre os atendimentos de diversos pacientes, dos quais se destacam esses seis, ele percebe a presença de uma fantasia em que uma criança desconhecida é espancada, sendo esta fantasia uma fonte de intenso prazer sexual para seus pacientes. Como quatro desses seis pacientes são mulheres, Freud se dedica a investigar a história do complexo de Édipo das meninas, do qual essa fantasia seria um resíduo posterior. Mais especificamente, essa fantasia, consciente, seria a terceira de uma série, cujas fantasias iniciais permanecem, predominantemente, inconscientes. A investigação da pré-história da fantasia consciente de espancamento revela a Freud que sua estruturação passa pelas seguintes fases: “meu pai espanca uma criança detestada por mim”; “meu pai me espanca”; e, finalmente, “uma criança é espancada” (FREUD, 1919a).

A primeira dessas assertivas, acessível no decurso de uma análise, revela-se inicialmente mais obscura, sendo aquele que bate somente identificado a um adulto. Como Freud se interessa pelo caso das meninas, chega à conclusão de que esse adulto seria o pai, objeto de amor do complexo de Édipo feminino. Para ele, a mãe e sua ligação precoce à menina não participam em nenhum momento da construção da fantasia. A criança espancada, que não é a mesma que cria a fantasia, geralmente é um irmão ou uma irmã, rival nas atenções do pai. Ao bater nessa criança, o pai reafirma para a filha seu amor por ela, o que significa dizer que, nesse momento, ser espancado equivale a ser destituído do amor paterno. Não é o

que ocorre na segunda fase de estruturação da fantasia de espancamento. Nessa etapa, a mais importante para Freud, o amor incestuoso pelo pai presente na primeira fantasia é motivo de culpa para a menina, que se torna, então, a criança em que o pai bate. A menina toma a posição antes ocupada pelo rival, de caráter masoquista: aqui, ser espancada equivale a ser amada. Essa fantasia jamais é lembrada nem se torna consciente, é uma construção da análise, diz Freud (1919a). O fato de permanecer inconsciente está ligado, prossegue ele, à intensidade do recalque operado sobre esses impulsos incestuosos infantis.

A terceira fantasia, recorrente no discurso dos pacientes de Freud, faz desaparecerem da cena tanto o pai quanto a criança que cria a fantasia. A pessoa que espanca se torna alguém indefinido ou um substituto do pai, como um professor, e, na fantasia das meninas, geralmente são espancados meninos que elas não conhecem. Diante dessa cena, as meninas são observadoras excitadas. A partir dessa reviravolta, Freud se pergunta: o que explica o fato de as meninas serem substituídas por meninos na elaboração final dessa fantasia? É importante lembrar que essa elaboração faz parte da resolução do Édipo, estando ligada ao destino dado aos impulsos incestuosos para ambos os sexos. Diante dessa questão, Freud propõe uma solução um pouco problemática: “Quando elas se afastam do amor incestuoso pelo pai, com o seu significado genital, abandonam com facilidade o papel feminino. Põem em atividade o seu ‘complexo de masculinidade’ (Van Ophuijsen [1917]) e, a partir de então, querem apenas ser meninos (ibid., p. 206).” Com isso, Freud afirma que o recalque do Édipo feminino significaria a passagem de uma posição feminina para uma posição masculina: a menina renuncia ao seu amor pelo pai para se tornar um menino. “Em outras palavras, a resolução do Édipo para a menina seria a perversão”, indica Serge André (2011, p. 191). Como conciliar isso com o fato de que os casos que forneceram material para as considerações de Freud são de neurose? (ANDRÉ, S., 2011). Esse é o impasse em que a teoria freudiana se coloca.

Freud procura encaminhar a questão propondo que, se a fantasia de espancamento é perversa, isso não significa que o sujeito necessariamente o seja. De fato, a homossexualidade adulta encontra suas bases, no modelo freudiano, nas cicatrizes deixadas pelo complexo de Édipo, como essas fantasias perversas. Mas essas fantasias podem ou não originar uma homossexualidade na idade adulta. No caso da menina, como ela poderia se orientar para a feminilidade se as cicatrizes deixadas pelo Édipo a conduzem ao complexo de masculinidade? Isto é, como pode uma menina não se tornar homossexual? (ibid.). O caso da jovem

homossexual¹², um ano depois, viria a mostrar para Freud que a homossexualidade feminina não é um produto do Édipo, mas uma condição primária, pertencente ao vínculo pré-edípico da menina com a mãe.

A jovem de dezoito anos foi levada ao encontro de Freud por seu pai, devido à preocupação deste com o amor homossexual que ela nutria por uma dama de má reputação. Essa paixão absorvia todos os demais interesses da jovem, tornando-a dedicada a aproveitar qualquer oportunidade de se encontrar com sua amada, mesmo que para isso precisasse mentir. Por outro lado, era muito franca a respeito de seus sentimentos ao se exibir pela cidade em companhia da dama, passando por lugares e horários que seu pai frequentava. Ao cruzar com ele em uma dessas ocasiões, recebeu um olhar furioso de reprovação e em seguida atirou-se na linha do trem, tentativa de suicídio que lhe valeu alguns meses de recuperação. Depois desse incidente, convencidos de que seus métodos não obtiveram êxito em afastar a filha da dama, os pais da jovem procuram Freud para auxiliá-los a modificar a homossexualidade da filha.

Para Freud não foi difícil saber sobre o pai da paciente: um homem rígido, porém terno, devotado à esposa, e que tentara de tudo para suprimir a homossexualidade da filha. Sobre a mãe da jovem, sobre a qual ela era sempre reservada, Freud obteve impressões um tanto enigmáticas. Tratava-se de uma mulher jovem, ainda interessada em obter a atenção masculina. Por um lado, não era tão severa quanto à homossexualidade da filha, tendo sido até sua confidente no início, fato que mudou com a publicidade dada pela jovem à situação. Por outro lado, dispensava à filha um tratamento diferenciado em relação aos três irmãos, sendo mais áspera com ela e procurando impedir sua aproximação do pai.

Durante as sessões com a jovem, que foram precocemente interrompidas pelo próprio Freud, foi possível constatar que não havia queixa por parte dela que pudesse fundamentar uma análise, tampouco ela apresentava sintomas neuróticos. Entretanto, chamava a atenção de Freud o fato de a jovem ter oferecido à dama um tipo de amor masculino, com preferência por amar, e não por ser amada¹³. Buscando investigar a estruturação dessa posição da jovem, Freud parte de seu primeiro modelo do complexo de Édipo, afirmando que, em sua atitude esperada, a jovem tomou na infância o pai por objeto e posteriormente o irmão mais velho

¹² “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, 1920.

¹³ Em “Uma introdução ao narcisismo” (1914) Freud faz uma exposição sobre a diferença entre a escolha de objeto por apoio, típica dos homens e a escolha de objeto narcísica, típica das mulheres: “Elas não têm necessidade de amar, mas de ser amadas, e estão dispostas a aceitar o homem que preencher essa condição” (p. 108).

como seu substituto. Menciona ainda a forte impressão causada na paciente ao visualizar quando criança os genitais do irmão, comparando-os com os seus. Seguindo suas tendências edípicas, a jovem, já na adolescência, se apegou a um menino de três anos que conheceu na praça e passou a desejar ser mãe. Pouco tempo depois, porém, seu desejo de ter filhos se transformou em desejo por mulheres maduras, mães das crianças que a fascinavam. Como se operou essa transformação?

Segundo Freud, essa mudança ocorreu simultaneamente à gravidez mais recente da mãe da jovem, quando a paciente tinha por volta de dezesseis anos de idade. Diante disso, Freud concluiu que as mães dos bebês e a dama por quem a jovem se interessou eram substitutos maternos, o que parecia contraditório, pois a jovem tinha motivos para odiar sua mãe, como o afastamento que esta buscava entre ela e o pai. A explicação para essa escolha de objeto estava na decepção gerada na filha quando, no momento de sua revivescência do Édipo na adolescência, em que se voltava para o pai na esperança de obter dele um filho, “não foi ela quem teve o filho, mas sua rival inconscientemente odiada, a mãe” (FREUD, 1920, p. 169). O Édipo feminino, baseado na promessa de receber do pai uma criança, não pôde ser elaborado pela jovem, para que ela pudesse sair em busca de outros substitutos fálicos. A gravidez da mãe é vivida por ela como uma traição do pai, além de um não reconhecimento de seu desejo de mulher (ZALCBERG, 2003).

De acordo com Serge André (2011), Freud coloca em jogo nessa conclusão a distinção entre duas ordens de vinculação da jovem à mãe: a identificação sexuada – ela ama como homem ou como mulher? – e a escolha de objeto – ela ama um objeto masculino ou feminino? No primeiro momento da análise que Freud faz do caso, baseada em seu primeiro modelo do Édipo, a jovem passa por duas fases: dá início ao seu Édipo identificando-se com a mãe e amando o pai, e, após a gravidez da mãe, passa por uma inversão, que a leva a se identificar com o pai e amar a mãe. De fato, ao decepcionar-se com o pai, que deu um filho à mãe e não a ela, a jovem abdica de sua feminilidade, procurando outro objeto para sua libido. Assume o lugar paterno, tomando a mãe como objeto de amor através de suas substitutas, especialmente a dama. Com esse movimento, pôde se vingar do pai por sua traição, ferindo-o ao manter-se homossexual, bem como deixou o caminho livre para a mãe diante do pai, agradando-a.

Finalmente, Freud traz um elemento complicador: a escolha da dama como objeto de suas afeições possibilitou a satisfação não apenas de seus impulsos homossexuais dirigidos à

mãe, como de impulsos heterossexuais existentes em relação ao irmão mais velho, já que na dama estavam combinados traços das duas figuras. No final do texto, faz um acréscimo fundamental: “Assim, desde anos muito precoces sua libido [da jovem] fluíra em duas correntes, das quais a da superfície é a que, sem hesitação, podemos designar como homossexual. Essa última era provavelmente uma continuação direta e imodificada de uma fixação infantil na mãe” (1920, p. 180). Assim, à camada edípiana ligada ao amor pelo pai e pelo irmão e ao desejo de ter filhos, subjaz um estrato mais primitivo ligado ao vínculo pré-edípico da jovem à mãe, que nunca foi substituído pelo primeiro. As duas correntes libidinais coexistiam quando, diante da gravidez da mãe, a jovem retornou a sua posição original, retomando a mãe enquanto objeto e identificando-se ao pai. Posição que se torna insustentável quando a dama a rejeita após o olhar de reprovação do pai, levando a jovem a se jogar sobre a linha do trem.

Com esse caso, Freud aprendeu que, antes da posição edípiana em que a menina toma o pai como objeto de amor, se identificando à mãe, há outra posição, mais primária, em que o objeto de amor da menina é a mãe. Além disso, essa situação pré-edípiana pode se tornar ocasião de uma fixação, impedindo que a menina assuma uma posição heterossexual diante dos homens – conclusão consonante com as observações do caso da jovem paranoica sobre o complexo materno. A compreensão da homossexualidade da jovem como um retorno à ligação primária à mãe permite a Freud sair do impasse estabelecido em “Uma criança é espancada”, em que a resolução do Édipo feminino seria a adoção de uma posição homossexual, isto é, a perversão. A homossexualidade da menina agora é uma posição primária, que pode ou não ser revivida de acordo com o encaminhamento dado aos conflitos edípianos. Não é coincidência que após o caso da jovem homossexual Freud vá se dedicar a repensar sua teoria do Édipo feminino, empreitada que assumiu a partir de 1923.

1.3- Uma revisão da teoria da sexualidade

O estatuto da sexualidade feminina na teoria de Freud passou por diversas transformações, mas nunca deixou de lado seu caráter enigmático. Desde os “Três ensaios” (1905), convencido de que a mulher guardava um segredo que não estava disposta a revelar, Freud afirma que a vida amorosa do homem “é a única a ter-se tornado acessível à investigação, enquanto a da mulher (...) permanece envolta numa obscuridade ainda

impenetrável” (p. 143). Pouco tempo depois, em 1908¹⁴, declara que sua comunicação se refere apenas ao sexo masculino, mais acessível por motivos de ordem interna e externa. Em 1923¹⁵ só pode se referir ao que se passa com os meninos, pois os processos correspondentes nas meninas ainda são desconhecidos. Em 1926¹⁶, Freud considera a vida sexual das mulheres adultas um “continente negro”. Em carta a Marie Bonaparte diz que a grande pergunta para a qual não encontra resposta em trinta anos de pesquisa é: o que quer a mulher?¹⁷ Enigma que talvez só possa ser solucionado pelos poetas, conclui em 1933¹⁸.

Assim, o momento em que Freud se dedica a revisar sua teoria da sexualidade, movido pelas descobertas recentes sobre a existência de uma fase pré-edípica na menina, não é livre de contradições e questões não respondidas. Com o texto “A organização genital infantil” (1923b), ele retoma algumas de suas ideias desenvolvidas nos “Três ensaios” de 1905, promovendo alterações que ainda não contemplam o ponto de vista feminino. De fato, a grande inovação trazida pelo texto é a noção de que o interesse do menino pelos órgãos genitais dos adultos é marcado pela existência de apenas um órgão genital: o masculino. Isso quer dizer que para a criança do sexo masculino as pessoas podem ser providas ou desprovidas de um falo, sua única referência. “O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo”, diz Freud (ibid., p. 158). O menino naturalmente atribui a posse de um pênis a todas as pessoas no início, e diante da visão da falta em alguém do sexo feminino, procura encobrir essa contradição pela ideia de que o pênis já estivera lá e foi retirado, ou de que ainda irá crescer. Assim, a fantasia infantil da castração confere uma forma de se pensar o sexo feminino: pela ausência (ZALCBERG, 2003).

Se na criança do sexo masculino “os órgãos genitais femininos jamais parecem ser descobertos” (FREUD, op. cit., p. 160), Freud indica que não é assim que a situação permanece até a puberdade. Nesse momento, finalmente se estabelece a oposição entre masculino e feminino. Retrospectivamente, a primeira oposição que se estabelece, na fase anal, é entre atividade e passividade. Cabe lembrar que, desde sua interlocução com Fliess, Freud tomou a seu amigo a ideia de que a libido é masculina, vindo a desenvolver em seguida a associação entre masculino e atividade e entre feminino e passividade¹⁹. A fase fálica, se

¹⁴ “Sobre as teorias sexuais das crianças”

¹⁵ “A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade)”

¹⁶ “A questão da análise leiga”

¹⁷ *Was will das Weib?* (Citado por Peter Gay, 1989, p. 455)

¹⁸ “Conferência XXXIII: Feminilidade”, 1932/1933.

¹⁹ Essa associação foi feita nos textos “Novas observações sobre as psiconeuroses de defesa” (1896) e “A etiologia da histeria” (1896).

constituindo em seguida, é marcada pela oposição entre fálico e castrado. A esse respeito, Freud fala que há no menino um *complexo de castração*, derivado da exigência de que ele chegue a uma conclusão sobre si mesmo a partir da diferença anatômica observada entre homens e mulheres. Somente na puberdade Freud considera haver uma verdadeira oposição entre masculino e feminino, apesar de continuarem atrelados à atividade e à passividade. A vagina, finalmente descoberta pelo sexo masculino, é representada, todavia, somente em termos de abrigo para o pênis e extensão do útero, deixando a impressão de que o órgão masculino ainda é o único a existir.

Para Maria Rita Khel (2008), apesar da afirmação de um reconhecimento posterior da vagina, “a oposição entre fálico e castrado parece sempre encobrir, na criança como no adulto, o entendimento da diferença sexual” (p. 195). Jacques André (2003), de modo semelhante, afirma que o primado do falo é uma teoria sexual infantil, cuja veracidade se justifica por sua natureza de exigência imaginária. A questão muda quando o que deveria ser uma teoria sexual infantil se torna a própria teoria psicanalítica, diz ele. Assim, percebemos que Freud, nesse momento, concede à oposição entre fálico e castrado o estatuto de teoria psicanalítica sobre a diferença sexual, pensando o sexo feminino pela ausência anatômica.

No ano seguinte, Freud publica um breve artigo intitulado “A dissolução do Complexo de Édipo” (1924), em procura correlacionar o complexo de Édipo e o complexo de castração, tanto no caso do menino quanto no da menina. Assim, trata-se da primeira tentativa de Freud de trazer novos dados à sua concepção da sexualidade feminina, discussão até então assumidamente evitada. Ele começa sua exposição pela análise do caso do menino, que seria, para ele, mais claro quanto às relações que se dão entre complexo de Édipo e complexo de castração. O complexo de Édipo e seus desejos incestuosos, acompanhados pela masturbação infantil, sucumbem diante do que Freud considera ser uma combinação de fatores fundamentais: a ameaça de castração, geralmente proferida por um adulto do sexo feminino; e a perturbadora visão que o menino tem do órgão sexual feminino, sendo a ausência de pênis em uma criatura tão semelhante a si uma confirmação da ameaça anterior. Assim, o complexo de castração faz surgir no menino um conflito entre os desejos incestuosos edípicos e seu interesse narcísico na preservação do pênis, conflito que se resolve quando o ego renuncia ao complexo de Édipo. A libido retirada dos objetos parentais retorna sobre o ego via identificação, promovendo a introjeção da autoridade paterna e a constituição do superego, herdeiro do complexo de Édipo. Protegido contra o retorno dos desejos incestuosos, o menino adentra o período de latência.

E para a menina, questiona Freud, como ocorrem esses processos? Por mais obscura e lacunar que ele considere sua compreensão, Freud (1924) afirma que também para a criança do sexo feminino se desenvolve um complexo de Édipo, um superego, um período de latência, uma organização fálica e um complexo de castração, mas de modo diferente do masculino. Na menina, a masturbação clitoridiana sofre um golpe quando ela tem a oportunidade de comparar seu órgão sexual com o masculino, sentindo-se a partir de então desprovida de algo que um dia possuía e perdera por castração. Segundo a compreensão determinada por sua organização fálica, a menina não estende sua condição às mulheres adultas, que julga possuidoras de um falo, sendo assim tomada por um sentimento de inferioridade. Desse modo, Freud conclui que uma diferença essencial entre menino e menina é que enquanto para ele a castração é percebida como algo a ser temido, para a menina a castração é tomada como um fato consumado, do qual a menina se ressent. É interessante notar que pela primeira vez na obra freudiana a perspectiva da menina a respeito da ausência em seu corpo passa a figurar.

Se, para a menina, a castração não é algo a ser temido, ela não pode funcionar como motivo do abandono dos desejos incestuosos edípicos. Diante dessa encruzilhada teórica, Freud encontra uma saída, mesmo que ineficaz, na explicação de que a menina abandona seu complexo de Édipo diante do fracasso na tentativa de realização de seus desejos edípicos: o primeiro deles, ligado ao complexo de masculinidade, é o de um dia possuir um pênis; o outro, para o qual desliza em uma equação simbólica, é o de possuir um filho do pai. Com essa assertiva, Freud lança mão de uma explicação para a dissolução do complexo de Édipo da menina que tinha considerado insuficiente no caso do menino. Apesar de haver afirmado que o superego se constitui também nas meninas, ele não tem sucesso em explicar como isso se dá.

Outro aspecto que chama a atenção nesse texto de 1924 é a ausência de comentários sobre a recente descoberta da relação pré-edípica da menina com a mãe, confirmada no caso da jovem homossexual. Não é por acaso que no ano seguinte, ao introduzir o texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), Freud alerta os leitores para o fato de que as ideias que vai expor ainda carecem de confirmação para serem consideradas universais. Em nota de rodapé ao final do texto de 1924, Ernest Jones comenta que no texto de 1925, assim como em 1931, podemos ver importantes mudanças na descrição do complexo de Édipo da menina. Partindo novamente da situação do menino, Freud avalia que se ao complexo de Édipo masculino pode ser atribuída uma pré-história, esta se mostra de

difícil compreensão para ele. Porém, pode afirmar que tanto para o menino quanto para a menina a mãe é o primeiro objeto, sendo que a possibilidade do menino reter esse objeto no Édipo faz com que o processo se torne menos complicado para ele do que para a menina. Nesse momento, Freud reconcilia sua teoria do complexo de Édipo com sua teoria da sexualidade desenvolvida nos “Três ensaios” de 1905, quando afirma que o seio materno é paradigmático de toda relação de amor.

Apesar de declarar que no caso das meninas “o complexo de Édipo tem uma longa pré-história e constitui, sob certos aspectos, uma formação secundária” (1925, p. 280), Freud não dá relevância suficiente à ideia nesse momento. Seu texto se dedica, principalmente, a tratar do complexo de Édipo feminino, não de sua pré-história. Nesse contexto, aparece o conceito que se torna o eixo da teoria freudiana sobre o desenvolvimento sexual feminino: a inveja do pênis. É como uma experiência visual que Freud descreve o desencadeamento da inveja do pênis (ANDRÉ, J., 1994): ao comparar seu pequeno clitóris, que até então fora fonte de prazer, com o pênis do menino, a menina constata sua inferioridade genital e então é tomada por um forte sentimento de inveja, que assumirá importante papel na constituição de seu caráter. “Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo” (FREUD, 1925, p. 281).

Diante da castração consumada, Freud afirma que a menina pode desenvolver um “complexo de masculinidade”, persistindo no desejo de se tornar um homem. Essa noção é retomada do texto “Uma criança é espancada” (1919a), em que os caminhos teóricos tomados por Freud o conduziram à ideia de que a resolução do complexo de Édipo da menina, com o abandono da posição passiva diante do pai, a levaria a uma posição masculina. Mas, em 1925, ele não pode mais sustentar a masculinidade como resolução do Édipo, o que o leva a fazer uma nova leitura de seu texto de 1919: a criança que é espancada na terceira e última fase de elaboração da fantasia não seria mais o menino que a menina gostaria de se tornar, mas um substituto de seu clitóris espancado (acariciado) na fase fálica. Freud não desenvolve mais essa proposta, mas nos interessa notar na mesma uma tentativa de retificar sua problemática posição de 1919.

No texto de 1925, os destinos do complexo de Édipo da menina a partir da inveja do pênis são determinados seja por sua recusa ou por sua aceitação, mesmo que parcial. Além do complexo de masculinidade, em que a menina deseja ser um menino, Freud fala da possibilidade de uma “rejeição” da castração, em que a menina assume a radical posição de que realmente é um homem, significando o início de uma psicose. No campo da aceitação, as

consequências da inveja do pênis se resumem a um sentimento de inferioridade, que leva as mulheres a compartilharem o desprezo masculino por um sexo tido como inferior. Este seria o motivo para o ciúme, considerado traço característico das mulheres. Não é a toa que no final desse texto Freud considera que esse tipo de traço de caráter pode justificar a afirmação de que o superego nunca adquire nas mulheres a mesma impessoalidade que alcança nos homens.

Mas uma consequência especialmente interessante da inveja do pênis mencionada nesse texto é o “afrouxamento da relação da menina com seu objeto materno” (1925, p. 283). Mesmo que não seja um processo claro para Freud, como ele adverte, nesse momento de sua obra é dada uma primeira explicação para a origem da separação da menina em relação à mãe: “a mãe da menina, que a enviou ao mundo assim tão insuficientemente aparelhada, é quase sempre considerada responsável por sua falta de pênis” (FREUD, 1925, p. 283). Para Freud, a acusação da menina contra a mãe se transforma em ciúme de outra criança a quem a mãe dedica atenção, o que se torna pretexto para que a menina abandone sua ligação com a mãe. Essa explicação, que aqui não se estende mais que isso, é retomada por Freud em seus textos posteriores. Por mais que ela seja questionada, Freud nunca a abandona completamente.

Há ainda um efeito da inveja do pênis sobre a menina que Freud considera o mais importante: o reconhecimento da inferioridade de seu clitóris, órgão por meio do qual obtém prazer pela masturbação, leva a menina a abdicar de sua sexualidade ativa e a dar preferência à posição passiva, essencial para a constituição de sua feminilidade. Assim, o prazer obtido através do clitóris é, para Freud, um prazer masculino, que deve ser abandonado. A inveja do pênis leva à desistência tanto da mãe enquanto objeto, quanto do clitóris enquanto órgão de prazer. De acordo com Serge André (2011), Freud está acuado na façanha de explicar como a inveja do pênis pode levar a menina à feminilidade. De fato, Freud fala que a inveja do pênis pode levar a uma rejeição ou aceitação da posição feminina e passiva, mas essa aceitação não se dá sem protestos ou sem a produção de sintomas. Em “Análise terminável e interminável” (1937) Freud reafirma:

Em nenhum ponto de nosso trabalho analítico, se sofre mais da sensação opressiva de que todos os nossos repetidos esforços foram em vão, e da suspeita de que estivemos ‘pregando ao vento’, do que quando estamos tentando persuadir uma mulher a abandonar seu desejo de um pênis [...] (p. 269).

Nos textos de 1931 e 1933, dedicados à feminilidade, Freud oferece uma apreciação mais esquemática das possíveis consequências da inveja do pênis no destino de uma mulher.

São três os caminhos possíveis: a inibição sexual ou a neurose, o complexo de masculinidade e a feminilidade. A primeira possibilidade decorre da insatisfação da menina com a própria sexualidade a partir da comparação de seu clitóris com o pênis. Com isso, abandona a sexualidade fálica, renunciando à masturbação e com ela à masculinidade em outros campos (1931). Nesse contexto, renuncia também à mãe, a quem dirigia seus impulsos sexuais ativos. Ao recalcar sua sexualidade fálica, a menina recalca a sexualidade em geral, estabelecendo uma neurose. Freud menciona que a feminilidade, terceira possibilidade, também é alcançada por um recalque da sexualidade ativa, porém menos extenso. Coloca-se então uma linha tênue entre a feminilidade e a neurose²⁰, de acordo com essa proposição.

A segunda via possível para a menina diante da castração é a de não renunciar à sua masculinidade, nutrindo a esperança de um dia possuir o pênis. Em 1931 Freud indica que a esperança de que o clitóris um dia irá crescer se torna fantasia de ser um homem, base do complexo de masculinidade. A menina recusa o reconhecimento de sua condição de castrada e pode até intensificar a atividade masturbatória, bem como a identificação com a mãe fálica ou o pai (1933). Este pode chegar a ser tomado como objeto pela menina, mas em virtude de desapontamentos ela pode retornar ao complexo de masculinidade anterior, questão que foi abordada no caso da jovem homossexual. Em 1933, porém, Freud justifica a ocorrência do complexo de masculinidade, que pode resultar em uma escolha de objeto homossexual, pela existência de fatores constitucionais que predispõem a menina a isso, como o excesso de atividade típica da masculinidade. Essa justificativa aponta para a dificuldade de Freud em determinar o que leva uma menina a se tornar ou não homossexual, já observada na discussão do caso da jovem homossexual e no texto “Uma criança é espancada” (1919a).

Finalmente, Freud fala daquele que seria o caminho para a feminilidade, pelo estabelecimento do complexo de Édipo feminino. Ressentida com a mãe por ter vindo ao mundo mal aparelhada, a menina se afasta dela e abre mão da masturbação, eliminando sua masculinidade pela remoção do excesso de satisfação fálica – eliminação que, como vimos, guarda estreita relação com a neurose. Nesse movimento, a menina substitui a mãe como objeto por uma identificação com ela, voltando-se para o pai numa tentativa de compensar sua ausência de pênis. Agora a menina deseja um filho do pai, deslizando na equação simbólica em que o pênis equivale a um bebê (1933). Nesse modelo, cabe ressaltar que a mulher parece

²⁰ Maria Rita Khel (2008) avalia, a partir dos relatos freudianos de histeria, que a inexistência de outros destinos possíveis às mulheres vitorianas que não o de mãe e dona de casa pode ter significado uma inescapável “escolha de neurose”, produzindo no discurso psicanalítico pós-freudiano uma equivalência entre histeria e feminilidade.

voltar-se menos ao homem do que à possibilidade de obter uma criança a partir dele – do pênis ou do bebê, o homem fica no lugar de apêndice (ANDRÉ, J., 1994).

Há algumas observações a serem feitas sobre o complexo de castração feminino e a inveja do pênis. A primeira é levantada pelo próprio Freud, que propõe uma diferença essencial: enquanto nos meninos o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, para as meninas o complexo de castração antecede e prepara o Édipo. A principal característica do complexo de castração é que ele opera no sentido implícito de seu conteúdo, isto é, o de limitar a masculinidade e incentivar a feminilidade (FREUD, 1925). Essa diferença traz como consequência o fato de que a dissolução do Édipo feminino, não sendo dada pela castração, deve se realizar sob outras condições.

Freud não permanece alheio a essa questão, afirmando em 1925 que “nas meninas está faltando o motivo para a demolição do complexo de Édipo” (p. 286). Em seu texto sobre a dissolução do complexo de Édipo (1924), Freud comenta que esse processo se dá por desapontamentos penosos da filha em relação ao pai, que a levam a deixar de pensar que ela é aquilo que o pai ama acima de tudo. Além disso, há o fracasso em obter um pênis ou um filho do pai, que contribuiria igualmente para o fim do Édipo. Em 1925, Freud complementa essa afirmação dizendo que, após o fracasso do amor pelo pai, a filha pode retornar a uma identificação com ele e assim ao complexo de masculinidade. Outra possibilidade é que o complexo de Édipo feminino seja lentamente abandonado ou recalado, ou ainda que, inversamente, persista com grande intensidade no psiquismo feminino (1925).

Em 1931, Freud amplia essa possibilidade ao estabelecer que o complexo de Édipo “com muita frequência, de modo algum é superado pela mulher” (p. 238), deixando-a em uma posição de permanente demanda ao pai. Fala ainda da possibilidade de que, desapontada com o pai, a mulher passe a oscilar entre a figura do pai e a da mãe, de quem igualmente se ressentida, ou de que retorne à ligação com a mãe que abandonara, apontando para uma possibilidade de fracasso na separação entre as duas. Em 1938, porém, Freud parece acreditar que “pouco prejuízo é causado a uma mulher se ela permanece em sua atitude edipiana feminina”, desde que ela escolha um marido por suas características paternas e esteja “pronta a reconhecer a sua autoridade” (p. 207).

Se a escolha do marido se der de acordo com o modelo masculino (em que a demanda feminina passa do pai ao marido), Freud (1933) acredita que o casamento poderá ter sucesso, desde que a mulher coloque o marido no lugar de filho e passe a agir na relação com ele como

sua mãe. Desse modo, a menina que consegue se separar da mãe encontra saída em um casamento com um homem que ocupa ao mesmo tempo o lugar de pai – aquele a quem se pede o falo – e de filho – o falo em si. A condição para que isso ocorra, diz Freud (1933), é que a menina dirija para a mãe os impulsos hostis de sua ambivalência infantil, deixando o novo objeto escolhido livre deles. Caso isso não seja possível, o marido poderá se tornar o herdeiro desses impulsos hostis outrora dirigidos à mãe: se a primeira metade da vida da mulher foi tomada por uma luta contra a mãe, a segunda metade consistirá em uma luta contra o marido. Com isso, Freud nos diz que a solução que permite a separação entre mãe e filha passa pelo endereçamento da hostilidade arcaica à mãe, abrindo caminho a investimentos de outra natureza na vida da mulher. Retornaremos a esse ponto.

No contexto das consequências da castração e da inveja do pênis na vida feminina, as contribuições de Maria Rita Khel (2008) esclarecem sobre a relação problemática estabelecida por Freud entre a mulher e o falo. Para a autora, “a feminilidade só se sustenta na teoria freudiana enquanto estratégia para a (re)conquista do falo” (p. 186), isto é, um truque para obter o falo, um adiamento da realização de um desejo que nunca é superado. “Ou seja: *a mulher é tanto mais feminina quanto mais deseja ser outra coisa*” (ibid., p. 208). Assim, quando a menina renuncia à posse fálica pelo abandono da masturbação e volta-se para o pai, ela o faz não por ter desistido de sua empreitada fálica, mas por ter se decepcionado com sua própria masculinidade e com as possibilidades de possuir o falo por contra própria. Isso a leva a sacrificar sua posição anterior de aliança com a mãe, substituindo-a pela promessa de que no futuro conseguirá um substituto para o falo perdido – falo que virá através de um homem e no contexto da maternidade. Sacrifício, adiamento e truque: eis as possibilidades fálicas reservadas às mulheres. Tanto para a mulher quanto para o homem, a masculinidade é sempre uma aspiração.

Khel (ibid.) busca ainda chamar atenção para o fato de que há na teoria freudiana uma certa indiscriminação entre a dimensão imaginária e a dimensão simbólica do falo²¹, fazendo com que os efeitos da castração sobre a mulher – portadora da evidência imaginária da falta – estejam sempre ligados à representação do corpo. Se, por um lado, a equação pênis = bebê = falo = seio = fezes mostra que na teoria freudiana o falo está no plano do simbólico, pois não

²¹ A autora nos fornece uma breve distinção entre os planos do imaginário e do simbólico segundo Lacan: “O primeiro corresponde ao plano das imagens, calcado na dimensão do corpo, organizador dos limites narcísicos do eu (*moi*); o segundo, ao plano do significante, à dimensão do Outro e do inconsciente, de onde o *je* se manifesta como sujeito do desejo” (p. 187).

está atrelado a nenhum objeto, por outro lado, todos esses elementos são prolongamentos do corpo, aos quais

a criança atribui estatuto fálico na medida em que parecem obter a falta no corpo materno: o bebê que o pai lhe dá / as fezes que a criança lhe dá / o seio que ela oferece à criança, completando-a no ato da amamentação e assim completando-se do filho que mama (KHEL, 2008, p. 188).

A distinção entre imaginário e simbólico ainda revela, como indica Khel (ibid.), o fato de que mesmo os homens, que possuem o pênis, não têm sua falicidade garantida por isso. No plano do simbólico, somos todos castrados, homens ou mulheres. Por isso, também os homens se veem impelidos a buscar na cultura, para além do corpo, outros atributos que podem conquistar no registro simbólico. No mesmo sentido, as mulheres não são completamente despossuídas de atributos fálicos, como o próprio Freud observou ao afirmar que elas os obtinham através da beleza e da sedução. Assim, conclui a autora, “o falo, simbolizável a partir de qualquer objeto ao qual uma cultura atribua valor, não pertence a sujeito nenhum, mas está ao alcance de todos” (p. 190). Fica clara a ideia de que uma das limitações da teoria freudiana é a de reservar às mulheres somente atributos fálicos vinculados ao corpo, limitando suas possibilidades de participação na cultura.

Nesse contexto, a maternidade aparece, sem dúvida, como o destino determinado por Freud para que as mulheres se tornem verdadeiramente femininas. Jacques André (2003) descreve como fetichista a lógica que permite à mulher substituir o pênis que não possui por um bebê: ela sabe que não tem um pênis, mas em compensação tem um bebê. Mais uma vez, a pertinência dessa lógica no campo das fantasias inconscientes não deve ser estendida à teoria psicanalítica em si, lembra o autor. Isso significa dizer que, se, para Freud, a mulher consegue compensar sua castração pela conquista de um bebê, não precisamos acompanhá-lo nesse caminho. Como aponta Maria Rita Khel (2008), o bebê-falo é tão insuficiente quanto qualquer outro atributo fálico. A teoria freudiana, de fato, destina às mulheres um único papel na cultura, a saber, o de mãe. Esta condição coloca mais uma dificuldade para que a mulher se identifique com sua mãe, já que a única identificação permitida à mulher freudiana é à mãe na posição materna (ibid.). O motivo que levou Dora a abandonar sua análise inacabada com Freud parece persistir ao longo da teoria sobre a feminilidade construída pelo pai da psicanálise.

1.4- Como uma menina se separa de sua mãe?

Analizamos até aqui os caminhos, muitas vezes tortuosos, percorridos por Freud no campo da sexualidade feminina. Apesar de ter tido a oportunidade de verificar a importância da mãe para uma menina desde os primórdios da psicanálise, nas análises das histéricas, Freud sustentou por muito tempo um modelo do complexo de Édipo feminino em que só havia lugar para o pai enquanto objeto de amor da filha. Mesmo diante de casos clínicos que indicavam uma falha em seu modelo, como o da jovem paranoica e, principalmente, o da jovem homossexual, a mudança de posição teórica em Freud não ocorreu sem reticências. Os textos dos anos 20, dedicados a uma revisão da teoria da sexualidade, representaram, sem dúvida, um avanço na compreensão da sexualidade feminina em relação ao que foi produzido antes, apontando para a existência de uma relação pré-edípica da menina com a mãe. Mas é só a partir dos anos 30, com o artigo “Sexualidade feminina” (1931) e a conferência “Feminilidade” (1933[1932]) que Freud confere à relação precoce da menina com a mãe um lugar central em sua teoria. “Em suma, fica-nos a impressão de que não conseguimos entender as mulheres, a menos que valorizemos essa fase de sua vinculação pré-edípica à mãe” (1933, p. 120).

Nesses textos, Freud constata que há para a menina, na passagem da fase pré-edípica para o Édipo, duas tarefas extras em relação às que cabem ao menino: a primeira seria a de transferir a sensibilidade e a importância do clitóris para a vagina e a segunda consistiria na transferência dos investimentos amorosos da mãe para o pai. Sobre a passagem do clitóris à vagina, o próprio Freud admite em 1931 que “uma outra complicação origina-se do fato de o clitóris, com seu caráter viril, continuar a funcionar na vida sexual feminina posterior, de maneira muito variável e que ainda não é satisfatoriamente entendida” (p. 236). A renúncia ao prazer clitoridiano significava para Freud o abandono da masculinidade típica da organização fálica da menina, fundamental para que ela pudesse alcançar a feminilidade. A menina, que nesse momento era para todos os efeitos um menino, deveria recalcar boa parte de sua sexualidade ativa para se tornar mulher, mas Freud reconhece que as coisas não se dão exatamente assim. Assim como a mãe da fase pré-edípica conserva sua importância na vida posterior da mulher, o clitóris continua a desempenhar seu papel na obtenção de prazer ao lado da vagina. Talvez o momento de maior honestidade de Freud nesse mérito tenha sido em discussão com Abraham sobre os enigmas da sensibilidade do clitóris e da vagina, quando disse que “embora a questão o interessasse muito, não sabia ‘absolutamente nada sobre isso’” (GAY, 1989, p. 455).

A exigência de transferir o prazer do clitóris para a vagina produz efeitos para além da teoria freudiana nessa época. Um exemplo marcante disso está em Marie Bonaparte, que fez do percurso do clitóris à vagina algo mais anatómico que fantasmático (ANDRÉ, J., 1994). Fracassadas as tentativas de curar sua frigidez por meio da análise, esta discípula e amiga próxima de Freud buscou resolver seu problema por meio diversas cirurgias, que consistiam em aproximar o clitóris da entrada da vagina. A tentativa de transferir o prazer de um órgão a outro, conforme as indicações de Freud sobre a feminilidade, curiosamente apontam para a impossibilidade dessa transferência, já que, pela aproximação com a vagina, o clitóris continuaria sendo a fonte de prazer. Evidentemente, as tentativas foram fracassadas.

A segunda tarefa ‘a mais’ da menina, a de transferir seus investimentos amorosos da mãe para o pai, consiste, mais do que isso, em uma mudança no sexo do seu objeto, que implica em uma mudança em seu próprio sexo (FREUD, 1931). Jacques André (1994) comenta que, na passagem da pré-história do complexo de Édipo feminino para o Édipo em si, a ruptura é brutal, bem diferente da continuidade que caracteriza o desenvolvimento psicosssexual do menino, que não precisa mudar o sexo de seu objeto. Para a menina, a passagem à escolha de um objeto de outro sexo (o pai) exige o abandono do vínculo anterior com a mãe, do mesmo sexo, isto é, uma ‘mudança de sexo’. Assim, o vínculo inicial da filha à mãe possui caráter homossexual, consistindo em uma homossexualidade primária, como afirma Faure-Pragier (1997), situada no momento anterior ao complexo de Édipo, quando não há ainda efetiva escolha de objeto.

Se, em 1925, Freud já havia afirmado a existência de uma fase pré-edípica em que a mãe seria o objeto dos investimentos da menina, nos anos 30 ele se dá conta da importância dessa fase para a sexualidade feminina. “Sabíamos, naturalmente, que houvera um estágio preliminar de vinculação com a mãe, mas não sabíamos que pudesse ser tão rico e tão duradouro, e pudesse deixar atrás de si tantas oportunidades para fixações e disposições.” (1933, p. 120). Freud passa a considerar nesse momento que a intensidade da ligação da filha ao pai sucede um vínculo com a mãe igualmente intenso, do qual herdaria sua força. A ligação à mãe, além de sua intensidade, teve sua duração subestimada por Freud durante muito tempo, mas então ele percebeu que algumas mulheres poderiam simplesmente não sair desse vínculo em direção aos homens. “Assim sendo, a fase pré-edípica nas mulheres obtém uma importância que até agora não lhe havíamos atribuído” (FREUD, 1931, p. 234).

Essa descoberta é para Freud tão significativa que o leva até mesmo a por em perigo um dos pilares de sua teoria, segundo a qual o complexo de Édipo é o núcleo de todas as neuroses. Em 1931 ele considera que essa fase pré-edípica feminina é onde se concentram as fixações e recalques aos quais podem ser imputadas as neuroses femininas. A etiologia da histeria e da paranoia posterior nas mulheres é atribuída a essa fase de dependência da mãe. Entretanto, ciente da dimensão da alteração proposta, Freud conserva certa reticência, declarando compreender a eventual relutância dos leitores em segui-lo. Demonstrando ainda seu desconforto com o destronamento do Édipo de seu lugar de origem das neuroses, Freud propõe uma solução de compromisso: ampliar o alcance do complexo de Édipo até essas relações mais arcaicas, “dizendo que a mulher só atinge a normal situação edípica depois de ter superado um período anterior que é governado pelo complexo negativo” (ibid., p. 234). O complexo de Édipo feminino positivo passa a ser considerado como uma formação secundária à ligação anterior com a mãe: um complexo de Édipo negativo, em que o pai é mero rival. No mesmo sentido, a rivalidade da menina com a mãe não se origina no Édipo, mas é apenas reforçada neste momento, estando relacionada à mudança de objeto efetuada pela menina à sua entrada no Édipo positivo.

Seguindo as indicações freudianas, nosso interesse deve se dirigir agora para os mecanismos operantes no afastamento da menina em relação à mãe, “que era um objeto tão intensa e exclusivamente amado” (1931, p. 239). Freud adverte que iremos nos deparar com uma extensa lista de queixas e acusações dirigidas pela filha à mãe, dentre as quais muitas são evidentes racionalizações que não explicam a verdadeira origem da hostilidade (1933). A primeira delas é a queixa de não ter sido suficientemente amamentada pela mãe, de que esta não lhe deu leite suficiente. Freud pondera que na sociedade moderna as mães de fato amamentam seus filhos por menos tempo, deixando-os em um estado que parece ser de insaciedade permanente. Por outro lado, ele acredita que, mesmo que a amamentação durasse mais tempo, a criança seria igualmente insaciável, pois ela “nunca supera o sofrimento de perder o seio materno” (ibid., p. 122).

O outro motivo levantado é a ocorrência de ciúmes pela chegada de um outro bebê. Freud mais uma vez admite que esse rival indesejado, principalmente se nascido pouco tempo depois, de fato obriga a mãe a desmamar a primeira criança para atender suas necessidades. Mas a criança não se ressentir só da amamentação, e sim de todos os sinais de cuidados maternos dedicados a esse intruso. Sentindo-se espoliada, passa a odiar o novo bebê e a mãe infiel, a quem pune com alterações em sua conduta (FREUD, 1933). Mas, novamente, a

demanda infantil é insaciável. “O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo (...) sendo incapaz de obter satisfação completa (...) está condenado a acabar em desapontamento e a ceder lugar a uma atitude hostil” (FREUD, 1931, p. 239).

A queixa seguinte se refere à proibição da masturbação, frequente na fase fálica, em que o abandono do prazer obtido com o clitóris se transforma em ressentimento contra a pessoa que o proíbe, isto é, a mãe ou seu substituto (ibid.). Freud considera que esse prazer é desencadeado inicialmente não por uma fantasia, mas pelos cuidados de higiene executados pela mãe ou substituta, que posteriormente se tornam as sedutoras na fantasia infantil. Na puberdade, a mesma pessoa que seduz será responsável por infligir nova restrição à sexualidade da filha, tornando-se guardiã de sua castidade (ibid.). Mas Freud faz uma objeção fundamental a essas explicações:

Todos esses fatores – as desfeitas, os desapontamentos no amor, o ciúme, a sedução seguida da proibição – afinal também estão atuantes na relação do menino com sua mãe e, ainda assim, não são capazes de afastá-lo do objeto materno. A menos que possamos encontrar algo que seja específico das meninas e não esteja presente, ou não esteja presente da mesma maneira, nos meninos, não teremos explicado o término da vinculação das meninas à sua mãe (1933, p. 124).

As soluções teóricas adotadas por Freud para essa questão são marcadamente distintas no artigo de 1931 e na conferência proferida em 1932. Nesta, o motivo que afasta definitivamente a menina da mãe, e que não está presente no caso do menino, é a inveja do pênis, consequência do complexo de castração feminino. A constatação da castração consumada na fantasia da menina faz com que ela responsabilize a mãe pela sua falta de pênis, isto é, a filha se ressent de que a mãe a tenha trazido ao mundo como menina (1933). No artigo de 1931, apesar de não considerar este o fator decisivo para a hostilidade da filha, Freud menciona que a depreciação que, a princípio, a menina faz apenas de seu órgão genital é posteriormente estendida a outras crianças e a outros adultos. Quando, por fim, a castração é generalizada a todos os seres do sexo feminino, a mãe da menina passa a ser fortemente depreciada, perdendo sua falcidade aos olhos da filha.

Mas é outro motivo levantado por Freud nos dois textos que nos proporciona os desdobramentos mais esclarecedores sobre a separação entre a menina e a mãe, opinião compartilhada com Serge André (2011) e Jacques André (1994). Para Freud, a “primeira relação amorosa da criança está destinada à dissolução pelo próprio motivo de ser a primeira, pois essas primeiras catexias objetais são, habitualmente, em grau elevado ambivalentes”

(FREUD, 1933, p. 124). Trata-se, portanto, da *ambivalência infantil*, característica das primeiras fases da vida erótica. Este é considerado por Freud, somente em 1931, o principal fator para essa separação, opinião que foi modificada na conferência posterior, em que é apenas mencionado ao lado dos demais. A coexistência de amor e ódio em intensas proporções, sempre presentes na relação com o objeto primário, leva à dissolução desse vínculo, já que “quanto mais profundamente uma criança ama seu objeto, mais sensível se torna aos desapontamentos e frustrações provenientes desse objeto” (1933, p. 124). A consequência da hostilidade acumulada na relação primária com o objeto é que ela acaba por suplantando o amor, levando à separação (ibid.).

Em 1931 Freud é enfático ao afirmar que é precisamente devido à existência da ambivalência infantil que a menina é levada a abandonar o vínculo com a mãe. Porém, sendo esta ambivalência uma característica geral da sexualidade infantil, ela deveria se referir também aos meninos, que, diferentemente, conservam o objeto materno no complexo de Édipo. Assim, como ocorre que para eles a ambivalência infantil não leve a uma hostilidade acumulada à mãe, obrigando à separação? Freud oferece uma resposta: “Porque os meninos podem lidar com seus sentimentos ambivalentes para com a mãe dirigindo toda sua hostilidade para o pai.” (1931, p. 243). Às meninas não está disponível essa opção, pois é ao pai que devem se voltar para ingressar no Édipo.

Serge André (2011) comenta que seria possível buscar o fundamento para essa ambivalência na relação da filha com a mãe no fato de que, para a menina, a mãe de quem ela deve se separar é também aquela a quem ela deve se identificar para tornar-se mulher. Essa dupla natureza da mãe, como objeto de amor a ser abandonado e como polo de identificação, é absolutamente paradoxal, pois obriga a menina a identificar-se com a mãe que hostiliza. Nesse caso, tratar-se-ia da “persistência de uma relação imaginária, erótico-agressiva, entre mãe e filha” (ibid., p. 218-219). Essa proposição nos revela a importante articulação entre separação e identificação para a elucidação da sexualidade feminina, que abordaremos no capítulo 2.

Mas este autor aposta em outra explicação para a ambivalência, valendo-se das elaborações de Freud sobre a dialética atividade/passividade. Freud descreve a fase pré-edípica como um momento em que os objetivos sexuais da menina para com a mãe são tanto ativos quanto passivos, determinados pelas fases de organização libidinal que ela atravessa (1931). Contudo, há um modo especial de relação entre atividade e passividade: “quando uma

criança recebe uma impressão passiva, ele tende a produzir uma reação ativa. Tenta fazer ela própria o que acabou de ser feito a ela.” (FREUD, 1931, p. 244). Os cuidados da mãe são estímulos passivos sobre a criança, aos quais ela tende a reagir de forma ativa, como parte do trabalho de dominação do mundo externo. Assim, seja na fase oral, na sádico-anal ou na fálica, a tendência da criança é de transformar uma impressão passiva em um impulso ativo.

Freud fala ainda sobre a dificuldade do analista de entrar em contato com esses impulsos primitivos dirigidos à mãe, que frequentemente só podem ser acessados de forma indireta, transferidos para o objeto paterno posterior. Na fase oral, a amamentação dá lugar a um sugar ativo por parte da criança. Os desejos orais agressivos e sádicos da menina podem aparecer no futuro como temor de ser morta pela mãe, numa projeção da hostilidade da menina à mãe e do seu desejo de devorá-la, já que a mãe é a provedora de seu alimento. No nível sádico-anal, a excitação passiva provocada pelos cuidados maternos na zona intestinal pode ser respondida com um desejo de agressão, que se manifesta como raiva ou, quando esta é reprimida, como forte ansiedade. Quanto aos impulsos fálcos passivos, a estimulação clitoridiana durante a limpeza e os cuidados maternos faz com que frequentemente a mãe seja percebida como sedutora, sendo o pai acusado disto em seu lugar nas fantasias posteriores. Já em relação aos impulsos fálcos ativos, a masturbação clitoridiana nessa fase pode ser acompanhada de ideias referentes à mãe, o que pode levar a menina, assim como o menino, a pensar que deu à mãe um novo bebê que chega.

A brincadeira infantil com bonecas é vista por Freud como uma expressão do desejo da menina de adotar uma atitude ativa em relação à mãe, colocando-se em seu lugar e tomando a boneca como filha. Esse desejo também pode se expressar na brincadeira em que a filha determina uma inversão de papéis, cuidando da mãe como a mãe cuida dela. “Temos aqui uma revolta inequívoca contra a passividade e uma preferência pelo papel ativo.”, afirma Freud (1931, p. 244). “Esta revolta não é mais do que a expressão de um *desejo de separação*”, defende Serge André (2011, p. 219), aproximando os impulsos ativos ao impulso de separação. De acordo com o autor, a oscilação infantil entre atividade e passividade nada mais é do que uma luta em torno do lugar do objeto: ser o objeto da mãe ou tomar a mãe como seu objeto. De fato, somente ao subtrair-se da posição de objeto da mãe é possível à menina ocupar a posição de sujeito. Para ocupar tal posição, é preciso separar-se minimamente do objeto primário. O autor vai além, descrevendo a relação primária entre mãe e filha por um viés exclusivamente combativo. “Esta relação primária com a mãe não é sob aspecto algum uma fusão ou comunhão: ao contrário, é uma luta ferrenha cujo objetivo, em

última instância, é o de determinar quem vai devorar o outro” (ANDRÉ, S., 2011, p. 221). Daremos nossa descrição dos processos que se passam nessa relação primária no capítulo seguinte.

Nesse contexto, Freud se depara com novo impasse: se para a menina é necessária certa dose de atividade para se separar da mãe, é igualmente necessário que ela conserve uma parcela de passividade para se voltar ao pai. Assim, em 1933, Freud é levado a reconhecer, contrariamente ao que defendeu até então, que feminilidade não é sinônimo de passividade; para que a menina possa dar preferência a fins passivos, junto ao pai, “é necessária uma grande quantidade de atividade” (1933, p. 116). Desse modo, diz Serge André (op. cit.), chegamos à conclusão de que no destino da menina não podemos falar em verdadeiras substituições, mas apenas em desdobramentos. Seja do ponto de vista do objeto, da zona genital ou dos modos de satisfação, “os caracteres da fase pré-edípica jamais são verdadeiramente eliminados, e estão sempre prontos a voltar à tona” (ANDRÉ, S., op. cit., p. 221). Isso significa que a teoria freudiana sobre a feminilidade, em que a mulher assume posição passiva diante do marido, substituto do pai, e tem como órgão de prazer a vagina, encontra em seu próprio escopo fundamentos para a postulação de uma camada mais arcaica no psiquismo feminino, onde os impulsos ativos vividos na relação com a mãe e o prazer clitoridiano permanecem vivos e podem produzir efeitos a qualquer momento. Podemos afirmar, seguindo essas indicações, que a mãe nunca é completamente abandonada por uma mulher. Por outro lado, é preciso separar-se dela em uma medida que permita à menina tornar-se mulher e, com isso, tornar-se sujeito. Trataremos disso também no próximo capítulo.

Ao final da conferência de 1932, enunciando suas últimas palavras dedicadas à feminilidade, Freud admite que tudo que concebeu até então se mostra incompleto e fragmentário, deixando ao leitor a opção de consultar sua própria experiência ou os poetas, se quiser maiores esclarecimentos. Diante desse desfecho, Jacques André (1994) questiona: por que Freud teve tanta dificuldade em decifrar o processo de separação entre mãe e filha? A que motivo podemos atribuir os longos anos de cegueira do fundador da psicanálise? Freud dá indicações para a resposta em 1931:

Tudo na esfera dessa primeira ligação com a mãe me parecia tão difícil de apreender nas análises – tão esmaecido pelo tempo e tão obscuro e quase impossível de revivificar – que era como se houvesse sucumbido a uma repressão [recalque] especialmente inexorável. Mas talvez tenha ficado com essa impressão porque as mulheres que estavam em análise comigo podiam aferrar-se à própria ligação com o pai em que se tinham refugiado da fase primitiva em questão (p. 234).

Fica claro que Freud ocupava a posição do pai na transferência com suas pacientes mulheres e o sabia. De fato, ele afirma que não gostava de ser a mãe na transferência, sentindo-se muito masculino para isso²². Ele acrescenta ainda, em 1931, que algumas de suas discípulas analistas, como Jeanne Lampl-de Groot e Helene Deutsch, puderam entrar mais facilmente em contato com o material analítico referente à fase pré-edípica de suas pacientes, por ocuparem na transferência a posição materna. Peter Gay (1989), biógrafo de Freud, comenta que se, por um lado, Freud concedia às mulheres um importante reconhecimento no campo da prática analítica, afirmando que elas poderiam em algumas situações ser mais competentes que os homens, por outro lado, havia nesse elogio uma sutil expressão dos preconceitos freudianos: a mulher analista se saíria melhor desempenhando o papel a que foi destinada biologicamente: o de mãe (ibid.).

Jacques André (1994) considera a dificuldade de Freud em decifrar a separação entre mãe e filha uma consequência do fato de que ele não pôde ocupar o lugar da mãe na transferência. Retomando a questão da ambivalência infantil, à qual Freud atribui a separação da menina em relação à mãe em 1931, este autor afirma que faltou a Freud considerar o ponto de vista *intersubjetivo*. Apesar de ter levado em consideração a ambivalência do ponto de vista da menina, faltou a Freud considerar a ambivalência materna em relação à filha e sua função de separação entre as duas. Nas palavras do autor:

O inconsciente materno (e paterno) é a grande ausência desses textos sobre a feminilidade. Os primeiros tempos da vida sexual são tão marcados pela relação inconsciente da mãe com a filha quanto da filha com a mãe; e a questão da ambivalência é inseparável das representações inconscientes maternas (ANDRÉ, J., *ibid.*, p. 27).

A partir dessa formulação de Jacques André, propomos que não só a ambivalência infantil, mas também a *ambivalência materna* tem função essencial no processo de separação entre mãe e filha. Consideramos que o papel da ambivalência infantil não foi suficientemente compreendido por Freud: apesar de ter observado que essa característica da sexualidade infantil produz efeitos de separação especialmente para a menina, Freud não se deu conta de como o impulso à separação infantil implica em uma batalha com a mãe para decidir quem vai ocupar a posição de objeto (ANDRÉ, S., 2011). Assim como a menina ama e hostiliza a mãe, esta também dedica a ela seu amor e seu ódio, seu desejo de que a filha se torne um sujeito, separada dela, e a esperança inconsciente de mantê-la para sempre ao alcance de seus próprios desejos, odiando-a quando é frustrada. Os possíveis encaminhamentos encontrados

²² Citado por Hilda Doolittle em suas memórias da análise com Freud (*Por amor a Freud*, 2012, p. 168).

para a ambivalência materna interferem de modo importante na possibilidade de separação da filha, que depende consideravelmente da permissão da mãe para ocorrer. Se a mãe não desejar que a filha se separe dela, esse processo será muito dificultado pela condição de dependência infantil da filha à mãe.

É preciso, portanto, pensar dialeticamente no processo de separação entre mãe e filha, levando em consideração os possíveis arranjos entre o impulso à separação infantil e as respostas do lado da mãe. Tratando-se da questão da separação entre a mãe e uma menina, não um menino, devemos estabelecer quais as especificidades impostas por essa diferença ao processo de separação. Se podemos afirmar, desde Freud, que é mais difícil para uma filha do que para um filho se separar da mãe, será mais penoso para uma mãe o desligamento de uma filha do que o de um filho? Essa questão, não formulada por Freud, nos leva a outros autores na busca por uma resposta. Nosso objetivo, a partir de agora, é investigar como uma menina e sua mãe podem se separar, atravessando esse processo desde os momentos mais precoces da constituição psíquica até a resolução do Édipo feminino. A partir de um ponto de vista intersubjetivo, buscaremos compreender as situações em que a separação é possível e aquelas em que se observa uma impossibilidade de sua ocorrência.

2 - A possível separação entre mãe e filha

Neste capítulo, buscaremos encontrar respostas para questão deixada por Freud ao final de sua obra: como uma menina se separa de sua mãe? Partindo do princípio de que toda criança nasce em uma condição de dependência à mãe, investigaremos quais os efeitos da onipotência materna sobre o processo de separação, bem como a natureza do impulso à separação que atribuímos a toda criança. Em seguida, buscaremos delimitar as diferenças entre a separação do menino ou da menina em relação à mãe. Para isso, trataremos do tema da função paterna em seu papel de separação e das identificações efetuadas pela menina no processo de tornar-se mulher, procurando estabelecer as limitações que esses recursos apresentam. Finalmente, abordaremos a separação da filha do ponto de vista da mãe, buscando estabelecer uma relação entre a ambivalência materna e a identidade sexual da mãe com a filha. Essa questão será perpassada pela noção de narcisismo, fundamental para a compreensão das projeções maternas sobre a filha e suas consequências sobre a constituição do narcisismo na menina, processo estreitamente ligado à separação.

A partir dessas formulações, esperamos trazer à discussão sobre a separação entre mãe e filha o ponto de vista intersubjetivo, como proposto por Jacques André (1994). Vimos que a ambivalência da filha, especialmente a hostilidade dirigida à mãe, é motivo para a separação, isto é, para que a menina se volte ao pai. Neste capítulo, veremos que essa separação nunca se efetua completamente, fazendo a menina permanecer em parte vinculada à mãe. A ambivalência infantil, em seu misto de amor e ódio, tem uma pré-história em que a criança ainda não é capaz de odiar, como observa Winnicott (1950-1955). Nesse momento, o “amor-de-boca” da criança pela mãe, ainda não diferenciadas, é acompanhado de um impulso à separação na criança. Nosso primeiro objetivo é compreender em que consiste esse impulso e como se dá seu encontro com a onipotência materna, decorrente da condição infantil de dependência absoluta à mãe. Nesse sentido, buscaremos privilegiar uma abordagem dessa questão que considere o ponto de vista pulsional.

Para buscar, nesse contexto, as especificidades da separação da menina em relação à mãe, é preciso articular a separação às identificações que estão presentes ao longo de toda a vida, participando especialmente da constituição de uma identidade sexuada. Nesse contexto, saímos do campo das relações duais entre mãe e bebê para adentrar as relações triangulares que se estabelecem entre a menina e as figuras materna e paterna, bem como seus substitutos. Veremos que a triangulação, no caso específico da menina, não tem o poder de retirá-la

totalmente da relação pré-edípica com a mãe, de tipo dual. Por isso, retornaremos a essa relação com um novo olhar: se antes vimos os processos precoces de separação do ponto de vista da criança de ambos os sexos e sua mãe, agora analisaremos as relações especulares que se estabelecem entre uma mãe e sua filha menina. Buscaremos no contexto do narcisismo da mãe e da filha a compreensão para a dificuldade especial que ambas encontram para se separarem, a partir de uma perspectiva intersubjetiva. Assim, ao lado da ambivalência da filha, a ambivalência da mãe irá se revelar um recurso importante para a separação.

2.1- A onipotência materna e o impulso à separação

Toda criança nasce em uma condição de total dependência ao outro e essa condição determina fundamentalmente seu processo de subjetivação e constituição psíquica. Tornar-se sujeito – sujeito do desejo, capaz de deslocar sua libido entre os objetos, mas também sujeito que habita um corpo que lhe é próprio, recoberto por uma imagem integrada de si – só é possível a partir do outro. A esse outro nos referimos regularmente como ‘mãe’, mas é preciso dizer que se trata mais de uma posição do que de uma relação estabelecida biologicamente: mesmo que o vínculo carnal com aquela que dá à luz não possa ser desconsiderado, a mãe é, nesse contexto, a pessoa que ocupa posição central à subjetivação do recém-nascido.

A situação de dependência na qual a criança é lançada a partir de seu nascimento passa pelos cuidados que garantem sua sobrevivência, como a alimentação, a higiene e a proteção, mas se desdobra em outras modalidades de dependência ao outro. No plano pulsional, a criança é dependente dos investimentos libidinais da mãe para que se constitua para ela um corpo erogenizado, onde havia apenas um organismo. Também é do outro materno que provêm o investimento e a palavra que recobrem a imagem desse corpo de uma representação unificada que poderá ser chamada de Eu. Antes ainda, a mãe será a matriz a partir da qual se edificarão os alicerces do aparelho psíquico.

Freud explicitou em diversas oportunidades como a condição de dependência infantil ao outro é determinante para a constituição subjetiva. Isso pode ser observado desde o Projeto (1895/1950), em que descreve pela primeira vez o momento mítico da experiência primária de satisfação do bebê e com isso nos oferece uma primeira formulação sobre o processo de separação em relação à mãe. As necessidades fisiológicas do bebê, como a fome, produzem um aumento de tensão em seu aparelho psíquico, que é percebido como desprazer. Nesse

contexto, o choro do bebê, que, para ele, é apenas uma tentativa de se desvencilhar da tensão interna, representa para a mãe, a partir de seu universo simbólico, uma demanda. Assim, a mãe surge como a pessoa responsável por fazer cessar esses estímulos internos de ordem somática, promovendo uma ação específica que o recém-nascido não poderia realizar sozinho – por exemplo, oferecendo o seio e o leite para aplacar a fome. Isso já aponta para uma dimensão da dependência, mas o que ocorre quando a mãe atende as necessidades infantis produz também efeitos de outra ordem.

O primeiro deles se refere ao fato de que, ao promover a satisfação da necessidade e a redução da tensão, a mãe inscreve no aparelho psíquico infantil a marca de uma satisfação que ultrapassa o registro da necessidade, pois se refere a uma experiência de prazer. Assim, o registro da satisfação da necessidade passa a ser ligado à imagem mnêmica do objeto que a proporcionou – isto é, o seio. Esse traço mnésico constitui o representante da experiência pulsional para a criança, que a partir de agora não pode mais aparecer como pura necessidade²³. Quando a necessidade se apresentar novamente, devido à facilitação constituída, essa imagem poderá ser reinvestida pelo bebê, produzindo um estado análogo à percepção – uma alucinação, que nesse momento precoce não pode ser distinta da realidade. Mas essa satisfação alucinatória, após sucessivas repetições, não será mais suficiente, levando a criança a buscar no exterior o objeto real que pode satisfazer a pulsão, de acordo com seu registro mnêmico. Essa passagem é da ordem de uma perda, pois ela precisa agora demandar pela satisfação que antes era proporcionada pela mãe sem que ela se desse conta. A condição inescapável de apelo ao outro é a marca do desamparo do sujeito. Mas esse primeiro encontro mítico com o objeto materno nunca poderá ser reeditado, lançando o sujeito em uma busca por satisfações substitutivas, o que constitui a condição desejante. Depreende-se desse esquema que, na base da possibilidade de desejar, está a condição de dependência ao outro nos primórdios do psiquismo.

Segundo Balestrière (2003), o que Freud destaca no Projeto é a dimensão de satisfação presente nessa experiência primária, aspecto fundamental para compreendermos a constituição do desejo enquanto busca de reedição dessa experiência. Porém, paralelamente à ocorrência da satisfação, a autora considera importante ressaltar, nessa mesma experiência, o efeito de apaziguamento gerado pela ação específica advinda do outro, levando à redução da tensão, isto é, das intensidades que atingem o aparelho psíquico. Os gritos do bebê e seus

²³ DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*, 1989.

movimentos musculares descoordenados, tentativa de descarga dessas intensidades, indicam à mãe (ou quem cuide dele) que ele se encontra em estado de tensão, adquirindo aos poucos valor de comunicação. Balestrière (2003) indica que a ação específica advinda dos cuidados maternos representa a possibilidade para o bebê de vivenciar as tensões advindas do organismo de maneira suportável, isto é, esses cuidados funcionam como uma instância de apaziguamento que fará com que “a tensão não seja mais ‘louca’” (p. 48).

A ação específica consiste, para a autora, no elemento que intervém sobre a tendência à descarga total da tensão, representada pelo princípio de inércia, estabelecendo no bebê o princípio da constância enquanto possibilidade de suportar certa quantidade de tensão. Se trouxermos essas colocações para o contexto do segundo dualismo pulsional de Freud, poderíamos dizer que a ação específica da mãe faz incidirem os efeitos das pulsões de vida sobre a ação da pulsão de morte no psiquismo infantil. Mas esses efeitos só podem se realizar pelo estabelecimento de um ritmo entre os momentos de presença e de ausência da mãe que propicie a experiência de continuidade, impedindo que o excesso de ausência se torne excesso de tensão e que o excesso de presença impeça a emergência do desejo. A possibilidade da criança de se separar da mãe, assim, está ligada à capacidade de suportar cada vez mais sua ausência. Isso só se torna possível se a criança puder contar com recursos internos para fazer frente ao aumento de tensão no aparelho psíquico, tornando a função materna um objeto interno confiável. Nesse contexto, a instauração de uma temporalidade favorável nos cuidados maternos iniciais representa a condição para que a mãe possa gradualmente ir e vir, sem gerar uma angústia insuportável, mas sim estabelecendo um estado de desejo, em que há lugar para experiências de prazer na relação com o objeto.

A ideia de que a criança se constitui a partir de uma relação de dependência absoluta com a mãe não é objeto de discussão na psicanálise, mas há uma divergência considerável entre algumas posições teóricas quanto às condições oferecidas pela mãe e pela criança para favorecer ou não o processo de separação. Um primeiro ponto de vista é o de Winnicott, para quem tanto a mãe quanto o bebê, *em uma situação de saúde*, colaborariam sem resistências para a separação, ele com sua tendência inata ao amadurecimento (1963a), ela fornecendo o ambiente adequado para que essa tendência se realize. De acordo com o autor, o início da vida do bebê é marcado por um modo de relação dual com a mãe, ou nem mesmo dual, pois não há separação entre eles. Isso significa que, por mais que um observador externo consiga identificar a existência de um bebê e uma mãe separadamente, para o bebê, ele e sua mãe

formam uma unidade: o bebê é o seio e o seio é o bebê²⁴. No início da vida, não existe a mãe como pessoa total para o bebê, tudo é subjetivo para ele. O bebê também não é capaz de perceber que é a mãe que cuida dele, só os efeitos dos cuidados maternos são sentidos ao gerar tranquilidade. Ao apresentar o seio no momento exato em que o bebê sente fome e o alucina, a mãe propicia a ele a experiência da ilusão de que ele criou o seio (WINNICOTT, 1945). Assim, o seio, ou a mãe, enquanto objeto, é para o bebê um objeto subjetivo, criado por ele e, portanto, parte dele.

É preciso que a mãe falhe gradualmente na apresentação do seio, propicia à ilusão, para que o bebê possa admitir a existência de um objeto fora dele, que está na realidade – falha que não é penosa à mãe, pois ela não suportaria tal nível de devoção indefinidamente. Mas para ter sucesso em desiludir o bebê, a mãe deve ter oferecido a ele uma experiência satisfatória de ilusão anterior, adaptando-se completamente a suas necessidades ao ingressar na condição que Winnicott denominou de “preocupação materna primária”. Outra condição para o sucesso do processo de desilusão é a de que a mãe apresente o mundo de forma contínua ao bebê, sendo sempre “ela mesma”, e com isso a realidade não seja apresentada de forma confusa para ele (WINNICOTT, 1963a). Na teoria winnicottiana, se a mãe e o bebê forem saudáveis, encontrarão as condições para realizar a superação da dependência e a separação. O papel do pai, consideravelmente apagado na obra do autor, seria o de cuidar da mãe para que ela possa sustentar seu estado de preocupação materna primária, isto é, de identificação profunda com o recém-nascido e dedicação integral a ele, contribuindo para um ambiente suficientemente bom para seu desenvolvimento.

Quanto à tendência inata ao amadurecimento por parte do bebê referida em 1963, Winnicott fornece a explicação de que se trata de uma tendência herdada, que possui uma realidade própria. Apesar do autor não fazer a correlação com seus trabalhos anteriores sobre a agressividade (1950/1955), acreditamos que eles podem elucidar melhor sua posição quanto aos impulsos primitivos do bebê. Para ele, antes da ocorrência do processo de integração que permite o surgimento do Eu, há um tipo especial de agressividade presente no bebê, uma agressividade sem intenção. Em suas origens, que remontam à vida intrauterina, ela é praticamente sinônimo de atividade. Trata-se da “motilidade”, cujas raízes Winnicott localiza na experiência instintiva. A partir da motilidade, o bebê descobre e redescobre o ambiente. Trata-se de um período anterior à presença da ambivalência infantil, que, para ele, não é

²⁴ *Explorações psicanalíticas*, 1989, p. 150.

originária. Nesse período não existe ódio, pois a destruição, sempre acidental, do objeto está incluída nas formas de expressão de um amor impiedoso²⁵ dirigido pelo bebê à mãe – a mãe se sente atacada pelo bebê, mas ele não sabe o que causa a ela, nem mesmo sabe de sua existência. A mãe suficientemente boa expressa seu amor nos cuidados ao bebê e oferece resistência ao seu impulso agressivo, mas permitindo que ele se expresse, sem intrusões. Assim, os impulsos agressivos poderão – nunca completamente – ser fundidos com os componentes eróticos pela criança. O impulso agressivo poderia, a nosso ver, ser tomado como uma versão do impulso à separação na teoria de Winnicott, já que participa do movimento do bebê em direção ao mundo.

Há ainda o ponto de vista que confere à mãe um aspecto devorador de sua criança, que somente poderá ser freado pela intervenção simbólica do pai: “a criança é salva pelo pai de ser devorada pela mãe”, diz Malvine Zalcberg (2003, p. 93). Apoiada na teoria lacaniana, a autora descreve o início da vida psíquica como uma situação de alienação do bebê no desejo da mãe. A criança, ao nascer, mergulha em um mundo que só pode ser nomeado pela mãe, a partir das coordenadas de seu desejo. Nesse contexto, a mãe confere à criança o lugar de objeto que serviria para estancar sua falta, ligada à castração, enquanto a criança busca ativamente ocupar esse lugar para, assim, encontrar uma primeira identificação que lhe dê alguma possibilidade de ser: ser o objeto do desejo da mãe. Segundo essa perspectiva, mãe e criança parecem determinadas a permanecer na ilusão de que podem encobrir a falta uma da outra. Para a ocorrência da separação, torna-se imprescindível a intervenção paterna, proibindo essa relação incestuosa ao colocar-se entre mãe e criança. “O futuro da criança depende da interferência simbólica do pai e da disposição da mãe de aceitá-la, a evitar que a criança permaneça totalmente imersa e alienada no universo materno” (ZALCBERG, *ibid.*, p. 61). Mesmo que a função paterna não coincida com a presença real do pai da criança, nos interessa apontar que, por esse ponto de vista, algo deve romper essa ligação incestuosa que, do contrário, se perpetuaria. “A entrada simbólica do pai nessa relação mãe-criança proíbe-a de continuar nessa posição submissa ao desejo da mãe” (*ibid.*, p. 67).

Bem diferente deste é o ponto de vista de Serge André (2011), apesar de igualmente apoiado na teoria de Lacan. Partindo da premissa freudiana de 1914 de que toda mãe investe seu bebê de uma imagem narcísica a partir de seu próprio narcisismo, o autor propõe que a frequente dissonância entre a criança que a mãe imaginava durante a gravidez e a criança real

²⁵ Sem preocupação ou concernimento (*concerning*).

que se apresenta no nascimento funciona como ponto de apoio para o movimento de separação da criança. André (2011) estabelece que há uma relação triangular entre a mãe onipotente, a criança imaginada e a criança real. Entre a mãe e a criança real, se passa um conflito na esfera pulsional, uma luta em torno do lugar do sujeito e do objeto, entre devorar e ser devorado. Entre a mãe e a criança imaginária, é a castração que se coloca como problemática a ser encaminhada, dependendo de como a mãe elaborou a própria castração. Trataremos disso mais à frente. Mas é na relação entre a criança real e a criança imaginária que o autor assume posição diversa da de Zalcberg (2003). Para ele, quando a criança real busca se identificar à criança imaginária para preencher a falta materna, nesse mesmo movimento é obrigada a admitir que algo falta à mãe: é por essa brecha que a instância paterna pode fazer seus efeitos de dar significado à falta no desejo da mãe, pela via do falo. O pai deixa de ser um interventor para ser aquele que vem nomear a falta materna, tão enigmática para a criança.

Assim, para Serge André (op. cit.), a identificação da criança ao falo imaginário da mãe não se sustenta facilmente, o que favoreceria a separação. Essa elaboração deve se somar à questão apresentada no final do capítulo anterior, com base no mesmo autor, de que na passagem da criança da posição passiva à posição ativa existe um movimento de separação. Concluimos que, para ele, a disputa entre a mãe e a criança real em torno do lugar do objeto, ligada a essa dialética entre passividade e atividade, não é suficiente para explicar a separação. Esta precisa ser articulada à elaboração da castração, especialmente entre mãe e filha, e, principalmente, à impossibilidade da filha preencher totalmente a falta da mãe.

Ainda no território da teoria lacaniana, Geneviève Morel (2008) aponta que a noção de que o desejo da mãe deve ser substituído pela metáfora paterna, promovendo a separação no contexto do complexo de Édipo, não é a última posição teórica de Lacan, mas mesmo assim é muitas vezes utilizada por seus seguidores mais “preguiçosos”. Segundo a autora, se levarmos em consideração as últimas produções de Lacan, veremos que há um descentramento em relação ao complexo de Édipo: a interdição do incesto, única condição para que o sujeito se separe de sua mãe, pode ser assegurada tanto pela lei fálica vinda do pai quanto por qualquer outro sintoma. Sim, para a autora, a metáfora paterna é um sintoma produzido pelo sujeito a partir do pai para se separar, mas outros sintomas podem igualmente promover essa separação. Essa perspectiva confere positividade a sintomas separadores que não aquele produzido no complexo de Édipo, que seria o sintoma do neurótico – diga-se de passagem, do homem neurótico, pois se retornarmos a Freud veremos que a castração não produz na mulher

os mesmos efeitos que no homem. Voltaremos a essa questão. Para Morel (2008), muitos psicóticos conseguem evitar sua “loucura” utilizando-se de sintomas muito singulares para se separarem do desejo da mãe. Há uma forte dimensão de criação no sintoma separador, outro aspecto que fará da psicose, então positivada, uma condição próxima da feminilidade. A autora considera que, contrariamente a um preconceito persistente, certas neuroses podem ser mais graves que psicoses.

É preciso dizer que Morel, na verdade, faz uma distinção entre o desejo da mãe, como desejo de tomar a criança como seu falo, e a “lei da mãe”, título de seu livro. Enquanto o desejo da mãe se liga à ausência e aponta para a falta materna, a lei da mãe se refere a um excesso de presença, que não é simbolizado. Para ela, a “lei da mãe”, comum a todos os seres humanos, nos marca definitivamente. É preciso subtrair-se a ela para nos tornarmos sujeitos, mas isso é conseguido sempre parcialmente. Essa lei é transmitida à criança desde os primeiros tempos, é feita de palavras atreladas ao prazer e ao sofrimento e repleta de equívocos. O sintoma separador, ou “*sinthome*”, como nomeado por Lacan, é baseado em uma interpretação da palavra equívoca da mãe que atinge a função de frear seu poder. No texto de Morel fica claro, a partir de seus exemplos clínicos, que a responsabilidade de criar um sintoma que consiga esse feito é, em última instância, da criança, que pode interpretar o discurso equívoco materno em seu favor ou desfavor. Interessa-nos, nessa perspectiva, ressaltar que o Édipo não é o único caminho que pode conferir ao sujeito a possibilidade de produzir um sintoma e se separar de sua mãe. Também parece frutífera a perspectiva de que o meio para alcançar essa separação é a criação singular de um sintoma separador: a criatividade e a singularidade são características indispensáveis da solução que toda mulher precisará construir para se separar de sua mãe. Criação que é de sua responsabilidade, mas não queremos deixar de lado a consideração de que a mãe, com sua onipotência, pode favorecer ou dificultar sua conquista.

Assim, nosso ponto de vista é que, no processo de separação entre uma criança e sua mãe, há um encontro de forças que pressionam para a separação e para o aprisionamento na antiga lei da mãe. Essas forças brotam tanto da criança quanto da mãe, já que ambas são marcadas pelo assujeitamento às suas próprias mães e pela falta que permite a criação de soluções separadoras. Trata-se de uma perspectiva dinâmica, que não supõe que há na neurose algo que falta na psicose, como se, na primeira, a separação estivesse completa e, na segunda, não houvesse qualquer diferenciação em relação à mãe. Qualquer separação é sempre parcial e precisa ser constantemente atualizada para manter seus efeitos. Talvez seja possível afirmar

que a separação assegurada através da lei fálica, conquistada pelos homens neuróticos, traz uma menor exigência de trabalho para o aparelho psíquico do que as soluções, sempre singulares, criadas por mulheres e psicóticos.

Para falarmos em exigência de trabalho para o psiquismo, é preciso trazer à abordagem do processo de separação o ponto de vista pulsional. Nenhuma das contribuições teóricas discutidas até agora desenvolve suficientemente essa perspectiva, que julgamos fundamental para prosseguirmos em nossa busca por uma compreensão do impulso à separação frente à onipotência materna. Em Winnicott (1963a), o impulso à separação se refere à tendência inata da criança ao amadurecimento, representada também pelo impulso agressivo (1950-1955), que somente não se realizará se a mãe falhar em oferecer um ambiente suficientemente bom. Na teoria lacaniana, conforme Zalcberg (2003), observamos uma tendência a atribuir mais à mãe do que à criança a responsabilidade pela separação. A falta introduzida pela mãe com sua ausência é causa do desejo para a criança e também da separação, mas não ficam claros os recursos da criança diante de uma resistência da mãe em instaurar essa falta. Na verdade, parece que ela só pode contar com o pai para retirá-la de seu aprisionamento. Para Serge André (2011), a criança inevitavelmente se depara com a falta da mãe, mas, apesar disso favorecer que ela se separe, não sabemos a dimensão da responsabilidade da mãe frente ao impulso à separação da criança. Para Morel (2008), a criança deve se separar da mãe para assegurar sua sobrevivência psíquica, mas essa separação se dá a partir da criação de um sintoma. Não se trata de algo que faz parte da constituição psíquica, como um impulso à separação, mas da necessidade de escapar à lei da mãe. Mesmo que o sintoma seja patológico, não se separar da mãe é uma patologia ainda mais grave, por se referir ao incesto – “única lei universal reconhecida pela psicanálise” (p. 12).

Apesar de compreendermos, através dessas contribuições teóricas, que a separação não é de responsabilidade exclusiva da mãe ou da criança, falta uma compreensão metapsicológica – que leve em conta especialmente o ponto de vista econômico – para o impulso à separação da criança diante da onipotência materna. Nosso objetivo é tratar dessas duas vertentes a partir do encontro entre elas: de um lado, os esforços da criança em se separar da mãe e tornar-se sujeito do desejo; de outro, o poder da mãe, que é tanto de manter a criança como objeto cativo de seu próprio desejo, resistindo à separação, quanto de consentir na subjetivação dela. Pensamos que nunca é possível, de antemão, prever como se dará esse encontro de forças. Somente após a conquista de uma separação, sempre parcial, podemos constatar como se deu esse enlaçamento. Para tratar dele, é preciso situar tanto a onipotência

materna quanto o impulso à separação infantil no conflito pulsional tecido por Freud na segunda metade de sua obra: pulsões de vida, trabalhando para Eros, *versus* pulsão de morte, buscando o desligamento entre pulsões de vida e objeto²⁶.

Segundo essa perspectiva, pretendemos sustentar que o impulso à separação da criança é efeito da ação da pulsão de morte²⁷ em suas relações objetais. Quanto à onipotência materna, pretendemos demonstrar que a coexistência, na mãe, do desejo de aprisionar a criança em seu domínio e da anuência para que a criança se diferencie dela pode ser compreendida a partir da ação das pulsões de vida e da pulsão de morte no psiquismo materno. O enlaçamento entre as pulsões no psiquismo da mãe influencia um segundo enlaçamento que se dará: entre as pulsões do lado da mãe e as pulsões do lado da criança. Sustentamos, a partir da obra de André Green (1993), que na base do impulso da criança à separação está a atuação da pulsão de morte, que poderá encontrar maior ou menor resistência junto à mãe para se realizar. A escolha desse autor se justifica por seu esforço constante em articular pulsão e objeto, que, para ele, são indissociáveis: não é possível falar nos primórdios do psiquismo sem levar em conta a função da mãe enquanto objeto primário, que é de despertar e conter a pulsão (1988). Também buscaremos, em sua teoria, uma articulação entre o processo de separação e o trabalho do negativo (1993), ligado à pulsão de morte.

Para Green, o aparelho psíquico se constitui a partir de uma relação de indiferenciação com o objeto. Assim como não há um Eu constituído desde o início, também não existe um objeto percebido como tal para o psiquismo, somente os efeitos da presença do objeto são percebidos em termos de experiências de prazer e desprazer, de tensão e de quietude. Para que se torne possível a separação entre o Eu e o outro, é preciso que antes se constitua a separação entre o dentro e o fora, a primeira de todas. Deve-se constituir um espaço interno ao psiquismo que posteriormente poderá vir a ser habitado pelo Eu. É no contexto das moções pulsionais orais, mais primitivas, que se dá a construção dos limites entre o dentro e o fora: para o aparelho psíquico em constituição, as impressões vindas do mundo externo só podem ser encaminhadas a um julgamento cuja resposta é ‘sim’ ou não’, o que significa que, no

²⁶ Entendemos aqui que o objeto não é o outro externo, mas a representação inconsciente desse outro.

²⁷ Essa perspectiva se distancia daquela vista em Winnicott na medida em que este autor não considera a existência da pulsão de morte enquanto tendência à descarga total da tensão. Com a pulsão de morte, a agressividade e a destrutividade, se não enlaçadas pelas pulsões de vida, podem se voltar contra o próprio psiquismo e aniquilá-lo. Não é o caso da agressividade em Winnicott. Ele até considera que, se os impulsos agressivos não forem suficientemente fundidos aos impulsos eróticos, isso implica em patologia para o indivíduo. Mas, no conjunto de sua obra, fica clara a ideia de que o indivíduo tende à saúde de maneira inata, sendo o papel do ambiente o de propiciar as condições para que essa tendência se realize.

campo da oralidade, o julgamento que se opera é entre engolir ou cuspir (GREEN, 1986). Enquanto o movimento de engolir se associa à incorporação, o movimento de cuspir é chamado por Green de “excorporação” (ibid.). Não se trata de uma projeção, já que esta supõe a existência, no espaço psíquico, de um objeto que acolha o que é rejeitado. Para o autor, o que é expulso se direciona a um espaço ainda sem objeto, sendo essa expulsão inicial que funda a primeira distinção entre o dentro e o fora.

Green enfatiza que na excorporação existe uma negação, aos moldes descritos por Freud em “A negativa”, de 1925. Esse mecanismo poderia ser aproximado ao do recalque, com a diferença de que, neste, a negação se opera no campo da linguagem, proibindo certas ideias de adentrarem a consciência. O recalque seria, para o autor, o protótipo de um conjunto de operações que implicam em uma negação, como a desmentida, a clivagem, a forclusão e a própria excorporação. Tendo em vista essa característica comum a todos esses mecanismos, Green (1993) propõe a existência de um “trabalho do negativo” inerente à atividade psíquica, que consiste no apagamento de uma demanda pulsional endereçada ao objeto. Pelo trabalho do negativo, o psiquismo diz ‘não’ ao objeto ou ao que dele provem. O trabalho do negativo seria um desdobramento da pulsão de morte, promovendo o desligamento entre a pulsão sexual e o objeto. Podemos perceber que essa formulação de Green revela o caráter estruturante da pulsão de morte para o psiquismo, tendo em vista seu papel de separação em relação ao objeto. Seguindo essa proposta, poderíamos supor que o impulso à separação existente na criança pode ser atribuído à atuação da pulsão de morte desde as origens do psiquismo. Fica igualmente colocada a hipótese de que a constituição narcísica, que promove a separação entre o Eu e o não-Eu, logo entre o Eu e o outro, está intimamente relacionada à atuação da pulsão de morte. Como o Eu poderia emergir com o auxílio da pulsão de morte?

Green (1966-1967) sugere que, assim como a pulsão de morte atua originariamente do lado da criança no sentido do desligamento e do retorno à ausência de tensão, do lado da mãe há uma prevalência das pulsões de vida trabalhando para manter a criança ligada a ela em uma condição de completude narcísica, movimento fundamental para a vida, mas em que não há diferenciação entre ambas. Nas palavras do autor, é preciso haver uma *inversão das polaridades pulsionais* para que ocorra alguma mudança. Do lado da criança, é preciso que seja feita uma concessão às pulsões de vida, para que haja o aproveitamento de uma parte do id compartilhado com a mãe e o investimento sobre um Eu nascente – desde Freud (1923a), sabemos que o Eu surge se diferenciando do id a partir do contato com o mundo externo. Já no que concerne à mãe, “é preciso que as forças que pressionam para a separação se façam

escutar” (GREEN, 1966-1967, p. 133), isto é, a mãe precisa consentir com o impulso à separação vindo da criança. Vemos nessa inversão de valores pulsionais entre mãe e criança como o enlaçamento entre pulsões de vida e pulsão de morte, não só do lado da criança como também do lado da mãe, é fundamental à separação. A mãe precisa investir na criança a partir das pulsões de vida, erotizando seu corpo e garantindo sua sobrevivência, mas deve igualmente consentir em certo nível de desligamento da criança em relação a ela enquanto seu objeto exclusivo. Green (ibid.) exemplifica a aceitação da separação por parte da mãe pela ocorrência do sono nas nutrízes, que revela intromissões dessa mudança na esfera da autoconservação. Trata-se da ideia amplamente aceita em psicanálise de que a mãe deve falhar gradualmente em seus cuidados com a criança, sendo sua falta estruturante para o psiquismo.

Assim, o que ocorre como uma dupla transformação do ponto de vista pulsional supõe, do ponto de vista do objeto, que este possa aos poucos ser percebido enquanto tal, não totalmente, mas que as experiências de desprazer possam ser atribuídas a algo que está do lado externo. É preciso que o objeto seja vivido como “mau” para que a projeção tome o lugar da excorporação. Paradoxalmente, a primeira inscrição do objeto em sua dimensão “boa”, que cuida, precisa ser apagada do psiquismo para que o Eu possa emergir. “Para poder dizer sim a si mesmo, é preciso poder dizer não ao objeto”, diz Green (1986, p. 292). A mãe, enquanto “objeto absolutamente necessário” à constituição da estrutura psíquica, deve se fazer apagar, deve se deixar esquecer enquanto constituinte dessa estrutura para ser reconhecida apenas como objeto de atração ou de repulsa (id., 1988, p. 301). Isto significa dizer que a mãe deve permitir que o trabalho do negativo se efetue do lado da criança em relação ao vínculo fusional que antes as unia. Mais do que isso, essa operação permite, do ponto de vista da estruturação do psiquismo infantil, que seja constituído o espaço que servirá de matriz para todos os investimentos futuros, chamado por Green de “estrutura enquadrante” (1966-1967; 2002). Assim, a ausência materna, alternada com sua presença, possibilita à criança o apagamento da mãe enquanto objeto que participou da constituição do seu psiquismo, mantendo-o como objeto de satisfação, este sim podendo ser percebido e investido enquanto tal. Porém, para haver uma alternância entre ausência e presença que permita essa estruturação, é preciso que a mãe perceba a criança em sua diferença, sendo essa representação que permite à mãe tolerar os movimentos de separação da criança.

Essa segunda separação, que constitui o Eu, produz desdobramentos que tornam o aparelho psíquico bem mais complexo: ao promover sua primeira unificação, o Eu toma para

si investimentos libidinais do id que iriam para o objeto; o id consente com o direcionamento de parte de seus investimentos para o Eu, mas como compensação pela renúncia à satisfação pulsional anterior, instala uma nova exigência tão imperiosa quanto a de sua satisfação, erigindo um ideal do Eu. O narcisismo se revela, desde então, um modo de funcionamento do psiquismo que, investindo a libido sobre o Eu, retira-a do objeto, atuando, em última instância, a serviço da pulsão de morte (GREEN, 1966-1967). A constituição narcísica implica em um trabalho do negativo, que promove um desligamento em relação ao objeto, apagando-o e retendo-o enquanto estrutura enquadrante para o Eu. O ideal do Eu seria o preço cobrado pelo id para permitir essa separação.

Assim, no que diz respeito à dupla transformação operada entre a criança e a mãe, em que ocorre uma inversão das polaridades pulsionais, concluímos que a mãe deve permitir que o trabalho do negativo se efetue do lado da criança, promovendo a separação entre as duas. Nossa hipótese é de que, por mais que não seja possível atribuir toda a responsabilidade pela separação à mãe, devendo a singularidade de cada criança ser considerada, a onipotência materna pode favorecer ou dificultar em muito o processo de separação. A condição de dependência infantil à mãe faz com que a criança tenha que se defrontar com uma maior ou menor resistência ao seu impulso à separação, sendo exigido dela também um trabalho mais ou menos árduo de negatização do objeto. Por outro lado, o impulso à separação, fundamentado na pulsão de morte, exerce sua pressão, fazendo com que cada criança, em uma medida singular, imponha à sua mãe uma elaboração da separação que reivindica. A experiência clínica nos assegura que, diante de uma mãe dominadora, que luta contra a separação de sua criança, não há destino determinado. Cada um produzirá, com maior ou menor custo, algum tipo de sintoma para se separar da ‘lei da mãe’, como explica por Morel (2008), podendo ter sucesso ou não em seus esforços. Gostaríamos de reforçar que nenhuma separação, quando conquistada, isenta o sujeito de conflitos posteriores: a exigência de trabalho imposta pela pulsão é permanente, demandando atualizações constantes do sintoma separador. A adolescência, com seu incremento pulsional, é um bom exemplo de um momento que exige uma atualização importante da separação.

Trouxemos até agora formulações de autores com posições diversas dentro da psicanálise com o intuito de compreender, no contexto da pergunta “Como uma menina se separa de sua mãe?”, as forças que estão em jogo na separação desde os primórdios do psiquismo. Mas nossa pergunta não poderá ser respondida se não avançarmos no caminho que leva às distinções entre o processo de separação da menina e o do menino em relação à mãe.

Sabemos, desde Freud, que o percurso do menino é mais facilmente mapeável, enquanto o da menina nos exige um trabalho maior de elaboração, ou, talvez, uma abordagem mais flexível, que não exija todas as repostas. Sabemos também que a função paterna está intrinsecamente ligada à separação, mas é preciso investigar quais os seus efeitos e suas limitações no destino da menina. Para isso, buscaremos uma articulação entre separação e identificação, noção até agora propositalmente não abordada.

2.2- A função paterna e as identificações

A função paterna, tanto para o menino quanto para a menina, é frequentemente descrita como uma função de separação. É preciso que a criança se separe da mãe para se tornar sujeito, como vimos. A outra opção, permanecer mergulhada nas águas da lei da mãe (MOREL, 2008), traz um custo muito grande, que é o de se perder, de não adquirir consistência alguma para sua própria existência. Assim como a função materna não é determinada pela maternidade biológica, é preciso explicitar que a função paterna não se confunde com a presença concreta do pai. O pai, biológico ou não, quando presente, é com frequência aquele sobre quem recai a responsabilidade de exercer essa função. Mas não é imprescindível que haja uma pessoa concreta e identificável nessa posição: a única lei da qual a psicanálise não abre mão, que é a interdição do incesto, não precisa estar encarnada em um indivíduo, desde que produza seus efeitos. Assim, em última instância, a função paterna é a de assegurar a lei da interdição do incesto.

Quando falamos em função paterna e separação, surge de imediato a questão: de que separação estamos falando? Vimos que a separação se desenrola como um processo contínuo, que parte de um estado de indiferenciação em relação à mãe, passando pela separação entre o dentro e o fora (GREEN, 1986) e posteriormente pela separação entre o Eu e o não-Eu, momento da constituição narcísica, de onde surge a mãe como objeto total, primeiro outro para a criança. A partir desse momento, diz Green (1981), também se torna possível a aparição de outros objetos. A separação que constituiu o narcisismo significou para a criança um ganho, em termos de ser, mas também uma perda, da mãe do registro da oralidade, que fazia parte da própria criança. “Mas essa perda do objeto é compensada pelo aparecimento de outro objeto: o pai”, que passa a receber os investimentos da criança ao lado da mãe (ibid., p. 107). Na verdade, melhor do que falar em segundo objeto, seria falar em um “outro do objeto”, diz Green. A autossuficiência do vínculo mãe-bebê está definitivamente

comprometida pela existência desse “outro do outro”, e, a partir de então, não pode mais se restabelecer (GREEN, 1981). O autor ressalta que essa situação triangular que se estabelece entre mãe, pai e criança ainda não é o Édipo.

O aparecimento do pai enquanto objeto, para Green, não é propiciado somente pelo apagamento da mãe enquanto objeto primário (parcial) e aparecimento enquanto objeto total. Para que o pai componha esse triângulo inicial com a mãe e a criança, é preciso que ele esteja desde o início presente na fantasia da mãe enquanto “figura de ausência” (ibid.). Com essa condição, ele poderá cumprir seu papel separador, colocando-se entre a mãe e a criança. Green propõe que o triângulo formado por mãe, pai e bebê seja representado de forma aberta, como um “V”, em que a mãe ocupa o vértice. A justificativa é o fato de que “*a mãe é a única a ter uma relação carnal com os dois outros, com o pai e o filho, mesmo se elas diferem nas suas formas de expressão*” (GREEN, 2002, p. 235). Enquanto a relação da criança com a mãe é corporal e direta, a relação da criança com o pai, que não passa pelo corpo-a-corpo vivido na gestação, assume um caráter indireto. Green encontra em Freud (1921; 1923a) a afirmação da existência desse momento de relação triangular entre mãe, pai e criança que antecede o Édipo. Para Freud (1923a), se observarmos o caso mais simples do menino, veremos que ele desenvolve junto à mãe um tipo de vínculo contínuo à relação com o seio materno, que ele chama de investimento objetal por apoio. Quanto ao pai, o menino se apodera de sua figura por meio de uma *identificação*²⁸ (ibid.), sendo visto pelo filho como um “modelo ideal” (GREEN, 1981). “Ambos os tipos de relacionamento coexistem por algum tempo, até que, pela intensificação dos desejos sexuais com relação à mãe e da percepção de que o pai é um obstáculo a esses desejos, constitui-se o complexo de Édipo” (FREUD, 1923a, p. 42). Apesar de Freud mencionar apenas o menino nesse momento, Green afirma que a menina também recebe essa primeira identificação do pai, que coexiste com seu investimento amoroso no primeiro objeto: a mãe.

Green (1981) comenta que a fantasia da cena primitiva, pela qual a criança se sente excluída do vínculo entre pai e mãe, desejando separá-los para se reapropriar da mãe, faz efeito nos dois sexos. Essa afirmativa encontra respaldo na teoria freudiana, que sustenta que a mãe é o primeiro objeto de amor para ambos os sexos e que, na fase fálica, a menina, assim

²⁸ Em nota de rodapé, Freud considera mais cauteloso falarmos em pai e mãe, pois nesse período a criança não faz diferença entre os dois. Green (1966-1967) comenta que, nessa nota, não vê uma afirmação de Freud de que a experiência de identificação primária será vivida separadamente com pai e mãe. Por isso, propõe que o motor dessa identificação é um “princípio parental”, que supõe a “a preservação intangível do laço e a inelutável superação do objeto” (p. 114).

como o menino, se sente possuidora do falo. Entretanto, a partir do Édipo, o pai produzirá efeitos diferentes no menino ou na menina. Ambos competem com o pai pelo direito de se reapoderarem da mãe, mas enquanto o menino deverá atravessar um período de rivalidade até fazer seu desejo incestuoso sucumbir à ameaça de castração – o falo paterno é mais poderoso que o dele – a menina entra nessa disputa em uma condição de desvantagem: ela não possui o falo que poderia satisfazer a mãe, o pai é quem o possui. Mas os destinos do menino e da menina não estão determinados por essa condição. A situação edípica, como Freud marca em 1923, se constitui de investimentos e identificações cruzadas em direção aos dois objetos, pai e mãe. Ao final do Édipo, tanto o menino quanto a menina poderão estabelecer uma identificação masculina com o pai e uma identificação com a mãe, enquanto castrada. Da resolução singular do Édipo resultará que cada um assuma um lugar entre os homens ou se engaje no processo de tornar-se mulher.

Um primeiro aspecto que se destaca nessas formulações é o caráter separador da identificação: a primeira separação em relação à mãe é concomitante a uma identificação ao pai. Freud chega a essa conclusão também em 1923 (“O Eu e o id”), quando se dá conta de que o mecanismo observado na melancolia, no qual um investimento amoroso no objeto é substituído por uma identificação, poderia ser ampliado para compreender a constituição narcísica de uma maneira geral: o Eu é um precipitado de identificações com os objetos amados e abandonados. Para Green (1993), a identificação é uma das formas de trabalho do negativo, promovendo a negatização do vínculo com o objeto através de uma idealização. Mas ela possui uma característica especial: para lidar com a imprevisibilidade do objeto, que agora, como objeto separado, é marcado por presenças e ausências, a solução que garante maior proteção contra essa instabilidade é tornar-se como o objeto, isto é, identificar-se com ele. Pela identificação, o psiquismo pode tolerar a separação do objeto, amparado pela ilusão de prescindir dele, já que é como ele. O Eu abre mão de *ter* para *ser*, como resposta mais satisfatória diante da perda do *ter* que foi infligida a ele.

Apesar de concordar que a identificação tem função de separação, Green (1993) também aponta como a identificação assume sentidos distintos na obra freudiana, tornando muitas vezes difícil sua compreensão. Como o próprio Freud (op. cit.) aponta, “na fase oral primitiva do indivíduo, não há como distinguir o investimento objetal da identificação” (p. 40). Assim, o primeiro sentido da identificação não é o de uma separação, pelo contrário, é o de uma incorporação em que não é possível diferenciar as partes que se fundiram. A identificação, nesse momento, faz desaparecer o objeto, consumindo-o em um ser comum, ou

melhor, em um ser-um (GREEN, 1993). Trata-se do momento em que incorporação e excorporação se alternam, permitindo gradualmente a separação entre espaço interno e externo.

Graças a esses mecanismos, poderá ser constituída uma estrutura enquadrante no psiquismo que permitirá a emergência do Eu, através de uma identificação. Trata-se, a nosso ver, da identificação primária como descrita por Freud em 1923, “aquela com o pai da sua própria pré-história pessoal”, que permite também o surgimento de um ideal de Eu (p. 42). Essa identificação é direta e imediata, não sendo precedida por nenhum investimento de objeto (ibid.). É essa identificação, ao outro do outro, que permite uma primeira separação em relação ao objeto, mesmo que não definitiva. Além disso, a interferência desse outro do objeto, como também é chamado por Green, abre as perspectivas infinitas da terceiridade²⁹. Trata-se do triângulo aberto descrito por Green, anterior ao Édipo, em que a relação direta e carnal da criança com a mãe é acompanhada de uma relação idealizada da criança com o pai – o outro do objeto. O fato de que a mãe permanece como único objeto de investimento amoroso faz com que a separação ainda não esteja consolidada.

A entrada no complexo de Édipo, com o estabelecimento da rivalidade com um dos genitores e o desejo de separá-los, tem na fantasia da cena primitiva um de seus motores fundamentais. A partir da descoberta do outro do objeto, a criança se dá conta de que ela não é o único objeto da mãe, nem a mãe seu único objeto, bem como percebe a existência de um laço oculto entre a mãe e o pai, do qual ela fica excluída (1981). Aqui entram as identificações alternadas do complexo de Édipo, fazendo com que a criança dos dois sexos deseje separar o casal parental para se reapropriar da mãe. O pai, objeto da identificação primária – nos termos freudianos – passa a ser um obstáculo à realização do desejo incestuoso com a mãe, tornando-se rival da criança. Porém, se podemos afirmar que o desejo de ter a mãe para si existe para

²⁹ Em *Orientações para uma psicanálise contemporânea* (2002) Green faz uma retrospectiva de suas formulações sobre a questão da terceiridade. Fica claro que “o outro do objeto” não é necessariamente o pai, mas possui função de separação. “Num certo momento de meu percurso, eu propus, sem ir ao fundo de minhas reflexões (...), uma teoria da *triangulação generalizada a um terceiro substituível*, e afirmei que, se fosse necessário sempre tentar pensar segundo uma modalidade onde o terceiro se remete a uma triangulação, isto não quer dizer que, em psicanálise, é sempre necessário se remeter à estrutura edipiana. É perfeitamente possível visualizar relações triangulares onde o terceiro não representa a função paterna. Por outro lado, parece que é importante não se deixar aprisionar na relação dual. Para propor uma figura geral, eu lembrarei o exemplo sobre o qual eu me apoiei: poderíamos estar em presença de *uma estrutura ternária* compreendendo o sujeito, o objeto, e o outro do objeto, esse outro não sendo o sujeito. Assim, por exemplo, a ligação da mãe com a criança se ligaria a um outro objeto da mãe, ou uma pessoa da irmandade ou um objeto do desejo da mãe diferente do pai, suporte dessa ou daquela paixão. *O outro do objeto* poderia assim estar relacionado a um outro objeto da própria infância da mãe: sua própria mãe, seu próprio pai, ou um outro de seus irmãos e irmãs, uma nutriz ou uma governanta. Podem-se apreender as múltiplas aplicações possíveis da terceiridade.” (p. 245).

meninos e meninas, isso não significa que a relação edípica de identificação e investimento amoroso se dê da mesma maneira para os dois sexos.

Enquanto o menino deseja a mãe edípica em uma continuidade com o seu primeiro investimento no seio materno, o amor da menina pelo pai significa uma ruptura em relação ao amor pela mãe pré-edípica. Mas, além do amor, a ambivalência infantil contém o ódio. O menino tem à sua frente a saída mais acessível de dirigir esse ódio ao pai, para preservar a mãe e mantê-la como objeto no Édipo. Já a menina não tem a opção de voltar o ódio ao pai para manter a mãe como objeto, pois o pai é aquele a quem ela “deve amar” para tornar-se mulher. Como vimos, Freud não conseguiu elucidar como se dá a mudança da mãe para o pai, mas sua hipótese de que o motivo estaria relacionado à ambivalência infantil nos pareceu mais fecunda que as outras. Nesse sentido, observamos que a separação estaria mais relacionada à hostilidade da menina à mãe do que a um desejo de voltar-se ao pai: “o que empurra a menina para o pai não é a atração pelo homem, mas o ódio pela mãe”, afirma Serge André (2011). Isto é, não é para se voltar ao pai que a menina mantém a hostilidade dirigida à mãe, mas é pela existência dessa hostilidade como característica geral da vida infantil (FREUD, 1931) – e da qual a menina não consegue se desembaraçar – que ela é lançada em direção ao pai.

Desse modo, é preciso abordar de modo distinto as relações entre identificação e separação que se configuram para meninos e meninas a partir do Édipo. Para o menino, a necessidade de renúncia ao corpo materno leva a uma identificação com o rival: “ser como ele sem ter o que ele tem” (GREEN, 1993, p. 85). Ele abre mão de suas aspirações incestuosas em prol de sua preservação narcísica, isto é, a angústia de castração faz com que ele abandone o complexo de Édipo. É nesse momento, lembra Green, que o recalque cumpre seu papel de assegurar a defesa contra os desejos incestuosos do menino. Assim, um conjunto de fatores leva o menino a se separar definitivamente de sua mãe: o fracasso em realizar os desejos incestuosos, a ameaça de castração, e, finalmente, a constatação de que seus pais também se submetem à mesma lei. A partir de então, a identificação ao rival se transformará em uma identificação a figuras de autoridade despersonalizadas, produzindo uma instância anônima e impessoal, a quem se aceita a submissão, com a condição de que os pais também sofram essa submissão (GREEN, 1981).

Trata-se do surgimento do Supereu, herdeiro do complexo de Édipo, que irá promover uma transformação nas relações do sujeito com o ideal de Eu, herdeiro do narcisismo primário

(GREEN, 1981). A idealização, antes motor da identificação primária, promove a identificação com o ideal do Eu, agora descolado das figuras parentais (id., 1993). O trabalho do negativo se dá de maneira ainda mais contundente, pois o desligamento entre a instância do ideal e a imagem parental reforça a sensação de prescindir dos objetos parentais. “Agora, o ideal do Eu não está mais submetido às incertezas dos desejos deles. Mas é mais exigente, pois passa a ser ele próprio o único mestre a quem é confiada a tarefa de avaliar o Eu” (ibid., p. 87). É nesse contexto que o menino ingressa no período de latência, vindo a ser confrontado novamente com seus desejos incestuosos recalcados somente no momento da eclosão da puberdade. Diante de uma nova exigência de trabalho de separação, a solução mais direta é encontrar para si uma mulher, assim como o pai encontrou a mãe. Não é raro encontrarmos homens adultos em cuja escolha de objeto vemos uma continuidade direta do amor pela mãe, como indica o complexo de Édipo.

Não é possível afirmar o mesmo no que diz respeito às mulheres. Freud já havia observado que, em muitos casos, os casamentos reproduziam não o tipo de relação da mulher com o pai, mas o vínculo pré-edípico dela à mãe. Em 1931, ele observa que muitas mulheres permanecem detidas em sua vinculação à mãe e nunca chegam a se voltar verdadeiramente aos homens. Quando fazem essa mudança de objeto, estão suscetíveis a retornar com facilidade ao vínculo anterior à mãe ou passam a vida oscilando entre os dois tipos de relação. De fato, a mulher parece não sofrer os efeitos do complexo de Édipo como o homem. De um lado, o recalque da relação pré-edípica com a mãe parece mais frágil, do outro o Supereu não assume uma forma tão impessoal quanto a masculina. Parecem faltar à mulher motivos para abandonar totalmente a mãe e ingressar no Édipo – a ameaça de castração não faz efeito, pois a menina não tem nada a perder – bem como motivos para sair dele e assumir uma posição passiva diante dos homens, tão diferente da ambivalência vivida nos primeiros tempos com a mãe.

Entretanto, vimos que existe na criança um impulso à separação que equivale à necessidade de apagar o vínculo primário com o objeto de seu psiquismo, trabalho da pulsão de morte, que, aliado às pulsões de vida implantadas pela mãe, garante a existência de um Eu. Assim, é para existir que a menina busca se separar da mãe, não por um desejo de se voltar ao pai ou aos homens. Lembremos que, como Freud assinalou, a menina, no início, não é mais que um pequeno homem. Sua identificação primária ao pai lhe dá um traço de masculinidade de que ela não abre totalmente mão, primeiramente porque falta a ameaça de castração e também porque sua masculinidade equivale à atividade necessária para manter seu narcisismo

a salvo do domínio materno (KHEL, 2008). O amor pré-edípico da menina à mãe não tem os mesmos motivos que o do menino para sucumbir à castração ou ao Édipo.

Para uma menina tornar-se mulher, do ponto de vista freudiano, ela precisa abandonar sua masculinidade em prol da feminilidade, tida como o desejo de ter um filho-falo. Para o menino, a posição masculina inicial será a base de sua futura identificação ao pai: depois da identificação primária, ele buscará no pai uma identificação que lhe dê lugar entre os homens: ser homem como seu pai e desejar uma mulher como a dele, uma substituta da mãe. Já a menina, que recebe a mesma identificação precoce ao pai, garante com isso uma forma de se separar da mãe, mas não uma maneira de tornar-se mulher (KHEL, *ibid.*). A menina precisa buscar uma identificação feminina em outro lugar, pois o pai, enquanto homem, não pode lhe dar. Mas como buscar essa identificação na mãe, se é dela que a filha busca se separar para existir? Como ser mulher como a mãe sem correr o risco de se confundir novamente com ela? Khel (*ibid.*) aponta que a feminilidade em Freud, é sempre mais custosa que a masculinidade. Ela implica em renúncias mais radicais (o homem pode buscar uma substituta mais próxima à mãe) e permanece ameaçada pelo retorno dos traços masculinos insuficientemente recalcados (*ibid.*).

Mas a busca por uma identificação feminina não precisa se restringir à mãe. Em “O Eu e o Id” (1923a), Freud propõe que as identificações não se limitam ao Édipo, sendo possível observar em uma mulher os traços dos homens que ela já amou. Mesmo no contexto do complexo de Édipo, diz Khel (*op. cit.*), supor que a filha deve recorrer somente à mãe para construir sua feminilidade é partir do princípio de que a feminilidade está toda do lado da mãe e a masculinidade toda do lado do pai. Também em 1923, Freud amplia sua concepção do complexo de Édipo ao postular que, tanto para meninos quanto para meninas, o mais comum é que as identificações sejam cruzadas com ambos os genitores. “Assim, o impasse em que se encontra a menina à saída do Édipo não se situa no plano das identificações, mas na constituição de uma identidade sexual” (KHEL, *op. cit.*, p. 213). Essa afirmação nos dá uma distinção entre as identificações que constituem o Eu, tomadas do Édipo ou não, e um tipo especial de identificação que dá ao sujeito seu lugar entre os homens ou entre as mulheres. Trata-se de uma identificação sexuada, um tipo de identificação imaginária que, segundo Serge André (2001), só estabelece uma semelhança entre os pares se puder se apoiar em um traço simbólico mínimo – para os homens, o falo. Este é o traço comum a todos os homens que faz com que cada um deles se sinta parte de um conjunto. Mas não é esse o caso das mulheres.

No plano das identificações sexuadas, a mãe é sempre insuficiente para sua filha. Enquanto o menino encontra no pai o apoio para a identificação viril que corresponde a seu sexo, a menina não pode pedir uma identificação feminina à mãe, pois ela não tem. Falta uma palavra que simbolize o sexo feminino. Nessa perspectiva, trata-se de uma segunda falta que se impõe sobre as mulheres: a primeira é a falta com a qual a criança dos dois sexos se confronta ao sair do lugar de falo da mãe – há uma falta que é da mãe e é de todo sujeito desejante. A segunda falta é a de uma palavra sobre o sexo feminino, que a mãe não pode fornecer porque não existe. Assim, a identificação masculina que o pai fornece tanto ao filho quanto à filha antes do Édipo – momento do triângulo aberto descrito por Green – servirá apenas para o menino encontrar posteriormente um lugar entre os homens. A menina não encontra nem na mãe nem no pai fundamentos para a feminilidade (ZALCBERG, 2003). Ela deverá continuar procurando seu lugar entre as mulheres, mas não a partir de um traço que simbolize o feminino, já que este é inexistente: ela deverá criar para si uma identidade feminina (ibid.).

Nesse contexto, é possível compreender a afirmativa de que é mais árdua a tarefa feminina de construção de uma identidade sexuada. Por outro lado, as mesmas contingências que a impulsionam a esse trabalho ‘a mais’ são as que fazem com que ela esteja menos submetida às restrições impostas pelo complexo de Édipo. Malvine Zalcberg (ibid.) relata que a primeira posição de Lacan a respeito da ausência de uma identificação feminina foi a de supor que a mulher permaneceria em uma situação de demanda ao pai, depois ao homem, de uma consistência para o seu ser, uma palavra sobre o feminino. Entretanto, Lacan chega à conclusão de que “uma mulher espera mais substância de sua mãe do que de seu pai, ele vindo em segundo” (apud ZALCBERG, ibid.). A função paterna de substituição da mãe, no caso da mulher, é em parte inoperante. A mulher é em parte castrada, em parte não-castrada. Se o pai edípico é destituído de sua importância central, é possível afirmar que “a mulher escapa, em parte ao Édipo” (ZALCBERG, ibid., p. 117). A função paterna deixa um resto, que diz respeito à possibilidade da mulher de transitar pela organização edípica e, em parte, permanecer fora dela. Temos nessa explicação o fundamento para a observação freudiana de que muitas mulheres parecem nunca verdadeiramente abandonar suas mães para se voltar aos homens. As mulheres têm mais liberdade para transitar entre o masculino e o feminino, e, assim, criarem para si uma identidade de mulher que é sempre singular.

É nesse ponto que a feminilidade se aproxima da psicose, como discutido no contexto das contribuições de Morel (2008) sobre a lei da mãe. Tanto a mulher quanto o psicótico,

além de alguns homens, não se servem completamente da identificação fálica para se separarem de suas mães. A função do pai encontra um limite, pois nem todos irão produzir uma identificação à figura paterna para escapar à lei da mãe. Na verdade, não se trata de escapar, pois ela exerce seus efeitos desde o recalçado, mas de criar soluções singulares para se situar para além dessa lei. Freud intuiu que a mulher não encontraria somente no Édipo as bases para essa separação quando afirmou, em “Sexualidade feminina” (1931) que a origem das neuroses femininas poderia ser atribuída a um momento anterior ao Édipo, onde se situa a fase de dependência à mãe. Isso significa que a mulher não pode contar somente com o Édipo para constituir o sintoma que amarra sua separação em relação à mãe. Mas significa também que, além de não-toda edípica, a mulher é também em grande parte pré-edípica.

Assim, tornar-se mulher significa conseguir se separar de sua mãe, mesmo que sempre parcialmente, para engajar-se no processo de criação de sua identidade feminina, sempre singular. A feminilidade se revela mais um vir-a-ser do que um ser (ANDRÉ, S., 2011). Apesar da necessidade de se separar da mãe, a inexistência de uma identificação feminina do lado do pai faz com que, muitas vezes, a menina se volte para a mãe em busca dessa resposta. “Mãe, como é para você ser mulher?” (ZALCBERG, 2003, p. 145). Mas a mãe para quem a menina retorna não é a mãe onipotente da fase pré-edípica, é a mãe mulher: é preciso que na mãe haja uma mulher, que acolha a falta de uma identidade feminina no corpo da filha e a ajude a se incluir no processo de criação da feminilidade (ALONSO, 2008). A filha busca encontrar na mãe, que tem um corpo semelhante ao seu, a imagem do feminino, mas o que encontrará depende de como a mãe elaborou a própria castração (REJANI, 2008). Assim, para que a menina se engaje no processo de criação de sua identidade feminina, é importante que a mãe tenha, de alguma maneira, aceitado a inexistência de um signo do feminino e possa transmitir essa aceitação à sua filha. Nesse caso, a mãe poderá dar à filha o que ela não tem, a sua castração, indicando à filha que ela encontrou uma maneira de lidar com essa condição da ausência de signo do feminino (ZALCBERG, *op. cit.*).

Mas esse não é o caso de todas as mães. Zalcberg (*op. cit.*) aponta que, para muitas, a demanda da filha de uma palavra que lhe diga o que é o feminino representa uma confrontação a uma questão sobre a qual elas não querem saber. Se essas mães não se apresentarem para as filhas como faltantes, podem até se ressentir pelo fato das filhas pedirem algo que elas não podem lhe dar. Quanto menos a mãe tiver elaborado a sua própria castração, maior será a possibilidade da filha de permanecer demandando a ela uma resposta sobre sua condição feminina. Caso a mãe tenha aceitado sua condição faltante, ela irá reservar um lugar

para o pai em sua palavra e em seu desejo (ZALCBERG, 2003). O pai, por sua vez, deve mostrar que não está ali à toa, ele deve representar uma promessa de não deixar as duas voltarem a ser uma (ANDRÉ, J., 2003). Para isso, o pai deve se dar conta de que sua relação com a metáfora não é dada: ele constrói essa relação ao se dar conta de que é pai da metáfora (ZALCBERG, op. cit.).

Em suma, se a função paterna tem a capacidade de promover a separação entre mãe e filha, ela não o faz completamente, nem em todos os casos. A mulher, mesmo quando dedicada à criação de sua feminilidade, permanece em parte masculina, em parte feminina, em parte castrada, em parte não, em parte voltada aos homens, em parte mergulhada em sua relação pré-edípica com a mãe. Não se trata de uma insuficiência da função paterna, o que suporia um ideal de feminilidade edípica. A prática clínica nos leva a pensar que uma feminilidade possível inclui essa vertente pré-edípica, que não deve ser considerada algo a ser superado em análise. Mas, se é verdade que toda mulher permanece em parte pré-edípica, também é preciso considerar que há casos em que o aprisionamento na relação com a mãe não permite que a mulher tenha liberdade para criar para si uma identidade feminina. Trata-se, às vezes, de uma linha tênue: aquela entre a separação possível e a separação impossível, que aprisiona e gera enormes angústias. “Na angústia de separação, não é, apesar das aparências, a separação que é angustiante, mas sua impossibilidade”, esclarece Jacques André (op. cit., p. 22). O que faz a diferença entre a separação possível e a separação impossível? Podemos encontrar essa resposta só do lado da filha?

Resgatando a contribuição de Jacques André (1994) segundo a qual é preciso levar em consideração o ponto de vista intersubjetivo para entender como uma menina se separa de sua mãe, voltaremos nossa atenção para a relação entre a ambivalência materna e o movimento de separação da filha, que permite o engajamento na criação da feminilidade. Partimos do princípio de que o olhar que a mãe dirige aos esforços de separação da filha – e à sua feminilidade – não pode ser compreendido sem passar pela discussão da ambivalência materna. Na primeira parte deste capítulo, tratamos da onipotência materna em relação à criança sem fazer distinções quanto ao seu sexo, mas, depois de passar pela discussão sobre as identificações sexuadas, é preciso levar em consideração as representações que a mãe produz sobre a criança e os afetos que endereça a ela. Propomos investigar, assim, se a ambivalência da mãe assume formas distintas em relação a um filho ou a uma filha e a influência que essa diferença teria no processo de separação. Se ambivalência da menina em relação à mãe ajuda a promover a separação, pelo endereçamento dos sentimentos hostis para a mãe, de que

natureza seria a ambivalência materna em relação a uma filha? Como esses afetos ambivalentes são endereçados à filha pelo olhar e pela palavra da mãe, não podemos deixar de tratar da questão do narcisismo da filha diante da ambivalência materna.

2.3- A ambivalência materna e o narcisismo

O lugar ocupado pela filha nas representações inconscientes maternas é, sem dúvida, essencial à compreensão do processo de separação entre mãe e filha. A imagem que a mãe possui da filha e da falta no corpo feminino é muito anterior à existência da menina, tendo origem no próprio narcisismo materno. Antes mesmo de engravidar, a mãe já possui representações sobre a futura criança que poderá gerar, seja menino ou menina. Durante a gravidez, ela atribui ao feto um corpo imaginado, integrado e separado e é sobre essa imagem que se depositarão os investimentos libidinais maternos (ALONSO, 2008). Essa imagem confere uma primeira identificação à criança: ela é a criança imaginada pela mãe (ZALCBERG, 2003). Há casos, porém, em que a criança é vivida como uma parte do corpo materno, como algo que preenche seu vazio interior. Nesses casos, de mães psicóticas, torna-se difícil para a criança constituir uma imagem de si. É importante que a mãe reconheça o corpo da criança como separado do dela. Trata-se de uma imagem antecipada, que existe primeiramente na mãe e é tomada pela criança para si (ibid.).

O processo pelo qual uma criança assume uma imagem integrada de seu corpo é descrito por Lacan no contexto do estágio do espelho³⁰. A criança, desde muito cedo – Lacan considera que a partir dos seis meses de idade – já é capaz de reconhecer como tal sua imagem diante do espelho. Mas a maneira pela qual a criança assume essa imagem para si é mediada pelo outro, ou melhor, pelo olhar do outro: é preciso que este se coloque entre a criança e a imagem do espelho e lhe diga “é você”. Assim, a criança vê em seu corpo uma imagem total e se apossa dessa unidade para situar experiências corporais discordantes (ZALCBERG, ibid.). Pela imagem e pela palavra do outro a criança faz um elo erótico com seu próprio corpo, o que coloca a imagem que a criança tem de si como uma imagem emprestada ao outro. Desse modo, a imagem corporal da criança não é exatamente dela, é dela e do outro, com quem se confunde no plano narcísico: a identificação imaginária que confere uma imagem corporal produz uma alienação ao outro. Ao mesmo tempo, a unidade corporal então formada confere

³⁰ “O estágio do espelho como formador da função do Eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, 1949.

ao Eu uma forma primordial, anterior à sua constituição enquanto instância, dada pela identificação primária ao outro. Essa forma primordial do Eu foi mencionada por Freud em “O Eu e o id” (1923a), quando afirma que o Eu é sobretudo um Eu corporal, bem como a projeção de uma superfície.

Inspirado no artigo de Lacan, Winnicott (1967) propõe que o rosto da mãe é um precursor do espelho, colaborando para a constituição do Eu do bebê. Para ele, em uma situação normal, quando o bebê olha para o rosto da mãe é a ele mesmo que ele vê refletido, pois a mãe lhe transmite de volta o que ela acha que está se passando com ele. Assim, a mãe deve funcionar para a criança como um espelho, refletindo o *self* infantil através de seu olhar. Depois o bebê se acostuma à ideia de que está vendo o rosto da mãe, não um espelho. Se a mãe não for capaz de cumprir o papel de espelho para o filho, refletindo a si mesma e não a ele, o bebê terá dificuldades de se encontrar em seu rosto, buscando de algum modo dar sentido ao que observa e lhe parece incompreensível. Nesses casos, poderá tentar prever o que se passa com a mãe, para se defender de sua imprevisibilidade. A constituição posterior da imagem corporal ficará prejudicada pela impossibilidade da mãe de funcionar como um precursor do espelho. “Um bebê tratado assim crescerá sentindo dificuldades em relação a espelhos e sobre o que o espelho tem a oferecer”, diz Winnicott (*ibid.*, p. 155).

É como uma experiência de júbilo que Lacan³¹ descreve a percepção da imagem corporal unificada pela criança diante do espelho. Essa experiência remete à constituição de um Eu ideal como referido por Freud em 1914, um Eu que representa o narcisismo dos pais projetado sobre a criança. Pelo olhar da mãe, produz-se na criança esse Eu ideal que nada mais é do que um duplo do narcisismo materno, condição do narcisismo primário. Assim, além da imagem de um corpo inteiro e separado para a criança, a mãe projeta sobre ela expectativas quanto à aparência e à personalidade que ela deverá ter, criando para a criança não apenas uma imagem integrada com a qual se identificar, mas uma imagem ideal. Desse fato, podem decorrer situações de discrepância entre a imagem real da criança e a imagem idealizada pela mãe, associadas à sensação da criança de não corresponder às expectativas geradas sobre ela (ZALCBURG, 2003).

Quando afirmamos que a origem das projeções da mãe sobre seu bebê está no narcisismo materno, isso significa que as experiências da mãe enquanto a filha que foi – e ainda é – concorrerão para a constituição das imagens projetadas sobre a filha que virá. É o

³¹ *ibid.*

que Freud propõe em seu trabalho sobre o narcisismo (1914), onde afirma que, diante da dificuldade em observar o narcisismo primário nas crianças, podemos conhecê-lo a partir da atitude de pais afetuosos para com seus filhos. Ele supõe que, na base desse comovedor amor parental, está a revivescência do narcisismo dos pais, que há muito teve que ser abandonado. Assim, os pais tendem a atribuir todas as perfeições à criança e ignorar-lhe os defeitos; também reivindicam para ela os privilégios aos quais tiveram de renunciar na infância, evitando ainda que ela tenha que passar pelas mesmas restrições às quais foram submetidos. As leis, a doença e a morte não valem para o depositário do narcisismo parental. Sua sorte deve ser melhor do que a que seus pais tiveram um dia. “Sua Majestade, o Bebê” – posição outrora ocupada pelos pais – deve agora concretizar os sonhos e aspirações nunca realizados por eles: “o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe” (FREUD, 1914, p. 98).

As formulações de Freud acerca da revivescência do narcisismo dos pais através dos filhos se referem às crianças de ambos os sexos, mas os exemplos freudianos reservam lugares distintos para um menino ou uma menina na imaginação dos pais (o de grande homem e herói e o de esposa de um príncipe). Haveria diferenças nas expectativas projetadas sobre um filho ou uma filha? É relativamente fácil observar que os pais fazem atribuições de gênero quando recebem a notícia do sexo da criança e passam a transmiti-las por meio da educação: “meninas não brigam”, “meninos não choram” (ALONSO, 2008). Freud (1933) pensava que apenas com um filho a mãe poderia conseguir uma satisfação completa, realizando através dele tudo que restou de seu complexo de masculinidade. Entretanto, as aspirações de uma mãe em relação a uma filha revelam algo diverso: podemos observar, especialmente na clínica, que as projeções maternas sobre uma menina têm como desdobramento frequente uma confusão entre as duas no plano narcísico, sendo muitas vezes o destino da filha o de alcançar os objetivos que a mãe viu frustrados em sua história pessoal. A origem dessa diferença, de acordo com alguns autores, encontra-se na identidade sexual entre mãe e filha.

Caroline Eliacheff e Nathalie Heinich (2004) apontam que a dependência originária da criança em relação à mãe não tem as mesmas consequências para cada um dos sexos, pois enquanto para o menino a mãe é outra, para a menina é sua semelhante. Já a mãe, complementa Zalberg (2003), reserva “lugares diferentes para um menino ou para uma menina em relação à falta que resente como mulher” (p. 94), podendo a filha confrontá-la mais intensamente com sua falta do que o filho. Claude Le Guen (1997) observa que a mãe apresenta maior ambivalência em seus sentimentos em relação a uma filha do que a um filho,

o que não deve ser compreendido pela diferença anatômica que os distingue, mas pela identidade ou não de seus sexos ao da mãe e pelo modo como a mãe percebe e transmite essa diferença. Enquanto o corpo do filho aponta para uma diferença, projetada sobre seu pênis, o corpo da filha traz uma semelhança que favorece a continuidade. O filho estaria mais protegido da ambivalência materna pela evidência de sua diferença, ao proporcionar à mãe a sensação de possuir através dele o “falo glorioso”, remetendo-a à dimensão do “ter”; já a filha, pela condição de identidade anatômica com a mãe, a interrogaria enquanto sujeito e enquanto mulher, despertando maior ambivalência ao estabelecer um jogo de espelhos que se remete à dimensão do “ser”. Se, para o autor, o que se estabelece entre mãe e filho é uma *satisfação narcísica*, aos moldes descritos por Freud em 1933, entre mãe e filha o que se configura é uma *identificação narcísica*, determinando uma maior violência seja para amar ou para odiar (LE GUEN, *ibid.*).

Desse modo, o fato de que a filha possui o sexo feminino, como ela, provoca na mãe uma identificação mais maciça sobre ela do que sobre o filho, levando-a a projetar sobre a menina muitas de suas aspirações e frustrações: “Minha filha terá o que eu não tive”, “Minha filha não cometerá os mesmos erros que cometi”, “Eu sei o que é melhor para ela, afinal, também sou mulher e um dia já tive a idade dela”. Para Alonso (2008), a especificidade da semelhança sexual favorece que a mãe coloque a filha em continuidade com ela própria, transformando-a em bengala narcísica ou identitária. Se a filha se torna a bengala da mãe, podemos intuir que, para essa mãe, as projeções sobre a filha podem funcionar como defesa contra a elaboração de sua própria condição feminina. A mãe transfere para a filha a responsabilidade de encontrar uma solução para a condição feminina que satisfaça a ambas. Mas não se trata de permitir que a filha tenha o espaço para criar sua feminilidade: diante de projeções tão maciças o espaço para a criação fica muito estreito. Podemos considerar que a proporção assumida por essas projeções determina a diferença entre a separação possível e a separação impossível entre mãe e filha, sempre levando em consideração a resultante do encontro com o impulso à separação infantil.

Em certos casos, a falta de espaço entre mãe e filha – que implica em uma diferenciação reduzida do ponto de vista narcísico – pode levar a mãe a retrair toda a sua vida na relação com a filha, estabelecendo uma apropriação narcísica sobre a menina (ZALCBERG, 2003). Eliacheff e Heinich (2004), de modo parecido, falam da existência de um “abuso narcisista” de certas mães sobre as filhas, que se revela uma forma particular de dominação. Trata-se da projeção dos ideais maternos sobre a menina, cujos dons são

explorados não para desenvolver seus próprios recursos, mas para satisfazer as necessidades maternas. Por isso, o abuso narcisista não deixa de ser um abuso identitário, já que a filha é colocada em um lugar que não é seu, sendo destituída de sua identidade justamente por quem deveria ajudar a constituí-la (ibid.). Esse tipo de abuso da mãe sobre a filha pode assumir as formas mais devastadoras, carregadas de depreciações, segredos, culpabilizações e intrusões, mas, dentre elas, a confusão de identidades é a mais sutil e mais temível (ibid.).

Paul-Claude Racamier (1992), no contexto da psicose dos filhos, define a organização psíquica de algumas mães como uma “perversão narcísica”, um tipo de perversão não erógena, distante do fetichismo, cujo objeto é tratado não como uma pessoa ou um amuleto, mas como um utensílio. Esse tipo de perversão se caracteriza pela necessidade prevalente de se fazer valer às custas do outro, evitando as angústias depressivas e o conflito psíquico. Trata-se de uma defesa em que se projeta sobre os ombros de outrem o que se deseja evitar, afinal, o perverso é aquele que não quer saber sobre algo que já conhece. O preço para se conquistar essa “imunidade conflitual” é uma “imunidade objetal”: as pulsões parciais se desligam cada vez mais do objeto para se voltar ao narcisismo. O perverso narcísico é narcísico porque considera não dever nada a ninguém e é perverso porque faz recair ativamente sobre outro o preço da expansão narcísica e da imunidade conflitual às quais pretende. Ele o faz negando ao objeto sua autonomia narcísica, transformando-o em um “objeto-não-objeto”. Não é a existência do objeto que é negada, mas sua importância. Ele não é objeto de amor, nem de ódio, nem de identificação, é um utensílio, uma marionete dominada pelo perverso narcísico. Podemos constatar como a condição de dependência de uma criança a um perverso narcísico pode facilmente levar à psicose.

Essa é uma ilustração de uma muito provável impossibilidade de separação, quando a onipotência materna se veste de um narcisismo tão radical que não permite espaço nem mesmo para a ambivalência materna, para o amor e para o ódio que marcam a maioria das relações entre mãe e filha. Mas ela nos mostra como, em última instância, o incremento sem limites do narcisismo materno implica na aniquilação do narcisismo da filha. É preciso que a mãe ofereça uma cobertura narcísica à criança, necessidade que, segundo Zalcberg (2003), se acentua no caso da menina devido à maior tendência à indiferenciação em relação à mãe, pela indefinição de corpos entre as duas. Ainda de acordo com a autora, a falta de um signo que lhe indique o que é o feminino também coloca a menina em uma maior condição de dependência à mãe, que, não podendo oferecê-lo, porque não existe, pode recobrir ao menos imaginariamente a falta em seu corpo (ibid.).

Nos casos de abuso narcisista, Eliacheff e Heinich (2004) consideram que há uma “patologia do amor materno”, em que a mãe exerce um gozo onipotente sobre um ser completamente dependente, de quem espera de volta uma entrega igualmente ilimitada. As autoras identificam por trás do discurso dessas mães (“Nunca se ama demais os filhos!”) um desejo de absorção sem limites do e pelo outro, de investir com um tipo de amor fusional. Nesse contexto, as crianças, por sua total dependência, se tornam os objetos perfeitos para a dominação amorosa, pelo menos temporariamente. Especialmente, as filhas:

Com as meninas, é melhor ainda que com os meninos: a “dominação” materna pode se confortar com uma projeção narcisista sobre uma pessoa semelhante a si, autorizada a se diferenciar apenas na medida em que realize as aspirações insatisfeitas ou recalçadas (ibid., p. 14).

É preciso ressaltar que o empreendimento materno de realização pessoal através da filha, muitas vezes acompanhado de um grande investimento nas aptidões desta, é percebido de forma geral – e principalmente, pela filha – como demonstração de amor materno. Nesse contexto, como se queixar de ser tão amada? “Como denunciar um ataque a essa experiência tão imponderável, tão difícil de definir que é o sentimento de ser si mesmo?” (ELIACHEFF & HEINICH, ibid., p. 41). O medo de perder o amor da mãe leva a filha a buscar incessantemente atender às aspirações maternas, que não chegam a se distinguir suficientemente das próprias aspirações (ZALCBERG, 2003). Já é conhecida a capacidade dessas mães de “inventar” filhas perfeitas, com dons fora do comum, pois em casos de abuso narcisista não estamos situados no real, mas na incansável busca de objetivos deslocados, excessivamente idealizados. Nesse caso, o dom da filha é resultado da capacidade, excepcionalmente desenvolvida, de atender às expectativas maternas (ELIACHEFF & HEINICH, 2004).

Assim, o amor da mãe pela filha parece se confundir com o amor da mãe por si mesma: para Zalcberg, “o investimento desmesurado por parte de uma mãe é sempre acompanhado de uma falta de amor real, pois o que a mãe ama é sua própria imagem idealizada” (2003, p. 170-171). Aqui é a própria imagem narcísica que é amada pela mãe, não a criança, pois a imagem idealizada da mãe fica superposta à imagem idealizada da criança. A falta desse amor tem como consequência para a filha sentimentos de baixa autoestima e demanda insaciável de reconhecimento (ELIACHEFF & HEINICH, op. cit.). Dessa maneira, parece sutil a diferença entre o amor real de uma mãe por sua filha e o amor narcísico da mãe projetado na menina.

Freud já havia constatado em 1914 uma diferença quanto às formas assumidas pelas vidas amorosas de homens e mulheres que pode ser esclarecedora. Ele diz que, para todos os seres humanos, estão franqueados dois tipos de escolha de objeto: o primeiro toma como modelo as experiências de satisfação da criança na relação com a mãe, pautando a escolha do objeto na imagem materna; o segundo, ao invés da imagem da mãe, toma a imagem da própria pessoa como modelo, e por isso é dito narcísico. Enquanto o primeiro tipo de escolha de objeto prevalece nos homens, Freud afirma que o tipo narcísico é mais frequente nas mulheres. Segundo este modelo, a pessoa toma por objeto: o que se é; o que se foi; o que gostaria de ser; e uma parte de si mesmo.

Assim, ele vê para as mulheres uma possibilidade de amor objetal pleno através da maternidade, pois, apresentando-se como parte do corpo da mãe, a criança pode receber parte do narcisismo materno e se tornar o objeto de seu amor. Mais uma vez, há algo de não edípico que se revela na relação da mulher com os objetos de seu desejo. Essa forma de amar a criança não é, claramente, aquela destinada por Freud às mulheres em suas formulações sobre o complexo de Édipo. Entendemos, assim, que o amor de uma mãe por sua criança sempre é em alguma medida narcísico, e, se for uma menina, acrescenta-se a tendência à identificação narcísica mencionada por Le Guen (1997). Mas se na relação da mãe com a filha, especialmente, a função paterna não é totalmente operante, deixando a mulher escapar em parte ao Édipo, em alguns casos, pode se encontrar especialmente apagada.

A filha e sua mãe, nessa relação pré-edípica que nunca se deixa esquecer, permanecem em uma batalha sem trégua para assegurar suas integridades narcísicas, uma temendo se perder na outra. Podemos imaginar que a hostilidade e a adoração entre mãe e filha, tão visíveis na clínica e fora dela, se devam a esse jogo de espelhos que se perpetua nessa relação: a ambivalência entre mãe e filha se explica pela impossibilidade de superar completamente a relação especular. Em alguns casos, a dificuldade da filha não é a de ter uma mãe que exalta seus dons para se preencher narcisicamente através deles, mas de não ter uma mãe que assuma seu papel nesse jogo que vale a imagem que a filha terá de si. Eliacheff e Heinich (2004) dizem que, se o primeiro caso pode ser considerado o de um abuso narcisista, o segundo é o de um “abuso desnarcisante”. Enquanto no abuso narcisista as mães impelem as filhas a terem performances cada vez melhores, no abuso desnarcisante as filhas se tornam encarregadas de encarnar as insuficiências da mãe: a mãe insatisfeita critica de forma sistemática, injusta, excessiva e sempre desvalorizadora (ibid.). Alonso (2008) diz que a “filha

não suficientemente boa” não encontra na mãe nenhum lugar para se espelhar, nenhum lugar de narcisização dela mesma, restando-lhe apenas testemunhar o êxito materno.

Cada uma das situações traz um preço a ser pago pela filha, mas no abuso narcisista o preço pode ser o da impossibilidade de se separar. Se o abuso desnarcisante pode ser custoso, levando a filha às vezes à depressão, ele tem o facilitador de conferir à filha o reconhecimento de seu sofrimento: todos estão dispostos a condenar a mãe tida como indiferente ou não amorosa, que se interessa menos pela maternidade do que por outra paixão, como o trabalho ou a sexualidade. Entretanto, diante de uma mãe que expressa um amor sem limites pela filha, torna-se difícil fazer qualquer oposição. Essas mães têm a elas associada toda a valorização social do amor materno, levando qualquer movimento de separação por parte da filha a gerar enorme culpa (ELIACHEFF & HEINICH, op. cit.). Por isso, muitas vezes a única solução que se apresenta para essas filhas é em termos de ruptura. Em alguns casos, para se desprender dessa mãe, a filha lança mão da autodestruição, pela via das drogas, das automutilações ou até do suicídio (ibid.)³². Na melhor das hipóteses, afastar-se da mãe e de seu olhar é a maneira de lutar por um espaço que delimite seu próprio narcisismo e permita a criação da sua feminilidade, mesmo que a distância física não garanta a separação imaginária.

Nas duas situações, porém, o que há em comum é uma triangulação impossível entre mães e filhas (ALONSO, op. cit.). Trata-se de um processo de exclusão: no primeiro a exclusão do terceiro, mantendo mãe e filha em uma relação de exclusividade; no segundo, a exclusão da filha, colocada no lugar de terceiro, e por isso destituída de um lugar junto à mãe e de qualquer recurso para fazer face a ela (ELIACHEFF & HEINICH, 2004). Diante dessa falta de triangulação entre mãe e filha, estas permanecem “sufocadas pela ausência de espaço” entre elas, ou, pelo contrário, “aniquiladas pelo caráter intransponível desse espaço” (ibid., p. 79). A exclusão de terceiros define essas relações como incestuosas, pois há apenas dois lugares a serem ocupados em vez de três – trata-se de um incesto platônico, sem passagem ao ato (ibid.).

Segundo Jacques André (2003), o interdito do incesto protege do perigo da indiferenciação dentro de um mesmo corpo familiar, ele evita a tendência a transformar os parecidos em idênticos. “É como desejo do idêntico que é preciso definir o movimento incestuoso inconsciente” (p. 13). O desejo incestuoso abole as diferenças entre as gerações, até entre os sexos, e, mais radicalmente, entre sujeito e objeto. Por sua condição de

³² A esse respeito, recomendamos a leitura do livro *Uma, duas*, de Eliane Brum, Leya, 2011.

consanguinidade, pela identidade sexual e pelo fato de que uma dá à luz a outra, o casal mãe-filha representa o máximo do idêntico (ibid.). Sem a possibilidade de um terceiro que venha a se interpor a essa relação, pode prevalecer uma fantasia de auto-engendramento (RACAMIER, 1992), que é a fantasia antioriginária por excelência. Enquanto as fantasias originárias (fantasia da cena primitiva, fantasia de sedução, fantasia de castração) estabelecem as diferenças entre as gerações, entre os sexos e entre os seres (Eu e outro), a fantasia de auto-engendramento promove a ilusão de que o casal mãe-criança não comporta nenhuma diferença entre si, é eterno e prescinde de tudo que está fora dele (ibid.).

Jacques André (2003) supõe que no ódio da semelhança entre mãe e filha – “O pior que poderiam me dizer é que me pareço cada vez mais com minha mãe” (p. 11) – se encontra um medo de retorno “do mesmo”, retorno à indiferenciação. Ele compara o efeito detestável para uma filha de reconhecer sua mãe no espelho ao relato de Freud³³ no vagão de trem: a imagem do outro é ele mesmo, ou melhor, a detestável imagem no espelho é o outro e o Eu ao mesmo tempo. De fato, o narcisismo, relativo à imagem de si, se encontra perigosamente próximo da indiferenciação à mãe e da morte, condensadas: acontece a esta que dá a vida de representar também o seu oposto (ibid.). A fantasia de retorno ao útero da mãe é um forte ponto de interseção entre o materno, o narcísico e o mortífero. Freud³⁴ recorda que, durante o sono, há uma reativação do período no ventre da mãe, um retorno ao estado pré-mundano, onde criamos condições parecidas às vividas nesse momento: calor, escuridão, até mesmo a posição fetal adotada por alguns para dormir. Se o sono é um momento de recolhimento narcísico, a condição de narcisismo absoluto e reencontro com a mãe indiferenciada representariam a abolição da vida de representação, um sono sem sonho. “O reencontro com as origens da vida se paga com a morte psíquica”, resume Jacques André (2003, p. 21).

André Green (1966-1967) é o autor que melhor desenvolve essa proximidade entre o narcisismo e o mortífero. Duas faces da mesma moeda: narcisismo de vida e narcisismo de morte são expressões do mesmo movimento, de retirada da libido sobre o Eu, que pode tanto propiciar a constituição do Eu, quanto enfraquecer os laços com objeto até o limite da morte psíquica. Green defende que, ao lado do narcisismo de vida, unificante do Eu, atua o narcisismo de morte, que aspira não à unidade, mas ao nada, ao vazio. De fato, o que o

³³ No texto “O estranho” (*Das Unheimlich*), de 1919, Freud relata um episódio em que, viajando de trem em um compartimento particular, um solavanco faz a porta do toailete se abrir e, então, um senhor de idade, de roupão e boné de viagem entra. Freud se levanta para apontar o equívoco desse homem e então compreende, espantado, que o intruso era seu reflexo no espelho da porta aberta. Perturbado, confessa que antipatizou com seu “duplo”, que considerou “estranho”.

³⁴ “Cinco lições de psicanálise”, 1912.

narcisismo de morte busca é o retorno ao narcisismo primário, ao estado de indiferenciação inicial, à ausência de limites entre Eu e não-Eu. Para o autor, não se trata de uma fase do desenvolvimento, mas de uma estrutura que diz respeito a toda organização narcísica, na medida em que a meta de todo narcisismo é prescindir do objeto experimentado enquanto tal, o objeto do qual se depende para obter satisfação, fazendo da renúncia seu modo de permanecer em um estado de ausência de tensão. Se o movimento do narcisismo é de retirada da libido dos objetos, empobrecendo os vínculos que trazem satisfação à pulsão sexual, conclui-se que ele serve à pulsão de morte, sendo uma das formas de trabalho do negativo. Assim, para que prevaleça o narcisismo de vida, supõe-se a presença de um objeto que transfira para o psiquismo o movimento de Eros, promovendo a ligação e a satisfação libidinal. Como vimos, o encontro com o objeto fará o enlaçamento entre as pulsões de vida e a pulsão de morte, permitindo que a separação ocorra sem que o desligamento chegue às vias da morte psíquica.

Da inter-relação entre narcisismo de vida e narcisismo de morte, Eros e pulsão de morte, faz-se a separação, sempre incompleta, entre mãe e filha. O trabalho das pulsões na menina, associado ainda às pulsões na mãe, faz com que o movimento de separação esteja sempre diante da ameaça de retorno à indiferenciação, a “ameaça do idêntico”, como nomeia Jacques André (op. cit.). A ambivalência da filha e a ambivalência da mãe não se pacificam diante desse jogo de espelhos, pelo contrário, se tornam o meio pelo qual mãe e filha afirmam permanentemente suas diferenças, tão valiosas. O amor que uma tem pela outra, mas, especialmente, a hostilidade, marca que nada pode ser como antes, no período em que uma se confundia com a outra. É preciso ressaltar que não só a filha se confunde com a mãe em sua condição de dependência, mas a mãe também se confunde com a filha, perdendo-se nas projeções que lança sobre ela. É justamente o medo de perder-se na filha, semelhante a ela, que desperta maior ambivalência na mãe. Tanto para a mãe quanto para a filha, o ódio é uma defesa contra a ameaça de indiferenciação. É preciso ainda que a mãe odeie sua filha para permitir que a filha também a odeie e se separe.

Enquanto a filha deverá conquistar o espaço para a criação de sua feminilidade, a mãe deverá elaborar sua própria feminilidade e, ao mesmo tempo, sua maternidade. “O que significa ser mãe de uma menina?” “Será que vou repetir com ela as mesmas atitudes que minha mãe teve comigo?” “Como ser mãe como a minha mãe e ao mesmo tempo diferente dela?”. A experiência da maternidade, sem dúvida, evoca muitas questões relativas ao trabalho de separação entre mãe e filha. Vimos que esse trabalho precisa ser constantemente

atualizado, trazendo novas demandas de elaboração ao longo da vida. Assim como trouxemos o exemplo da adolescência como um momento de incremento pulsional que exige uma atualização importante, é possível considerar que a maternidade, para uma mulher, convoca a uma nova elaboração da separação em relação à sua mãe. Da possível separação conquistada entre mãe e filha, uma maternidade possível. Da impossível separação, que maternidade? Qual o lugar da maternidade entre mãe e filha? Buscaremos responder essas questões no próximo capítulo.

3 - Quando a filha se torna mãe: a construção do espaço de concepção

Abordaremos, nesse capítulo, a relação entre o processo de separação entre mãe e filha e a possibilidade de que a filha possa desejar filhos e concebê-los. Consideramos a hipótese de que essa possibilidade depende da conquista de um espaço de separação entre mãe e filha que equivale ao espaço concepção. Iniciaremos nossa argumentação pela apresentação das transformações psíquicas provocadas em uma mulher pela gravidez e pelo nascimento de uma criança, período fundamental para que ela possa se constituir enquanto mãe. Nesse contexto, não falaremos em construção da maternidade, mas em construção da maternalidade, como proposto por Racamier (1961, apud HOUZEL³⁵) em tradução ao termo inglês *motherhood*, que carrega um significado mais dinâmico do que a tradução habitual por maternidade. Partimos do princípio de que a experiência da maternalidade³⁶ não se dá de maneira inata para as mulheres, sendo necessária uma reorganização das representações da mulher sobre ela mesma, sobre o bebê e, especialmente, sobre a mãe. O reencontro com as experiências vividas no período pré-edípico com a mãe, provocado pela gravidez, nos remete a uma vivência da ordem do estranho, do *unheimlich* (FREUD, 1919b), que pode ser tolerado pela mulher ou se tornar desestruturante, convocando defesas radicais.

Diante dessa reaproximação com as representações sobre a mãe pré-edípica, de quem só é possível se separar de forma parcial e sempre custosa, interrogamos o lugar que o desejo de ter filhos pode assumir para uma mulher. Interessa-nos diferenciar os casos em que uma separação possível é assegurada daqueles em que a filha permanece aprisionada no domínio materno. Quais as consequências da manutenção da relação exclusiva entre mãe e filha sobre o desejo de ter filhos? Nossa proposta é a de que é possível diferenciar o desejo de ter filhos, enquanto desejo que acolhe a diferença, da vontade de ser mãe, ligada à reprodução da relação incestuosa primária entre mãe e filha, que não se refere a um desejo inconsciente. Nesse contexto, as contribuições de Piera Aulagnier (1979) sobre a transmissão do desejo de ter filhos serão esclarecedoras.

Na última parte deste capítulo, nos dedicaremos a investigar os casos em que a vontade de ser mãe, confrontada a um sintoma de infertilidade inexplicável pela medicina,

³⁵ “As implicações da parentalidade” In: *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. Casa do Psicólogo, 2004.

³⁶ Houzel (ibid.) situa a construção da parentalidade (que inclui a maternalidade) em três eixos: o exercício da parentalidade, que situa o indivíduo em um laço de parentesco e define regras e valores de um grupo social; a experiência da parentalidade, que se refere às transformações psíquicas que ocorrem nos pais na transição à parentalidade; e a prática da parentalidade, que diz respeito aos cuidados parentais com a criança.

leva certas mulheres a demandar pelo auxílio das técnicas de reprodução assistida. Nosso objetivo não é explorar o que se passa nesse campo, mas lançar luz sobre o funcionamento psíquico dessas mulheres inférteis, revelador da relação entre a fixação da filha na relação pré-edípica com a mãe e a impossibilidade de concepção. Para isso, contaremos principalmente com as contribuições teóricas da psicanalista Sylvie Faure-Pragier (1997; 2001; 2003), baseadas em sua extensa clínica com pacientes inférteis. Recorreremos ainda aos comentários de Simone Perelson (2013) ao trabalho desta autora e a um fragmento clínico seu também oriundo da experiência clínica no campo da reprodução assistida. Finalmente, buscaremos uma articulação entre as proposições de Faure-Pragier e a teoria de Winnicott (1971) para elucidar a relação entre separação e concepção.

3.1 - A maternidade e o *Unheimlich*

Já se tornou comum, entre diversos autores (GREEN, 1980; RACAMIER, 1961; STERN, 1997; WINNICOTT, 1956), a afirmação de que a gravidez conduz a mulher a um processo de intensa transformação. O primeiro a apresentar essa ideia de maneira clara foi Winnicott (ibid.), em um trabalho intitulado “A preocupação materna primária”. O autor considera que, desde o final da gravidez até algumas semanas após o nascimento do bebê, a mãe desenvolve um estado psicológico muito especial, de identificação profunda com o bebê, que lhe permite adaptar-se de forma sensível a todas as suas necessidades. Esse estado, de “preocupação materna primária”, raramente é recordado depois de superado, ou, como Winnicott defende, tende a ser recalçado. Trata-se de uma condição organizada que toma temporariamente o poder sobre a personalidade da mãe e seria considerada doentia se não fosse o contexto da gravidez. Winnicott menciona mesmo o termo “doença normal” para se referir a esse quadro. Para o autor, a mãe saudável é aquela capaz de ingressar no estado de preocupação materna primária, garantindo os cuidados adequados ao bebê, e de se recuperar dele à medida que o bebê passa a exigir menos dela.

Green (op. cit.), em um sentido muito próximo, afirma que nesse período há uma remodelagem completa das experiências da mulher, de seu vivido e sua relação com o mundo. O foco de suas atenções passa a se direcionar inteiramente para o bebê, bem como sua sensibilidade aos sinais mais imperceptíveis emitidos por ele parece aos outros de caráter quase alucinatorio. Green nomeia essa condição de “loucura materna normal”, situação em que é aceitável tudo sacrificar pelo outro, buscar ser para o bebê um objeto único e

incomparável, como ele é para a mãe. Mas o autor usa essa nomenclatura no contexto de um esforço em diferenciar a loucura da psicose, buscando resgatar a dimensão afetiva e econômica possível a partir do termo “loucura”, distinta do caráter estrutural da psicose.

Esse também é o ponto de vista de Racamier³⁷, para quem a gravidez faz a economia psíquica da mulher se orientar gradualmente rumo a um regime narcísico e fusional, centrado em torno do feto. A mãe passa inclusive a se amar mais, pois ela ama indistintamente a si mesma e à criança que porta em seu corpo. Para o autor, o funcionamento psíquico materno se aproxima, de maneira normal e reversível, de uma modalidade “psicótica”. Mas, em consonância com Green, esse termo não deve ser compreendido no sentido de uma entidade clínica que reúne sintomas encontrados no adoecimento psicótico, e sim como uma organização particular do Eu e da personalidade. Nessa condição, o Eu se despoja dos mecanismos de defesa próprios à neurose ou à organização anterior para fazer face à nova exigência pulsional. O senso de identidade da mãe se torna mais flutuante e frágil, já que a relação com o objeto se dá aos moldes da confusão entre o Eu e o outro.

Vemos, a partir desses autores, a reafirmação do fato de que a gravidez traz para a mulher uma nova organização psíquica, mas é Daniel Stern (1997) que dá um passo à frente nessa questão, nomeando essa nova organização de “constelação da maternidade” e dedicando um livro a seu estudo. Não se trata, para o autor, de uma derivação de outras organizações ou estruturas, como a psicose, mas de uma organização única e completamente normal no contexto da maternidade. De acordo com Stern, essa organização é temporária, mas, enquanto está em curso, se torna o principal eixo organizador da vida psíquica da mãe, relegando a segundo plano outros complexos que governavam a vida psíquica, como o complexo de Édipo. A tríade edípica estabelecida entre a mulher, sua mãe e seu pai é substituída por uma nova tríade sob a constelação da maternidade: mãe, mãe da mãe e bebê. O autor propõe que essa tríade está na base dos três discursos internos que passam a governar a vida da mãe: “o discurso da mãe com sua própria mãe, especialmente com sua mãe-como-mãe-para-ela-quando-criança; seu discurso consigo mesma, especialmente com ela-mesma-como-mãe; e seu discurso com o bebê.” (ibid., p. 161). O autor faz a ressalva de que a constelação da maternidade não é universal nem obrigatória, somente a maioria das mulheres, e não todas, a desenvolverá.

³⁷ “La mère et l’enfant dans les psychoses post-partum”, 1961.

Vemos, pelas contribuições de Stern (1997), que a nova organização psíquica na qual a mulher é lançada pela experiência da gravidez produz uma aproximação à sua própria mãe. De fato, Freud já havia afirmado, na conferência *Feminilidade* (1932/1933) que “sob a influência da transformação da mulher em mãe, pode ser revivida uma identificação com sua própria mãe (...)” (p. 132). Não se trata, para Stern, da mãe edípica rival, mas da mãe enquanto experiência de maternagem vivida pela mulher quando bebê. Nossa hipótese é de que essa aproximação também pode significar o retorno a uma condição em que mãe e filha eram menos diferenciadas, sendo assim fonte de angústia.

Segundo Claire Squires (2003), a gravidez tem a capacidade de reativar a relação carnal vivida com a mãe dos primeiros tempos, promovendo uma identificação a ela enquanto mãe. A filha, ao se tornar mãe, reviveria o vínculo à sua própria mãe, agora, inversamente, na posição outrora ocupada por esta. Esse retorno a um vínculo tão primário, capaz de trazer de volta elementos há muito tempo recalçados, se explica pelo caráter narcísico da experiência da gravidez, com seu investimento no corpo, nos limites da pele, nos cuidados. Mas a gravidez faz com que a mulher reviva não só a ternura, mas também a hostilidade experimentada em seus primeiros tempos de relação com a mãe.

A loucura materna normal traz de volta assim todas as feridas narcísicas antigas, os traumatismos, o luto e a herança transgeracional, acessíveis sob o efeito da suspensão do recalque. Talvez o período de gravidez abra uma janela menos opaca sobre o Inconsciente. As questões da relação mãe-filha serão assim desveladas (SQUIRES, *ibid.*, p. 121).

Associado a esse contexto, a autora afirma que não é incomum o aparecimento de grandes variações de humor, distúrbios passageiros da identidade, fobias e depressões em mulheres que se tornam mães. Por outro lado, essa revivescência de experiências do período pré-edípico pode se tornar ocasião para elaboração dos elementos que retornam, além de um trabalho de separação entre mãe e filha, questão sempre relevante para o psiquismo feminino (*ibid.*).

A questão da suspensão do recalque durante a gravidez, abordada por Squires, é destacada por Monique Bydlowski (2001; 2006; 2008) em seus trabalhos sobre as modificações provocadas pela maternalidade. Para esta autora, a gestação é um momento em que reminiscências e fantasmas do passado habitualmente mantidos em segredo vêm à tona sob o efeito da diminuição da censura (2006). Esse evento, em que fragmentos do pré-consciente e inconsciente vêm facilmente à consciência, está frequentemente atrelado a quadros graves, mas na gravidez é um fenômeno ordinário (2001). Trata-se do que a autora

denominou de “transparência psíquica”, um funcionamento psíquico característico das mulheres grávidas em que há um rebaixamento das resistências habituais acompanhado de um sobreinvestimento dos conflitos infantis e de um aumento da plasticidade psíquica (BYDLOWSKI; GOLSE, 2001). Se, normalmente, o Eu está protegido da irrupção do passado graças à ação do recalque, na gravidez essa força psíquica parece entrar em crise e não mais assegurar sua função protetora (BYDLOWSKI, 2001).

Segundo a autora, esse abalo sofrido pelo sistema defensivo da mulher durante a gravidez se explica pelo duplo estatuto do feto: ele está ao mesmo tempo presente no interior do corpo da mãe e em suas preocupações, mas ausente da realidade visível; ele é atual, mas, ao mesmo tempo, só é representável por elementos do passado (ibid.). As reminiscências da vida infantil da gestante são ativadas, escapando à censura, e, em contrapartida, existe um desinvestimento do mundo exterior. Bydlowski relata que, em sua prática clínica com essas mulheres, é facilmente observável uma tendência a trazer à tona conteúdos que normalmente permaneceriam recalçados, referentes principalmente à sexualidade infantil. Para a autora, essas lembranças, que fora do contexto da gravidez não seriam reveladas, perdem a importância diante do extraordinário acontecimento em curso: a elaboração de um bebê que chega. Isso explicaria a espontaneidade e a ausência de censura nos discursos dessas mulheres.

Se, por um lado, as lembranças da mãe enquanto a criança que ela foi ganham a cena, o bebê que está sendo gestado se torna com frequência objeto do silêncio materno. De acordo com Bydlowski (ibid.), o silêncio sobre a criança imaginária testemunha a paixão silenciosa dedicada a ela. De fato, em nossa experiência com mulheres no final da gravidez³⁸, as revelações de representações acerca do bebê que está prestes a nascer são exíguas. A autora considera esse silêncio da grávida sobre a criança o equivalente do silêncio do obsessivo sobre sua compulsão, do alcoólatra sobre seu consumo ou da bulímica sobre seus vômitos: “de modo geral, o segredo sobre um setor da atividade mental é sinal de sua erotização” (ibid., p. 45). Podemos considerar que na gravidez há um investimento erótico de tipo narcísico, em que a mãe investe libidinalmente o bebê e a si mesma, já que ainda não estão diferenciados. O fato de que a libido se concentra em torno do par mãe-bebê também explica a regressão dos investimentos depositados em outros objetos.

³⁸ Estágio realizado na Enfermaria de Obstetrícia do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (UNIRIO), entre janeiro e julho de 2011.

Entretanto, é consenso entre os autores (ARAGÃO, 2004; BYDLOWSKI, 2001; STERN, 1997) o fato de que as representações da mãe sobre o bebê sofrem grandes flutuações ao longo da gravidez. Stern (ibid.) localiza em torno dos quatro meses de gestação, quando os movimentos do feto no útero começam a ser percebidos, a ocorrência de um enriquecimento das representações da mãe sobre ele. É também nesse momento que o exame de ecografia permite aos pais visualizar a imagem do bebê. Mas esse período fértil em representações sobre o futuro bebê costuma dar lugar, por volta dos sete meses de gestação, a uma anulação das representações relatadas. Para o autor, isso se deve a uma proteção efetuada pela mãe contra uma possível discordância entre o bebê imaginário e o bebê real que será conhecido. Uma proteção do narcisismo do bebê e da mãe, poderíamos dizer. Após o nascimento, muitas das representações anteriores irão retornar, mas agora sofrerão uma atualização de acordo com características do bebê, como seu sexo ou seu temperamento (ibid.).

Bydlowski e Golse (2001) propõem que o momento do nascimento promove uma passagem da condição de transparência psíquica, descrita por Bydlowski (2001), para o estado de preocupação materna primária, como definido por Winnicott (1956). Se, durante a gravidez, o feto já possui alguma materialidade, isso não lhe garante a posição de verdadeiro objeto externo nas representações maternas. Ele é a criança imaginária, a criança da fantasia, a criança narcísica, mas permanece um objeto interno: para os autores, além de objeto interno ao corpo, o feto representa a metáfora do objeto interno, o objeto primário que dá as bases para o aparelho psíquico se constituir. Isso se associa ao fato de que ele evoca reminiscências do passado, como a relação de cuidados primários vivida pela mãe com sua própria mãe: a gravidez evoca para a nova mãe a criança que ela mesma foi para sua mãe e a mãe que sua mãe foi para ela quando criança.

No período que antecede o parto (localizado por Stern entre sete e nove meses de gestação), Bydlowski e Golse (2001) consideram que o feto começa a se revestir de um caráter exterior, mas ainda de tipo narcísico. A atenção da mãe, que antes se dirigia a ela mesma como continente, agora se dirige progressivamente ao bebê enquanto conteúdo, indicando um processo de objetualização que se realiza em torno dele. Com o nascimento, o recém-nascido, agora visivelmente externo, permanece em parte indiferenciado das representações da mãe sobre a criança que ela mesma foi, reativadas durante a gestação. Somente depois o bebê será progressivamente diferenciado da mãe, tornando-se um “verdadeiro objeto externo” (ibid.). O momento de transparência psíquica estaria ligado à

representação do feto enquanto objeto prioritariamente interno. A entrada no estado de preocupação materna primária equivaleria ao início do processo de objetualização, acentuado pelo nascimento do bebê. Conclui-se que a saída desse estado coincide com o reconhecimento do bebê enquanto objeto externo: trata-se de uma saída dos investimentos majoritariamente narcísicos para abrir espaço aos investimentos objetivos. O bebê contribui para liberar a mãe de seu devotamento, mostrando para ela que precisa cada vez menos de seus cuidados.

As representações da mãe sobre ela mesma também sofrem os efeitos da exigência de elaboração decorrente da gravidez. Stern (1997) já havia mencionado que, na constelação da maternidade, importa menos para a mãe seu lugar de filha de seus pais edípicos do que seu lugar enquanto a criança que um dia foi para sua mãe, isto é, sua mãe pré-edípica, quando a relação era de tipo dual. Isso é o que se passa durante a gravidez, mas, após o nascimento, a mulher é convocada a fazer novas atualizações.

Existe, na maioria das mulheres, uma identidade importante como a filha de seus pais. (...) essa identidade vitalícia como filha ocupa uma espécie de centro de gravidade histórico. Com o nascimento de sua própria filha, ela precisa mudar esse centro de gravidade: de filha-de-sua-mãe ela passa a ser mãe-de-sua-filha. Num único golpe, parte do mundo representacional fixo modificou-se irreversivelmente (STERN, *ibid.*, p. 29).

Há uma mudança na cadeia geracional quando a mulher deixa de ser apenas a filha de seus pais para ser mãe de alguém da próxima geração. Essa crise nos referenciais identificatórios é comparada por Racamier³⁹ à crise da adolescência, em que o sujeito é confrontado com a emergência de conflitos antigos que exigem uma nova organização da personalidade. De fato, o incremento das exigências pulsionais observado na adolescência está ligado, entre muitos aspectos, às transformações pubertárias, mas também à necessária renúncia ao lugar de criança. Na gravidez, temos tanto uma exigência pulsional ligada às transformações corporais, quanto à mudança na cadeia geracional, especialmente à renúncia ao lugar de filha. Trata-se de um trabalho de luto que nem sempre é possível, levando muitas mulheres à tristeza ligada a um sentimento de perda que elas não conseguem definir. Isso nos aponta que a maternalidade é de fato uma construção, não uma condição inata. Não se nasce pronta para ser mãe, torna-se mãe através de um trabalho intenso de reorganização psíquica. Stern (1997) afirma que essa exigência de trabalho psíquico para se tornar mãe faz com que a mulher busque modelos identificatórios em sua história pessoal: a mulher retorna às representações sobre sua própria mãe em busca de um referencial de maternagem.

³⁹ "La mère et l'enfant dans les psychoses post-partum", 1961.

Com o nascimento da criança, os cuidados maternos, em sua dimensão sensorial e afetiva, produzem evocações das experiências de interação com a própria mãe quando a mulher era criança. Para Stern (1997), as experiências transmitidas não se referem somente àquelas vividas pela nova mãe enquanto bebê, mas também àquelas vividas por sua mãe e que ela experienciou “empaticamente”, através da identificação primária. Do ponto de vista representacional, a nova mãe tende a reavaliar inconscientemente sua própria mãe, não só como a mãe que foi para ela, mas como mulher, esposa e avó do bebê. Stern (ibid.) considera que as representações da mãe sobre sua mãe terão indiscutível influência sobre o padrão de apego que ela desenvolverá em relação ao bebê. O autor pondera que não se trata de produzir uma nova versão do “culpar a mãe”, porém, não está em questão a existência dessa influência e sim o peso dado a ela. Ele propõe fazer uma distinção clara entre o que aconteceu de fato no passado, entre a mulher e sua mãe, e a narrativa que a primeira faz dessa relação, relacionada às suas representações sobre a história infantil com a mãe. Assim, como as representações estão sujeitas a novas elaborações, a nova mãe não fica condenada a repetir o padrão anterior de relação com seu bebê. Considerando que a gravidez convoca a mulher a um processo de intensa reelaboração das representações sobre a própria mãe, esse período pode ser considerado como uma importante oportunidade de retificação da própria história infantil, como propõe Silvia Zornig (2010).

Não é à toa que Bydlowski (2001) afirma que a gravidez representa para a mulher um encontro íntimo consigo mesma. Isso significa que a gravidez intima a mulher a entrar em contato com partes dela mesma que podem estar há muito tempo mantidas à distância graças ao efeito de defesas estruturadas. Como vimos, o duplo estatuto do bebê durante a gravidez (presente e ausente), com sua demanda de representação, e o exercício dos cuidados maternos provocam a reativação dessas antigas experiências. É a partir delas que a mulher poderá construir para si novas representações sobre o bebê que está nascendo, sobre ela mesma, sobre sua mãe e sobre os demais à sua volta. Mas se esse abalo nas defesas provocado pela gravidez se der sobre uma estrutura narcísica frágil, podem surgir intensas angústias e preocupações. Estas podem se voltar ao futuro da mãe e do bebê, gerando uma hipervigilância ou fantasias de que o bebê nascerá com alguma deformidade.

Para Bydlowski (2001), a reativação de experiências do passado durante a gestação pode fazer com que muitas mulheres entrem em contato com angústias primitivas vividas em um período anterior à aquisição da linguagem. A possibilidade de lidar com essas angústias, segundo a autora, se relaciona à qualidade do objeto interno constituído no psiquismo da mãe.

Este se forma a partir da alternância entre presença e ausência dos cuidados maternos, como vimos no capítulo 2. A adequação desses cuidados às necessidades do bebê, estabelecendo um ritmo reassegurador, garante a constituição de um bom objeto interno. É esse objeto interno que será reativado na ocasião da gravidez (BYDLOWSKI, 2001), tanto pela existência material de um objeto dentro do corpo da mulher, quanto por sua função protetora frente às angústias suscitadas pela emergência de uma nova organização psíquica. Mas há casos em que um objeto interno bom não pôde ser constituído para a nova mãe, devido a cuidados maternos inadequados às suas necessidades primárias. Nesses casos, as angústias do início da vida despertadas pela gravidez podem assumir a forma de agonias primitivas, como descritas por Winnicott⁴⁰, que representam o medo de um colapso – medo que parece se referir a um colapso iminente, mas que na verdade se refere a um colapso das defesas que já aconteceu antes, nos primórdios do psiquismo.

Desse modo, podemos pensar que a intrusão que a criança representa no narcisismo materno, instalando-se no interior de seu corpo e obrigando a uma nova organização psíquica, pode significar uma aproximação indesejada com agonias primitivas. Aragão (2004) associa a vertigem experimentada por muitas grávidas daquela observada na agorafobia, encontrando um ponto em comum entre as duas condições: uma perda de referenciais internos que provoca uma perda de referenciais externos. Esse abalo narcísico produzido pela gravidez pode ser atravessado de maneira não desestruturante de acordo com a presença de um bom objeto interno para a mãe, que possa reassegurá-la diante desse processo de reorganização da vida psíquica. Aragão (ibid.) propõe ainda que uma exigência da maternidade é a de que o narcisismo materno possa englobar um outro. Haveria, em cada mãe, uma alternância entre um “narcisismo englobante”, referido à experiência de plenitude de ter um bebê em seu próprio ventre, e um “narcisismo excludente”, em que o bebê é vivido como um invasor do narcisismo materno. Nos casos em que a experiência excludente prevalece, a gravidez pode ser vivida como uma doença ou uma agressão ao narcisismo, condição que diversos autores (ARAGÃO, ibid.; BYDLOWSKI, 2008; FAURE-PRAGIER, 1997) supõem estar relacionada à ocorrência de repetidos abortos espontâneos em algumas mulheres.

Assim, o tempo da gravidez física pode ser correlacionado a um tempo de gravidez psíquica. É um tempo necessário ao trabalho de construção de um espaço psíquico para o bebê, que, como bem lembra Aragão (op. cit.), também é um trabalho de transformação do

⁴⁰ “O medo do colapso (*Breakdown*)”, 1963.

estrangeiro em familiar. A autora compara o processo de aceitação do feto no espaço psíquico materno ao que ocorre em um transplante de órgãos, podendo essa nova parte ser aceita dentro de si ou rejeitada. Para Bydlowski (2001), está em jogo a capacidade da mãe de erotizar uma parte interna ao corpo, o que, quando possível, explica o silêncio das gestantes sobre o bebê que carregam. Inversamente, a impossibilidade de erotização do feto pode estar relacionada à negação da gravidez que pode ocorrer em mães psicóticas, que nunca chegam a investir o bebê como um objeto nascente. A autora (id., 2006), nesse sentido, acrescenta que a gravidez, o corpo do feto e o parto estão no limite do representável para a mãe. Sendo assim, a exigência de trabalho psíquico diante de tantos remanejamentos, quando impossível de ser realizada, pode suscitar a instauração de defesas radicais.

Essas formulações nos levam a propor que há algo na experiência da maternalidade que se situa na ordem do estranho, do *unheimlich*, como descrito por Freud (1919b). O feto é um estrangeiro ao narcisismo da mãe, que precisa, digamos, passar por um processo de naturalização⁴¹ para ser aceito nesse território. Mas esse processo, como vimos, evoca na mãe reminiscências que se referem à sua realidade mais íntima, e, ao mesmo tempo, foram afastadas da consciência, tornando-se desconhecidas. A gravidez provoca um encontro íntimo da mulher consigo mesma, como disse Bydlowski (2001), mas ela também provoca um encontro da mulher com sua própria mãe. Talvez nem seja possível diferenciar essas duas ordens de encontro: poderíamos falar que a gravidez promove o reencontro da relação mãe-filha do período pré-edípico. Tratando-se de um vínculo em que não há diferença entre as duas, fica evidente a aproximação ao fenômeno referido por Freud (op. cit.) como do duplo, em que “o sujeito identifica-se com outra pessoa, de tal forma que fica em dúvida sobre quem é o seu eu (*self*), ou substitui o seu próprio eu (*self*) por um estranho.” (p. 252). Sua qualidade de estranheza, supõe Freud, “só pode advir do fato de o duplo ser uma criação que data de um estágio mental muito primitivo, há muito superado” (p. 254).

Reaproximar-se das experiências vividas com a mãe pré-edípica, tão próxima, e, ao mesmo tempo, de quem foi preciso se afastar às custas de tanto trabalho, não seria uma experiência da ordem do estranho? As lembranças do período pré-edípico com a mãe, reavivadas na gestação e nos cuidados com o bebê, só puderam emergir pela suspensão de um recalque que esteve atuando de maneira especialmente vigorosa. Freud (1931) dizia que a força desse recalque tornava difícil o acesso do analista às experiências pré-edípicas da

⁴¹ Em alusão ao processo de naturalização de um estrangeiro em um país.

paciente, muitas vezes reconhecidas através de projeções na figura paterna. Em 1919, ele propõe que a impressão de estranheza causada por algumas experiências estaria ligada ao fato de elas trazerem à tona algum conteúdo da vida infantil submetido ao recalque. O efeito de *unheimlich* seria, portanto causado pelo reencontro com algo muito familiar, mas com que se perdeu o contato. Daí a aproximação que Freud destaca entre os termos *heimlich* (familiar) e *unheimlich* (seu oposto), pois o estranho não é nada de novo, e sim algo muito familiar que foi afastado pelo mecanismo de recalque. Consideramos que a emergência, durante a gravidez, de conteúdos tão ativamente mantidos à distância e que revelam a familiaridade das primeiras relações objetais estabelecidas com a mãe é capaz de provocar a contradição presente no *unheimlich*.

Nesse contexto, a evocação de tais experiências primitivas pode fazer com que a perspectiva de gerar uma criança dentro de si não seja tolerada. Para muitas mulheres, um filho pode ser percebido como uma perda do ponto de vista narcísico e um risco de colapso de uma estrutura defensiva arduamente mantida. Para outras, o reencontro com as experiências de cuidado materno vividas nos primórdios pode ser desejado, significando o reencontro com um objeto interno bom, que não ameaça a integridade do Eu. Há ainda os casos em que a experiência de ser mãe é desejada de modo irrenunciável, surgindo como uma exigência a ser atendida, uma angústia a ser aplacada. Essas diferenças nos levam a interrogar: qual o lugar do desejo de ter filhos diante da reaproximação com a mãe pré-edípica que a gravidez provoca? Passaremos, a seguir, a buscar uma compreensão para as diversas formas que o desejo de ter filhos pode assumir, articulando-as ao retorno do recalque que a maternidade opera sobre o vínculo pré-edípico da filha à mãe.

3.2 - Desejo de ter filhos ou vontade de ser mãe?

O desejo de ter filhos⁴², expresso conscientemente por uma mulher, comporta mais do que sua enunciação pode revelar à primeira impressão. O primeiro aspecto que é preciso considerar é sua ambivalência: ele não é um desejo livre de conflitos, está sujeito a um longo processo de elaboração que inclui o seu contrário, o desejo de não ter filhos. Bydlowski (2008) ressalta que, nos dias atuais, graças aos métodos contraceptivos, o desejo de ter filhos se tornou um voto frequentemente voluntário e facultativo. Ao desejar uma gravidez, é

⁴² A expressão francesa "*désir d'enfant*" deixa mais claro que é o desejo de ter uma criança.

preciso deixar de não desejá-la, isto é, deixar de tomar precauções contraceptivas. Assim, o papel que antes o acaso tinha na ocorrência da gravidez, promovendo a perpetuação da espécie e a continuidade da família, tem sido substituído pela programação consciente da reprodução.

Entretanto, o desejo de ter filhos não se esgota nesse planejamento consciente, muito pelo contrário. Bydlowski (2008) lembra ainda que “o projeto de um filho, mesmo consciente, está sempre infiltrado de significações inconscientes” (p. 19), o que faz com que ele possa sempre ser interrogado. Para Marina Ribeiro (2004), o desejo de ter filhos está estreitamente relacionado à sexualidade infantil e seus desdobramentos. Nesse contexto, a fantasia da cena primitiva é a primeira forma dada pela criança ao enigma de sua origem a partir da relação sexual entre os pais: ela significa “a conjunção entre o fato biológico da concepção (e do nascimento) e o fato simbólico da filiação”⁴³. Desde os “Três Ensaios” de 1905, Freud já havia afirmado que o primeiro problema de que se ocupa a pulsão de saber na criança “não é a questão da diferença sexual, e sim o enigma: de onde vêm os bebês?” (p. 183). Mesmo tendo ele voltado atrás nessa afirmativa em 1925, é inegável a ocorrência desse questionamento entre as crianças pequenas. Ainda em 1905, ele acrescenta que as teorias desenvolvidas pelas crianças para explicar a proveniência dos bebês, como a de que eles surgem quando se come alguma coisa ou são eliminados pelo intestino com as fezes, sucumbem ao recalque, raramente deixando lembranças no adulto. De enigma, a capacidade de procriar adquire o status de desejo infantil, algo que pode ser observado nas brincadeiras de meninos e meninas com bonecas, em que se identificam à posição materna de cuidados.

Freud se refere ao desejo infantil de ter filhos por duas vertentes principais: a primeira, ligada à relação pré-edípica com a mãe, para os dois sexos; a segunda, relacionada ao desejo de ter um filho como substituto do pênis, no contexto do complexo de Édipo da menina. Em “Sexualidade feminina” (1931) Freud afirma que, na fase fálica, tanto o menino quanto a menina julgam que deram à mãe um novo bebê que chega. No caso da menina, essa posição ativa deve ser substituída pelo desejo de receber, passivamente, um bebê do pai durante o Édipo, como compensação à castração que lhe foi infligida. Bydlowski (op. cit.) aponta que a perspectiva clássica da psicanálise costuma privilegiar a visão de que, ao se tornar mãe, a mulher obtém o filho outrora desejado do pai, mas tende a negligenciar a força do vínculo originário à mãe no início da vida e sua influência na filiação. Buscando escapar a esse

⁴³ LAPLANCHE, J; PONTALIS, J-B. *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. (1988), p. 61-62.

reduccionismo, podemos situar, a partir de diversos autores (BYDŁOWSKI, 2008; FAURE-PRAGIER, 1997; RIBEIRO, 2004), o desejo inconsciente de ter filhos em torno de alguns eixos: o desejo narcísico de imortalidade do Eu; o desejo de prolongamento da relação pré-edípica com a mãe; o desejo edípico de um bebê-falo; e o desejo de ter um filho fruto da relação sexual com um homem desejado.

O desejo narcísico de imortalidade do Eu esteve presente nos questionamentos de Freud desde “A interpretação dos sonhos” (1900): “E, afinal, refleti: ter filhos não seria nosso único acesso à imortalidade?” (p. 518). Mas é em 1914, com seu trabalho sobre o narcisismo, que Freud desenvolve a ideia de que os filhos representam uma importante realização narcísica para os pais. Já abordamos no capítulo 2 como os pais projetam sobre os filhos expectativas de todo tipo de realizações narcísicas que não foram possíveis a eles. Mas o desejo narcísico de imortalidade do Eu ultrapassa a geração seguinte: ele é um voto de continuidade da herança pessoal através das gerações, permitindo que o patrimônio genético, familiar e cultural sobreviva à morte individual. Ribeiro (op. cit.) afirma que “parece ser uma importante realização narcísica ver um pouco de nós mesmos em nossos filhos” (p. 53), aspecto perceptível na gratificação de certos pais em reconhecer em seus filhos desde a cor dos cabelos até a escolha profissional. “O ponto mais vulnerável do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente encurralada pela realidade, ganha, assim, um refúgio seguro abrigando-se na criança”, conclui Freud (1914, p. 110).

A primeira forma de expressão do desejo de ter filhos se dá em um momento ainda muito precoce, referido por Freud como a fase fálica para meninos e meninas. No caso das meninas, vimos que se trata de um período em que vigora um vínculo muito intenso à mãe, que permanece produzindo efeitos mesmo depois de recalcado – recalque, aliás, menos efetivo que o masculino. Bydlowski (op. cit.) indica que o desejo por um bebê pode corresponder ao anseio da mulher de viver a experiência de maternidade como sua própria mãe, em uma continuidade com ela: “Pelo desejo de um bebê, a mulher dá corpo ao vínculo carnal indestrutível que a une à sua mãe” (p. 21). A autora (id., 2006) considera a identificação à mãe confiável dos primeiros tempos algo necessário para que uma mulher possa se tornar mãe. Sylvie Faure-Pragier (op. cit) parece corroborar essas observações ao afirmar, de modo inverso, que muitos dos casos de infertilidade feminina analisados por ela podem ser atribuídos a uma impossível identificação da paciente à mãe.

Com base em nossa discussão sobre separação e identificação desenvolvida no capítulo 2, é preciso lembrar que a identificação da filha à mãe traz para a filha o risco de novamente se confundir com a mãe, como no período pré-edípico. Consideramos a hipótese de que, assim como a identificação à mãe não resolve a feminilidade da filha, também não é apenas identificando-se à mãe que a filha construirá sua maternalidade, sob pena de produzir uma mera repetição do que a mãe foi para ela quando criança. Por outro lado, é a partir das experiências de cuidados maternos dispensados à nova mãe que esta vai poder construir sua própria maternalidade, diferenciando-se. Isso significa que a identificação à mãe-enquanto-mãe é necessária, mas o desejo de ter filhos para prolongar essa relação pode incluir ou não uma elaboração que permita a diferença.

O desejo de ter um filho como substituto do falo nunca recebido é, sem dúvida, o mais referido nos textos psicanalíticos entre as motivações inconscientes que movem uma mulher a se tornar mãe. Mais do que um desejo infantil, o desejo de ter um filho do pai é alçado por Freud ao estatuto de símbolo da própria feminilidade. “No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica.” (FREUD, 1933, p. 128). Ele é o bebê-falo, destinado a se tornar objeto dos investimentos maternos e mascarar sua falta – pelo menos por um tempo. Ou, ainda, pode cumprir essa função somente durante a gravidez, produzindo na futura mãe uma sensação de completude que não se sustenta após o nascimento. Para Bydlowski (2008), isso pode estar ligado a certas decepções e até depressões pós-parto, especialmente se o bebê for uma menina. Freud, de maneira radical, afirmou em 1933 que “a mãe somente obtém satisfação sem limites na sua relação com seu filho menino” (p. 132). Nosso ponto de vista se aproxima mais ao de Claude Le Guen (1997), para quem a mãe costuma obter satisfação narcísica com o filho menino, enquanto com a menina tende a estabelecer uma identificação narcísica que pode significar a criação de expectativas ainda mais massivas, embora evoque maior ambivalência. Sendo assim, muitas mulheres podem preferir ter uma filha a um filho, fato facilmente observável.

Ribeiro (2004) lembra que Freud descreveu o complexo de Édipo em “O Eu e o id” (1923a) como uma formação tanto positiva quanto negativa, em que a criança de ambos os sexos estabelece investimentos objetivos e identificações tanto com o pai quanto com a mãe. A bissexualidade psíquica constitucional, que se refere a disposições tanto femininas quanto masculinas que cada sujeito apresenta em seu conflito para assumir uma das posições, permite esses desdobramentos. Assim, “o filho edípico é tanto um filho com o genitor do sexo oposto

quanto um filho com o genitor do mesmo sexo” (RIBEIRO, 2004, p. 62). A autora acrescenta que, assim como a menina inveja os atributos fálicos do pai, o menino também inveja as capacidades da mãe, como a de engravidar. O caso freudiano do Pequeno Hans⁴⁴ revela como esse desejo pode se manifestar em um menino, quando Hans relata ao pai seu intento de ter uma menina, assim como sua mãe teve. Diante da declaração do pai de que “Os meninos não têm crianças. Só as mulheres, só as mães é que têm crianças”, o menino responde: “Mas por que eu não poderia?” (p. 83).

A impossibilidade de realizar o desejo de ter um bebê com cada um dos pais é compensada quando, na idade adulta, o sujeito pode realizar o desejo de ter filhos com seu parceiro ou parceira. Segundo Bydlowski (2006; 2008), o desejo da mulher de ter filhos geralmente se dá pela combinação de três elementos: o primeiro é a identificação à mãe pré-edípica, cujo tipo de vínculo a mulher deseja prolongar na relação com seu bebê; o segundo é o desejo de receber do pai uma criança como a mãe recebeu; e, finalmente, existe o desejo de ter uma criança que encarne o vínculo sexual estabelecido com um homem desejado e atual. O único momento em que Freud parece considerar essa hipótese em sua obra pode ser identificado no texto “As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal” (1917):

Podemos certamente nos sentir inclinados a atribuir o desejo por um homem (...) ao desejo por um bebê, já que a mulher com certeza compreenderá, mais cedo ou mais tarde, que não pode haver bebê sem a cooperação do homem. Contudo, é mais provável que o desejo por um homem nasça independente do desejo por um bebê, e que, quando esse desejo desperta, (...) o desejo original de um pênis liga-se a ele, como um reforço libidinal inconsciente. (p. 137-138).

Assim, Freud considera nesse texto que o amor de uma mulher por um homem pode nascer desvinculado do desejo feminino de ter uma criança do próprio pai. Somente depois esse desejo infantil reapareceria para se inscrever em outro registro, o do amor por um homem. Freud (ibid.) menciona que, nas mulheres que não se tornam neuróticas, o amor por um homem pode se dar segundo o tipo objetal, que coexistiria então com o tipo narcísico. Em outros casos, somente um bebê poderia promover a transição do auto-amor narcísico para o amor objetal. Com isso, Freud retifica uma de suas posições defendidas em 1914, segundo a qual as mulheres em geral só poderiam encontrar o amor objetal na maternidade.

É essa a discussão desenvolvida por Maria Elisa Pessoa Labaki (2008), que busca na teoria freudiana um lugar para maternidade que não se inscreva na neurose. Para a autora, Freud situa apenas na histeria o desejo feminino de ter filhos, assim como só consegue

⁴⁴ “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”, 1909.

conceber a ausência de desejo de maternidade na homossexualidade. O desejo de ter um bebê seria um sintoma histérico na medida em que expressa o retorno do desejo recalcado na menina de possuir o pênis, então deslocado para o desejo de possuir um bebê. Para a autora, essa posição freudiana implica em considerar uma sexualidade feminina que jamais alcança a organização genital adulta. Nesse contexto, ela se refere ao texto de 1917 como o único que apresenta o desejo de maternidade como uma das vias do erotismo em relação ao homem. Labaki (2008) ressalta que é preciso reservar um lugar à maternidade que escape à neurose e possa se inscrever na lógica da diferença sexual.

Essa perspectiva sobre o desejo de ter filhos leva a autora a uma nova discussão, que nos interessa especialmente. Se a maternidade pode ser desejada no registro do amor objetal por um homem, implicando no reconhecimento da diferença em relação a ele, qual o lugar, no desejo de maternidade, para a diferença que separa a mãe de seu bebê? De acordo com Labaki (ibid.), é preciso diferenciar o desejo que anima uma mulher a engravidar daquele que a manterá dedicada a seu bebê. Enquanto a gestação pode ser experimentada por algumas mulheres como o ápice da vivência narcísica, ligada à capacidade de gerar outra vida e de preencher temporariamente a própria falta, o exercício da maternidade (ou maternalidade) é de outra ordem. Após o nascimento, a sensação seria menos a de uma completude narcísica e mais a de uma perda, imposta pela separação a que o parto obriga. Essa separação levaria imediatamente ao início de um trabalho de diferenciação, pois, a partir do nascimento, o que era um, se torna dois. Nesse sentido, não existe relação de continuidade entre gestação e maternidade, mas sim de ruptura (ibid.).

Apesar de considerarmos essa distinção de grande utilidade, podemos fazer a objeção de que essa ruptura não se dá de maneira imediata, e sim a partir de um processo gradual de separação entre mãe e bebê. Logo após o nascimento, o que vigora é o funcionamento psíquico denominado por Winnicott (1956) de preocupação materna primária, no qual as particularidades da mãe são deixadas em segundo plano para que ela se adapte completamente às necessidades do bebê, como já discutimos. Mas, para isso, lembra a autora, a mãe deve conter em si o movimento de separação, permitindo-a identificar-se com o bebê. Assim, interessa-nos destacar nas contribuições de Labaki (op. cit.) a ideia de que o desejo de engravidar, de caráter mais narcísico, deve ser distinto do desejo que uma mulher precisa sustentar no exercício da função materna – desejo que a autora define como o de perder, mais do que o de ter. Trata-se de um desejo que privilegia o amor objetal e que permite a emergência da alteridade na criança.

A espera de um filho, durante a gravidez, bem como o investimento de desejo no filho que será adotado, deveria dotar a mãe com esta capacidade de perda da imagem ideal do bebê, sem a qual a criança não se subjetivaria. (LABAKI, 2008, p. 282).

Piera Aulagnier (1999) fala da importância de que a mãe separe o corpo real do bebê da imagem antecipada de seu corpo forjada por ela durante a gestação. Essa imagem, por um lado, é fundamental, pois o corpo da criança só pode ser acolhido pela mãe se ela construir uma história para ele, história que contém um “Eu antecipado”, que insere a criança em um sistema de parentesco e com isso em uma ordem temporal e simbólica (ibid.). O Eu da criança só poderá se constituir sobre essa imagem antecipada pela mãe, seu porta-voz. Por outro lado, o investimento da mãe nessa imagem antecipada, para a qual não existe ainda suporte real, implica sempre em um risco: em alguns casos, o corpo com o qual a criança vem ao mundo não encontra correspondência na imagem ideal forjada pela mãe, tornando-se muito estranho para o olhar materno (ibid.).

Essas formulações nos levam a pensar, mais uma vez, que o investimento da mãe sobre a imagem do bebê que vai nascer, seja aquele que está no ventre ou o que ainda nem foi concebido, possui caráter eminentemente narcísico. Porém, ao final da gravidez e após o nascimento, deve ser iniciado um processo de objetualização dos investimentos maternos sobre o bebê, permitindo a emergência de investimentos de tipo objetal. A grande transformação que se opera de um tipo de investimento a outro é a consideração do lugar da diferença. O investimento de tipo narcísico é aquele em que se ama a criança como se ama a si mesma, enquanto o amor objetal implica em amar o estrangeiro, o diferente, aquele que sempre traz uma surpresa. Não queremos sustentar que o exercício da maternidade, como referido por Labaki (op. cit.), exige uma transição completa do amor narcísico ao objetal. Trata-se mais da possibilidade de emergência do amor objetal ao lado do amor narcísico. O amor narcísico puro pela criança nos remete ao que Eliacheff e Heinich (2004) denominaram de patologia do amor materno: um amor sem limites, em que predomina a confusão entre quem ama e quem é amado, sem espaço para a diferença. Também é um tipo de amor que não coexiste facilmente com o ódio, pois este separa. O amor narcísico exclusivo, portanto, exclui a ambivalência necessária à separação, especialmente entre mãe e filha.

Faure-Pragier (1997), nesse contexto, interroga: o que seria então “um verdadeiro desejo de ter filhos?” (p. 110). A autora propõe que, nos casos em que a mudança de objeto da mãe para o pai é problemática para a filha, não se trata tanto do desejo de um filho como filho do pai. Na ausência de uma triangulação suficiente na história da mulher, diz a autora, não

parece que a demanda de engravidar exprime “um verdadeiro desejo por um filho nascido do amor de um homem e de uma mulher. Talvez pudéssemos falar de uma vontade de filho (*envie d'enfant*)” (FAURE-PRAGIER, 1997, p. 111). Vontade que, segundo ela, pode mascarar uma recusa de filho inconsciente, ligada à ocorrência de certos casos de infertilidade. Apesar de Faure-Pragier não fazer distinção clara entre o desejo de ter um filho do pai edípico e o desejo de ter um filho de um homem amado, fica marcada a diferença entre esse desejo por um filho e a “vontade de filho”, que não expressa de fato um desejo inconsciente.

Em entrevista a Horstein (1991), Aulagnier parece acompanhar esse ponto de vista:

(...) é necessário diferenciar o desejo de filho com toda a evolução que ele implica: ter um filho da mãe, ter um filho do pai até chegar a desejar um filho do homem que possa dá-lo. Este desejo de filho deve ser diferenciado do desejo de maternidade que é o desejo de repetir em forma especular seu relacionamento com a mãe. Este desejo é catastrófico para a criança. O catastrófico é que para essas mulheres é impossível aceitar o novo” (p. 367).

Desse modo, há uma distinção importante estabelecida pela autora entre o desejo de filho, de um bebê fruto da relação sexual entre um casal – poderíamos dizer, fruto da diferença – e o desejo de maternidade enquanto tentativa de retorno à relação especular vivida com a própria mãe no início da vida, em que ainda não há lugar para a diferença. Enquanto Aulagnier ressalta que não é o filho que se deseja nesses casos, mas a maternidade, Faure-Pragier aponta para a inexistência de um desejo de fato nessa demanda. Nesses termos, propomos desde já estabelecer uma diferença entre o *desejo por um filho* e a *vontade de ser mãe*.

A vontade de ser mãe não se constrói em torno de uma criança imaginada, e sim a partir de uma dificuldade de separação da mulher em relação à própria mãe que encontra na maternidade mais um recurso para se perpetuar. Vimos no início desse capítulo como a gravidez promove um reencontro da mulher com a relação pré-edípica com a mãe, ou melhor, o estreitamento de um tipo de vínculo que nunca é totalmente recalçado. Essa emergência do vínculo primário à mãe exige do psiquismo da mulher uma reorganização, que permita construir a própria maternalidade e englobar narcisicamente a criança que chega. A identificação à mãe, considerada por Bydlowski (2008) e Faure-Pragier (op. cit.), fundamental à construção da maternalidade, pode, em certos casos, significar uma ameaça de retorno à indiferenciação. Nesses casos, a perspectiva de uma gravidez é vivida inconscientemente como uma ameaça, e a recusa, também inconsciente, da gravidez faz com que a expressão

consciente da vontade de ser mãe não seja mais que uma defesa. Assim, nos casos em que a separação entre mãe e filha é precária, há um prejuízo à possibilidade de emergência do desejo de ter filhos, podendo surgir uma vontade de ser mãe de caráter defensivo, que prolonga o aprisionamento da filha ao vínculo primário à mãe. Mas como a dificuldade de separação entre mãe e filha atinge a formulação inconsciente do desejo de ter filhos?

De acordo com Aulagnier (1979), tanto a menina quanto o menino herdam um desejo de ter filhos que lhes é transmitido pelo desejo materno de que eles se tornem também pai ou mãe. Trata-se da projeção sobre os filhos do desejo recalcado na mãe de ter um bebê de seu pai, quando era uma menininha edipiana. Ainda segundo a autora, o desejo de ter um filho do pai no Édipo, não realizado, se transforma em desejo de que sua criança tenha um filho. Mas, assim como a mãe não pôde receber um filho de seu pai, pela interdição do incesto, ela também não pode dar um filho a seu filho. Desse modo, o mesmo desejo transmite à criança a mesma interdição: tanto o desejo quanto a interdição se repetem na geração seguinte. Pela transmissão do desejo e da interdição, a mãe prova para si que não realizou o desejo de filho do Édipo, que era incestuoso, e a criança herda também a constatação de que ela não é a realização daquilo que era esperado. Aulagnier (ibid.) considera que, assim, mãe e criança se tornam agentes da repressão um para o outro.

Esse desdobramento tem consequências importantes, pois o desejo materno, transmitido dessa maneira, indica para a criança que há um lugar que deve ficar vago – noção que essa criança também transmitirá para seus filhos. O desejo infantil inicial de ter um filho de sua mãe, segundo Aulagnier (ibid.), significa o desejo de ter-se a si mesmo, ter e ser ao mesmo tempo, e, portanto, deve ser superado. Ele deve dar lugar ao reconhecimento de que não se pode ter o que se é, só se pode almejar objetos substitutivos. Isso se torna possível pela passagem do desejo para o registro edipiano, quando a figura paterna, um terceiro, dá à criança “o dom de ter um filho que ela não pôde ser, mas poderá ter” (p. 119). Esse desejo, postergado na infância, poderá ser reapropriado depois, quando o pai e a mãe forem substituídos por outra pessoa. Assim, o desejo materno de que a criança tenha um filho, tal como é enunciado, coloca a mãe no lugar de doadora interdita (ibid.).

Seguindo as formulações de Aulagnier (1979), podemos considerar que o desejo de ter um filho enquanto um objeto substitutivo, que abre espaço para o amor objetual, tem como base fundamental a transmissão da interdição do incesto. É essa interdição, eixo organizador fundamental do psiquismo, que não produz seus efeitos nos casos em que se apresenta a

vontade de ser mãe. Quando o desejo é de reprodução da relação especular com a mãe através da própria maternidade, não há lugar para o terceiro, isto é, prevalece a relação incestuosa primária entre mãe e filha. O desejo de ter filhos só é possível em um modo de funcionamento triangular, em que o filho é outro, um estrangeiro, mesmo que venha do interior do corpo. É o complexo de Édipo que propicia essa organização, mesmo que o terceiro não seja um homem: a travessia do Édipo equivale à inscrição da interdição do incesto, a lei que proíbe mãe e filha de permanecerem em uma relação exclusiva. Essa lei, quando inscrita no psiquismo materno, permite que essa mãe transmita a seus filhos um desejo de ter filhos em que está implícita essa proibição. Isso significa que, para ela, seu filho não representa a realização da relação incestuosa com seus pais, assim como o filho de seu filho não o será. Conclui-se, a partir dessas formulações, que a possibilidade de desejar filhos está estreitamente relacionada à travessia de uma separação fundamental entre mãe e filha: aquela que as retira da relação exclusiva e incestuosa dos primeiros tempos.

Como ocorre no estudo de diversos assuntos, a investigação dos casos em que essa separação é insatisfatória pode nos revelar muito sobre a relação entre separação e construção da maternidade, desde a formulação desse desejo. Vimos que a maternidade não é um dado a priori, toda mulher precisa se constituir como mãe. De uma separação possível, uma maternidade possível, mesmo que exija uma importante reorganização da vida pulsional e representacional. De uma separação impossível ou precária, que maternidade? Buscaremos estabelecer uma articulação entre os impasses na separação entre mãe e filha e a impossibilidade de concepção.

3.3 - Concepção e separação

A impossibilidade de gerar uma criança, mesmo que não seja o único desdobramento possível da dificuldade da filha de se separar da mãe, é especialmente reveladora desse tipo de vínculo aprisionador. A constatação de que existe uma relação entre a vontade de ser mãe, muitas vezes associada a um quadro medicamente inexplicável de infertilidade, e a separação insuficiente entre mãe e filha é compartilhada por diversos autores que se debruçam sobre essa clínica (BYDLOWSKI, 2008; FAURE-PRAGIER, 1997; PERELSON, 2013). Mas enquanto Monique Bydlowski considera que esse aprisionamento da filha se dá em relação à mãe edípica, sendo a hostilidade da filha ligada à rivalidade com mãe, Sylvie Faure-Pragier, acompanhada por Simone Perelson (op. cit.), indica que a mudança de objeto que a filha

deveria ter efetuado da mãe para o pai, adentrando assim o complexo de Édipo, fracassou. Assim, certos casos de infertilidade feminina que se multiplicam nos serviços de reprodução assistida – não todos os casos, é importante frisar – podem ser relacionados à fixação na relação pré-edípica da filha com a mãe (FAURE-PRAGIER, 1997; PERELSON, 2013).

O fato de que, mesmo atualmente, com a oferta de tratamentos médicos tão eficazes em garantir a procriação, algumas mulheres se deparam com a persistência da infertilidade, faz com que elas atribuam a causa do problema a um fator psicológico, procurando ajuda. Diante do psicanalista, como relata Faure-Pragier (op. cit), o motivo da consulta se revela de imediato: uma vontade não satisfeita de ser mãe. A autora menciona que não se trata de pacientes graves, e sim de mulheres “comuns”, cuja dificuldade de autonomização em relação às mães passa despercebida à primeira vista. Na consulta, porém, elas propõem à analista a hipótese de que o seu problema vem da mãe, colocando-a no primeiro plano do tratamento analítico. Passam então a descrevê-la como uma mãe muito próxima na infância, a quem a filha buscava satisfazer com todos os seus esforços, e, ao mesmo tempo, alguém de quem a filha depende, mas que é poderosa, dominadora. Essa representação da mãe encontra um reforço na atualidade pela condição da infertilidade, pois quando a mãe é a única a conseguir parir, ela se torna ainda mais onipotente (ibid.).

Faure-Pragier (op. cit.) observa que essas pacientes possuem um espaço de fantasmática estreito, produzindo poucas associações e trazendo poucas lembranças. São pacientes sem história e sem sonhos. Ao lado de uma representação muito onipotente da mãe, que ocupa todo o espaço psíquico da filha, o pai aparece como simples apêndice: ele não é objeto de investimento erótico nem da mãe, nem da filha. Para a autora, o lugar marginal reservado ao pai no psiquismo da filha revela uma falha na triangulação que permite a continuidade do vínculo dual com a mãe. O pai não exerce o papel nem de terceiro separador, nem de suporte de identificação, pois só a mãe é poderosa. Perelson (op. cit.) nota que a redução do pai ao lugar de mero doador anônimo de espermatozoides é, em alguns casos, reveladora a esse respeito.

Ainda de acordo com Faure-Pragier (2001), essa particularidade das relações com as figuras parentais nessas pacientes aponta para um fracasso da constituição do complexo de Édipo, ou, em uma formulação menos radical, para um Édipo não muito organizado (id., 2003). O recalque insuficiente da relação pré-edípica com a mãe, mantém a filha presa a ela em um vínculo homossexual primário, não edípico (id., 1997). Quando a separação não

ocorre, resta a dependência entre mãe e filha, gerando uma ferida narcísica na filha que é causadora de vergonha. Nesse sentido, Faure-Pragier (1997) afirma que essas pacientes se sentem ainda crianças, pois a dependência à mãe as impede de se tornarem adultas. Esse sentimento é ainda agravado pela ocorrência da infertilidade, que as faz se sentirem deficientes frente aos outros e privadas de algo que as constituiria como mulheres.

Cabe lembrarmos que a questão da entrada da menina no Édipo, como foi discutida no capítulo anterior, não se dá por inteiro, deixando-a parcialmente submetida ao vínculo pré-edípico com a mãe. Assim, não se trata de apontar, nesses casos, para o fracasso da saída do vínculo primário com a mãe, pois este nunca é totalmente abandonado por uma mulher. Podemos pensar em uma falha na entrada no complexo de Édipo, que permitiria à filha transitar entre os dois registros, bem como entre os dois objetos, paterno e materno. O que parece faltar nesses casos é a possibilidade dessa passagem, que libertaria a filha do vínculo *exclusivo* com a mãe. Não é à toa que, na clínica, essas pacientes só conseguem se referir a si mesmas através da relação com suas mães, como indicam Faure-Pragier (ibid.) e Perelson (2013).

Faure-Pragier (2001) toma emprestado o termo personalidade “como se” de Helene Deutsch para se reportar a esses casos, pois, para essas pacientes, tudo vai “muito bem” até que surge o sintoma de infertilidade. Entretanto, como indica a autora (id., 2003), a hostilidade que promoveria a separação da filha em relação à mãe pré-edípica está presente, porém, apenas no registro inconsciente. Ocorre que esta hostilidade é conscientemente recusada e, para defender-se dela, a filha fica submissa e devotada à sua mãe. Mas, no inconsciente, o que vigora é uma falha na identificação protetora ao pai, compensada por uma contra-identificação poderosa à mãe: a filha faz de tudo para não se parecer com a mãe, e assim se separar (ibid.). Trata-se do equilíbrio precário entre um impulso à separação inconsciente, associado a uma ambivalência também inconsciente dirigida à mãe, e uma defesa contra a angústia de separação centrada na submissão à dominação materna. Assim, diz Faure-Pragier (2001), a mãe não pode ser objeto da menor agressividade, pois a filha tem medo de machucá-la dizendo o que sente. Mas esse poder destruidor que a filha atribui a si mesma nada mais é que uma compensação para seu sentimento de incapacidade, ligado à impossibilidade de se separar.

Nesse contexto, a vontade de ser mãe aparece carregada de significações inconscientes produzidas a partir da impossibilidade de expressar qualquer hostilidade à própria mãe. A

hostilidade recalcada pode, assim, encontrar vias de descarga (se pensarmos em termos pulsionais) por meio da filha e da criança por ela imaginada ou concebida. Nesse sentido, diversos autores (ARAGÃO, 2004; BYDLOWSKI, 2008; FAURE-PRAGIER, 1997) assumem a hipótese de que abortos espontâneos sucessivos podem estar ligados ao ódio inconsciente que a filha só consegue dirigir ao feto que carrega. O ódio que deveria propiciar a separação entre a filha e sua mãe se torna ameaça de agressão a ela mesma e à criança, produzindo na filha fantasias de ser destruída e de destruir o bebê (FAURE-PRAGIER, 2001).

O lugar impossível ocupado pelo filho a ser gerado fica evidente quando também é dele esperada a resolução para a impossibilidade de separação entre mãe e filha, tornando-se o único terceiro imaginável nessa relação (id., 2003). Ele é o “objeto transformacional” que viria modificar a relação entre a mulher e sua mãe (id., 1997). O filho viria para preencher um vazio, mas, nesse caso, não aquele ligado à castração da mãe, e sim o deixado por essa mãe ao tentar se separar de sua própria mãe. Faure-Pragier (2001; 2003) lembra como é comum que essas mulheres fantasiem que devem confiar seus bebês às suas próprias mães, evitando que estas fiquem “entediadas”. Para Zalcberg (2003), a chegada de um bebê, especialmente uma menina, pode ser tomada pela mulher como oportunidade para se liberar da própria mãe, a quem ainda está aprisionada. Mas essa liberação não ocorre de fato, pelo contrário: a tentativa de oferecer seu bebê à própria mãe em troca de sua liberdade a coloca novamente reunida à própria mãe, de quem na verdade nunca conseguiu se separar.

Nesses casos, a criança da filha é feita inconscientemente para a mãe e também com a mãe, fantasia oculta que pode causar a infertilidade (FAURE-PRAGIER, 2001; 2003). Essa ideia encontra respaldo nas formulações de Piera Aulagnier (1979) sobre a transmissão do desejo de ter filhos, que já apresentamos. A vontade de ser mãe, distinta do desejo de ter filhos, diz respeito à transmissão de um desejo de prolongamento da relação especular com a mãe, em que a interdição do incesto não produz os efeitos desejáveis. A criança, nesse contexto, seria o fruto de uma relação incestuosa entre mãe e filha, realizando o voto de anulação das diferenças de uma geração a outra. Simone Perelson (2013) nos apresenta uma situação clínica exemplar dessa problemática, fruto de um encaminhamento feito por uma médica em um serviço privado de reprodução assistida. Transcreveremos aqui o relato para posterior discussão:

A moça tinha cerca de vinte anos e a procurou [à médica] acompanhada de sua mãe com a demanda de realizar uma inseminação artificial com doador anônimo. Justificava sua demanda afirmando desejar ter precisamente naquele momento um

filho e com a sua concepção de que o projeto de filho e a relação conjugal não se articulam necessariamente. Após o único encontro que tive com a moça, e o embate com os inúmeros questionamentos que esse único encontro causou em mim, dei como retorno à médica a minha avaliação: tratava-se de uma demanda que, a meu ver, não deveria ser atendida, visto haver um risco na mesma, a saber, o de se fazer o instrumento da realização da fantasia incestuosa, no caso, da moça com a sua própria mãe ou da mãe com a sua própria filha. A médica, aliviada com meu retorno, disse, então: “pois é, foi a mesma impressão que tive, a de uma relação incestuosa; apenas não sabia se o incesto já havia ou não sido de fato realizado”. Ao que respondo: “acredito que o que elas lhe pediram foi justamente que o realizasse” (PERELSON, 2013, p. 243-244).

A demanda de uma jovem de engravidar prescindindo de um homem, um par, mesmo quando esta alternativa não está de fato excluída, parece apontar para um processo de exclusão do terceiro entre ela e sua mãe, que, não por acaso, acompanha a filha ao serviço de reprodução assistida, como é costume entre os casais. O homem, com sua diferença, é indesejável entre as duas, por isso é melhor que permaneça anônimo. A demanda de engravidar da filha, formulada ao lado de sua mãe, parece ser a demanda de uma criança que materialize a relação incestuosa entre as duas, como Perelson (ibid.) apontou. Por outro lado, ao endereçar essa demanda ao serviço médico e tê-la negada, como ocorreu, a filha encontrou um recurso separador em relação à mãe. Não haveria nessa demanda um apelo inconsciente a um terceiro que impedisse a efetivação do incesto? Não podemos obter essa resposta, mas a hipótese se baseia na ideia de que a vontade de ser mãe, formulada como defesa contra a angústia de separação em relação à mãe primária, não está livre de ambivalência, mesmo que esta não encontre um lugar de expressão.

Do lado da mãe de uma mulher que quer engravidar, a ambivalência também se coloca como questão. Tratando-se de uma mãe que também não consegue se separar de sua filha, isto é, uma mãe cuja filha tem papel de objeto narcísico para ela, a gravidez da filha também representa uma ameaça: ameaça de separação, pois a fantasia é de que o bebê poderia ser um terceiro; ameaça de perda de seu poder sobre a filha, que lhe dá sustentação narcísica; e ameaça de perda de sua imagem de mãe, pois a filha, a se tornar mãe, poderia tomar-lhe o único lugar fálico possível, já que o pai está excluído. Mas, além do aspecto de ameaça, a gravidez da filha também assume o caráter de uma realização narcísica, desde que não produza nenhuma separação. A filha que não pode se separar só deve se tornar mãe se essa maternidade for vivida como uma continuação da relação incestuosa com a mãe, aplacando as angústias de separação também vividas por ela. Mais uma vez, essa ambivalência não pode ser expressa, sendo muitas vezes compensada por uma extrema devoção da mãe à filha, de quem exige igual entrega.

Assim, a esterilidade da filha surge muitas vezes como solução de compromisso diante de uma relação incestuosa com a mãe – relação que não pode ser rompida, mas, ao mesmo tempo, que causa muito sofrimento (FAURE-PRAGIER, 1997). O bebê impossível de conceber é aquele em que é projetado todo o horror que causa o incesto, bem como a hostilidade que seria dirigida à mãe. Ele é, ao mesmo tempo, a ameaça de permanecer aprisionada no vínculo primário à mãe e a ameaça de destruir esse vínculo. Assim, a vontade de ser mãe leva a filha a buscar uma identificação com uma imagem de mãe fálica, perfeitamente plena, como ela percebeu a sua. Porém, essa identificação é dificultada pela percepção de que ser mãe como a mãe significaria uma maior alienação a ela, o que leva a filha a atacá-la inconscientemente para se sentir um pouco independente (ibid.).

A impossibilidade de expressar sua hostilidade à mãe faz com que esta seja violentamente atacada pela filha em seu inconsciente, tornando o ódio à mãe mortífero para a própria filha pelo incremento pulsional. Segundo Faure-Pragier (ibid.), se a hostilidade à mãe toma uma dimensão mortífera, pode impedir a filha de procriar. O que está em jogo é a impossibilidade de se identificar à mãe quando ela é tão violentamente atacada. Para a autora, somente a tomada de consciência da agressividade recalcada pode permitir a separação, e, logo, a concepção. É preciso que haja uma aceitação da ambivalência frente à mãe para que a filha alcance a posição depressiva, diz ela, ou, nos termos de Winnicott (1950/1955), para alcançar o estágio do concernimento, que permite que o ódio e o amor coexistam na relação com o objeto.

Faure-Pragier (1997; 2001; 2003) nos oferece então uma articulação interessante entre a existência de um espaço de separação e a possibilidade de concepção. Conceber um filho, segundo a autora, exigiria do psiquismo as mesmas capacidades necessárias à concepção de um pensamento original ou uma obra de arte. Essas capacidades não são encontradas nas mulheres inférteis a que ela se refere, impossibilitadas não só de engravidar, mas de produzir sonhos (sempre “breves e crus”) e associações. Ao contrário, seu funcionamento psíquico se caracteriza pela tentativa de controle onipotente sobre sua realidade interna, que se expressa especialmente no *setting* analítico. Faure-Pragier (1997) situa esse impasse em torno de uma incapacidade de suportar qualquer tipo de passividade, pois esta remete à dependência e à submissão à dominação materna. Mais especificamente, há “um movimento de regressão à submissão à mãe onipotente e a luta contra esse desejo pela repressão de toda passividade” (id., 2003, p. 71). Nesse contexto, surge a tendência à atividade, expressa como uma substituição do funcionamento representativo pelas atuações (como a demanda incansável por

tudo tipo de intervenções técnicas para a reprodução assistida), acompanhada de um “narcisismo fálico”, ligado menos à inveja do pênis do que à recusa à passividade (ibid.).

Inspirada em Didier Anzieu⁴⁵, Faure-Pragier (2003) considera que a aceitação passiva de “pensamentos divergentes” é necessária ao surgimento do novo, mas isso também pode se aplicar à aceitação do crescimento de uma criança desconhecida no interior de seu corpo. É preciso aceitar uma certa surpresa que desorganiza as representações anteriores para que surja o novo (ibid.). Nos casos de “inconcepção”, como define a autora, é essa possibilidade que se encontra fora de alcance. Essas pacientes temem o que seria a primeira condição para o trabalho de criação: uma “dissociação parcial” e uma “regressão do Eu, parcial, brusca e profunda” (ibid., p. 73), defendendo-se contra a angústia que esses processos provocariam – angústia de tipo psicótico, ligada à aniquilação, ao despedaçamento, à perseguição. O termo inconcepção assume então um duplo sentido claro:

Conceber uma criança, como conceber um pensamento, supõe a capacidade de abandonar o controle, os princípios conhecidos e o funcionamento ordenado do corpo fisiológico, *para deixar ser produzida no interior de si uma subversão desconhecida, de onde emergirá o novo*: pensamento, obra ou criança (FAURE-PRAGIER, 1997, p. 75).

Ainda segundo Faure-Pragier (2003), a concepção, tanto de um pensamento ou obra, quanto de uma criança, suporia a capacidade de confiar na qualidade do objeto interno, que permite assumir o risco da perda de controle que vem com a expansão dos limites narcísicos. Aqui, a autora se aproxima da discussão que desenvolvemos no início desse capítulo, a respeito da reorganização psíquica que a experiência da gravidez provoca na mulher. Bydlowski (2001) ressaltou como a existência de um bom objeto interno é fundamental para que a mulher não viva a experiência da gravidez de maneira persecutória. Essa é a condição para que uma nova configuração narcísica se instaure – um narcisismo englobante, nos termos de Aragão (2004) – permitindo que a criança seja acolhida pelo psiquismo da mãe. Mas, acima de tudo, a possibilidade de conceber supõe um reencontro possível com as representações sobre a mãe pré-edípica, algo que parece se tornar insuportável para certas mulheres.

Nesses casos, diz Faure-Pragier (2003), falta a distância que marca a separação, que favoreceria o espaço do brincar e da criatividade, espaço equivalente ao lugar de concepção. Para a autora (id., 2001), a mãe ocupa sozinha o espaço psíquico dessas mulheres, impedindo

⁴⁵ *Le corps de l'oeuvre*, 1981.

a concepção. É preciso que um vazio psíquico duplique o vazio uterino para que o espaço de concepção se libere (FAURE-PRAGIER, 2003). Este vazio remete a autora “ao espaço transicional, à capacidade de rêverie da mãe, à possibilidade de estar só em sua presença, a tudo que condiciona a separação entre mãe e filha” (ibid., p. 72). A associação feita pela autora entre o espaço psíquico de concepção e o espaço transicional nos parece interessante e merecedora de maior desenvolvimento.

O espaço transicional, ou espaço potencial, como referido por Winnicott (1971), não é nem o espaço interno, nem o espaço externo; ele é um espaço intermediário, criado a partir do objeto e ligado ao uso que se faz dele. Esse espaço se constitui ao final da fase de fusão ao objeto, em que este passa a ser repudiado como não-Eu. Trata-se do momento em que o bebê passa a separar a mãe de seu Eu e ela começa a sair do estado de preocupação materna primária. Esse momento, que poderia ser definido apenas como um momento de separação, se revela, para Winnicott, mais complexo. O autor considera que, “com seres humanos, não pode haver separação, apenas uma ameaça dela” (ibid., p. 150), ideia que pode ser associada à capacidade de estar só, que só pode ocorrer a partir da presença materna. Não há separação total, assim como não se fica totalmente só, porque o espaço da separação equivale ao espaço potencial, que, no mesmo ato de constituir-se, é preenchido pelo bebê com a experiência do brincar. Quanto maior tiver sido a confiança no objeto, ligada à experiência de um ritmo reassegurador nos cuidados maternos, maior será o espaço potencial para o bebê.

Na experiência do bebê (da criança pequena, do adolescente e do adulto) mais afortunado, a questão da separação não surge no separar-se, porque, no espaço potencial existente entre o bebê e a mãe, aparece o brincar criativo que se origina naturalmente do estado relaxado. É aqui que se desenvolve o uso de símbolos que representam, a um só e mesmo tempo, os fenômenos do mundo externo e os fenômenos da pessoa individual que está sendo examinada. (...) A confiança do bebê na fidedignidade da mãe e, portanto, na de outras pessoas e coisas, torna possível uma separação do não-Eu a partir do Eu. Ao mesmo tempo, contudo, pode-se dizer que a separação é evitada pelo preenchimento do espaço potencial com o brincar criativo, com o uso de símbolos e com tudo que acaba por se somar a uma vida cultural (WINNICOTT, ibid., p. 151).

A partir dessa leitura, depreendemos que a possibilidade de usar símbolos que ocupem o espaço deixado pela separação em relação à mãe garante que esse espaço se torne fértil para a aquisição de objetos substitutivos, permanecendo, portanto, sempre preenchido. Não é o caso do espaço psíquico de certas mulheres que não conseguem se liberar da relação exclusiva com a mãe pré-edípica. Nesses casos, o espaço psíquico está ocupado por um objeto único, insubstituível, cuja presença aplaca a angústia de separação, mas aprisiona e causa sofrimento. A separação em relação à mãe, sempre parcial, pode deixar como herança o desejo de ter

filhos na medida em que consiga capacitar a criança a investir eroticamente em outros objetos. O desejo de um filho é o desejo do novo, da diferença, de uma relação em que está inscrita definitivamente a marca da perda do objeto primário. Já a vontade de ser mãe, ao não comportar essa marca, se depara com a impossibilidade psíquica de investir novos objetos, pois estes não encontram um espaço fecundo que os acolha.

Com Winnicott, aprendemos que o espaço de separação entre mãe e filha só pode ser sustentado se ali se constituir um espaço de criação – criação que pode se dar a partir de uma infinidade de objetos, vindo a produzir seja uma forma de pensar criativa, uma obra de arte ou até um filho. A criança é um entre tantos objetos que podem ocupar o espaço potencial da mulher, nascendo a partir dele. A capacidade de desejar filhos e concebê-los se aproxima, portanto, da capacidade de brincar, de criar subjetivamente um objeto que está na realidade externa, o que só se torna possível a partir da confiança em um bom objeto interno. Para ter um filho é preciso ter a tranquilidade de que a imagem interna da mãe não é só ameaçadora, mas também protetora, garantia de que é possível aceitar a subversão trazida pelo novo. Conceber um filho é um ato de criação, possível apenas no espaço conquistado pela separação entre mãe e filha.

Conclusão

Procuramos demonstrar, ao longo desses três capítulos, que a possibilidade de separação entre mãe e filha, sempre parcial, é indispensável tanto à criação de uma feminilidade para a filha quanto à constituição de um espaço psíquico que permita a concepção. Consideramos que o fio condutor que nos guiou ao longo desse percurso foi a questão da ambivalência – tanto a ambivalência infantil, quanto a ambivalência materna – e seu papel fundamental à separação entre mãe e filha. Para concluir nosso trabalho, cabe retomarmos o que já foi discutido a respeito dessa combinação de amor e ódio na relação com o objeto, ressaltando como esse conceito permeia a nossa compreensão sobre a problemática da separação. Mas, para não nos limitarmos a uma repetição do que já foi discutido, mesmo que a partir de uma perspectiva que contribua para um maior esclarecimento do tema, propomos ainda fazer uma breve apresentação sobre a noção de ambivalência na psicanálise. Assim, pretendemos deixar mais evidente a leitura que privilegiamos para essa noção, agregando sentido ao que foi discutido até agora.

Desde o primeiro capítulo, em que apresentamos as formulações que conduziram Freud à descoberta da importância da relação pré-edípica da menina com a mãe, a questão da ambivalência se mostrou central. Quando Freud (1931; 1933) se depara com o enigma a respeito do motivo que levaria à separação entre a filha e a mãe, ele oscila em atribuir esse acontecimento à inveja do pênis ou à ambivalência infantil, característica das primeiras fases da vida erótica. Nesse contexto, nosso esforço foi o de demonstrar que a ambivalência infantil constitui uma explicação mais esclarecedora sobre o afastamento da filha, opção também adotada por Serge André (2011) e Jacques André (1994). A hostilidade dirigida pela filha à mãe, assim, estaria ligada à existência de uma relação exclusiva e muito intensa entre as duas, para a qual a filha só encontra saída dessa maneira. Serge André (*ibid.*) recorda que, na relação pré-edípica entre mãe e filha, há uma disputa em torno do lugar do objeto, sendo a posição ativa diante da mãe o recurso de que a filha dispõe para passar do lugar de objeto ao de sujeito, separando-se. Este autor faz uma equivalência entre esse impulso ativo presente na menina e um desejo de separação, que preferimos então chamar de impulso à separação, por não se tratar propriamente de desejo. Coloca-se, assim, a necessidade de articulação entre a ambivalência, enquanto coexistência dos sentimentos de amor e ódio dirigidos à mãe, e esse impulso à separação.

As referências freudianas à noção de ambivalência não são abundantes e estão frequentemente vinculadas ao estudo da neurose obsessiva. Laplanche e Pontalis (2001) nos oferecem uma breve apresentação das formulações de Freud e de outros autores a esse respeito. De acordo com os autores, as primeiras referências feitas por Freud à existência de sentimentos de amor e ódio dirigidos à mesma pessoa aparecem nos casos do Pequeno Hans (1909) e do Homem dos Ratos (1909). Em 1912, em “A dinâmica da transferência”, o termo ambivalência aparece pela primeira vez referindo-se à conjunção de disposições afetivas opostas por parte de alguns pacientes na clínica. Em “Totem e tabu” (1913), Freud fala da ambivalência característica dos povos primitivos, ligada à constituição da interdição do incesto. Laplanche e Pontalis (2001) mencionam o texto “Pulsões e destinos da pulsão” (1915b) sem desenvolvê-lo, mas é nele que consideramos estar a contribuição mais importante de Freud ao tema da ambivalência, por abordá-la em sua vertente constitucional, desvinculada de patologia.

Nesse artigo de 1915, Freud deixa claro que a ambivalência amor-ódio não é originária para o psiquismo, sendo a sua pré-história coincidente com a pré-história do Eu. Em uma etapa que o autor chama de narcísica, anterior à etapa objetal, todos os investimentos estão voltados para o Eu e o mundo exterior é indiferente. Freud não menciona esse aspecto, mas trata-se menos do Eu como instância isolada do que de um par indiferenciado Eu-objeto, em que o Eu da criança também engloba a mãe-objeto. O aporte de estímulos por parte do objeto faz com que esse Eu primordial tenha que proceder a um encaminhamento desses estímulos: nesse momento, a oposição prazer-desprazer fundamenta a separação entre o que será introjetado ao Eu (Freud toma emprestado o termo de Ferenczi) e o que será expulso do Eu. A partir de então, será constituído um Eu calcado no prazer, enquanto o desprazer se associa ao objeto. A emergência das relações do Eu com o objeto está ligada à associação entre prazer e amor e entre desprazer e ódio. Mas é preciso retornarmos um pouco nesses desenvolvimentos para afirmar essa associação.

Freud (ibid.) considera que o amor e o ódio têm origens diversas e cada um passou por um desenvolvimento antes de se apresentarem com um par de sentimentos opostos. Para ele, o amor se relaciona com as pulsões sexuais desde seus primórdios, emergindo delas. Na oralidade, o amor se apresenta como uma meta de incorporar e devorar, mesmo que isso implique no desaparecimento do objeto, mostrando uma espécie de ambivalência precoce. Na organização sádico-anal, surge um ímpeto de apoderamento do objeto igualmente indiferente ao dano que lhe possa causar. Apenas a partir da organização genital que o amor se torna o

oposto do ódio, assim distintos. Já o ódio, Freud considera mais antigo que o amor em sua relação com o objeto. Sua primeira forma de aparição está no repúdio ao mundo por parte do Eu narcísico, depois modificado em desprazer provocado pelo objeto. Por se tratar de um texto anterior à formulação do segundo dualismo pulsional, em 1920, Freud atribui ao ódio uma proximidade com as pulsões de autoconservação, também chamadas por ele de pulsões do Eu. Assim, o par de opostos prazer-desprazer, ligado às pulsões sexuais e às pulsões do Eu, é o precursor da ambivalência amor-ódio, que surge com a emergência do Eu.

Nesse contexto, retomamos as contribuições de André Green (1966-1967; 1993) apresentadas no início do capítulo 2 para sustentar que, na base da ambivalência entre amor e ódio, o dualismo que encontramos é entre pulsões de vida e pulsão de morte. Green, através do conceito de trabalho do negativo, propõe que a pulsão de morte atua na constituição do Eu desde seus primórdios, através da excorporação, passando por todas as formas de organização libidinal, até promover o recalque da relação incestuosa com as figuras parentais no Édipo. Enlaçando-se a ela, devem surgir as pulsões de vida, para que o desligamento promovido pelo trabalho do negativo, efetuado pela pulsão de morte, não se torne mortífero para o próprio Eu. A partir desse enlaçamento, as pulsões de vida poderão atuar ao lado das pulsões de morte no psiquismo infantil, permitindo que a criança estabeleça vínculos ternos e hostis com seus objetos. A contribuição de Green nos ajuda a compreender que o impulso à separação em relação ao objeto existente na criança é contemporâneo da pulsão, pois é uma vertente da pulsão de morte. Somente depois, esse impulso poderá se apresentar como sentimento de ódio em relação ao objeto, supondo que já tenham sido estabelecidas relações objetais com objetos totais. Temos, portanto, uma articulação entre o impulso à separação, indicado por Serge André (2011), e a hostilidade que faz parte da ambivalência, sendo esta um desdobramento do primeiro. Além disso, do fato de que a separação em relação ao objeto, através de seu desinvestimento, está ligada à pulsão de morte, e não às pulsões do Eu, decorre que o enlaçamento insuficiente às pulsões de vida pode levar ao desinvestimento do próprio Eu.

A distinção entre um momento em que a ambivalência já está presente e outro momento, anterior, em que as pulsões de vida se mesclam à pulsão de morte na relação com objetos parciais, nos remete à teoria de Karl Abraham, referida por Laplanche e Pontalis (2001). Segundo esta teoria, haveria uma fase pré-ambivalente, uma fase ambivalente e outra fase pós-ambivalente na relação com os objetos. Para ele, a fase oral seria dividida em duas etapas, sendo a primeira pré-ambivalente, por haver incorporação sem destruição do objeto, e a segunda ambivalente, oral-sádica. A fase anal manteria a ambivalência e a fase genital seria

considerada pós-ambivalente. Mesmo que o ponto de vista do autor sobre a fase pré-ambivalente não seja consoante com o nosso, nem mesmo com o de Freud, para quem o ódio é mais antigo que o amor, concordamos com a existência de uma fase pré-ambivalente e de uma ambivalente. Mas como se daria a resolução da ambivalência que permitiria a existência de uma fase pós-ambivalente? Laplanche e Pontalis (2001) afirmam que, na teoria de Abraham, a ambivalência deve ser superada na fase genital, quando se aprende a preservar o objeto de sua destruição. Por outro lado, observamos Freud (1915b) afirmar que amor e ódio “com frequência se dirigem simultaneamente ao mesmo objeto” (p. 157). Laplanche e Pontalis (op. cit.) lembram ainda que a teoria freudiana sobre o complexo de Édipo supõe que este é fundamentado no amor e no ódio dirigidos à mesma pessoa, sendo a formação sintomática uma tentativa de encaminhar esse conflito. Assim, parece que Freud não assume uma posição definitiva quanto à possibilidade de sustentação da ambivalência em relação ao objeto a partir do Édipo.

Como vimos no capítulo 1, Freud (1931) considera que o menino pode se desembaraçar dos sentimentos hostis pertencentes à sua ambivalência infantil endereçando-os ao pai, para, assim, preservar a mãe como objeto. A questão que permanece não respondida é: como a menina encontra resolução para sua ambivalência infantil? Freud diz que ela não pode voltar a hostilidade ao pai e preservar a mãe como objeto, pois ela precisa eleger o pai como objeto para encontrar o caminho da feminilidade. No capítulo 2 de nosso trabalho, vimos que a menina não pode fazê-lo não porque deseja trocar de objeto, mas porque a hostilidade tem importante papel em garantir que a filha não fique aprisionada na relação exclusiva com a mãe. Mas o ódio que separa também precisa encontrar um limite, ao preço do apagamento radical da mãe pré-edípica e da decorrente angústia de separação.

Propomos, a partir dessas premissas, que, assim como a menina entra em parte no Édipo e permanece em parte fora dele e é em parte castrada e em parte não, ela encontra uma solução possível para sua ambivalência dirigindo parte de sua hostilidade para a mãe e parte para si mesma. Assim, ela consegue, ao mesmo tempo, garantir um espaço de separação e preservar parte do vínculo de ternura com a mãe. Trata-se de um equilíbrio custoso, mas que evita um custo ainda maior: seja o de dirigir toda a hostilidade à mãe, perdendo-a e defrontando-se com a angústia de separação, seja o de voltar toda a hostilidade para si, em um movimento de auto-aniquilação. Trata-se, é preciso ressaltar, de um ataque que é feito ao objeto e ao Eu na fantasia, pois a passagem ao ato indicaria justamente a existência de um excesso que não pôde ser encaminhado. É preciso ainda pontuar que essa solução não é

universal, pois o direcionamento do ódio para o Eu pode assumir várias medidas, bem como encontrar outros objetos. Já o ódio à mãe precisa encontrar lugar, em alguma medida, pois ele garante que a filha não se perca em um amor que se confunde com o amor por si mesma.

Assim, não há resolução para a ambivalência feminina que exclua o endereçamento de parte da hostilidade da filha para a mãe, ao lado da ternura, condição para que haja uma separação, mesmo que sempre parcial. Se aceitarmos essa hipótese, teremos aceito a ideia de que a separação entre mãe e filha é sempre um processo atual, inacabado e que exige constantes atualizações, não para a conquista de maior espaço, mas para manter um espaço suficientemente bom entre as duas, evitando que a hostilidade pese sobre alguma das partes. Essa hipótese nos ajuda a compreender o que se passa na clínica, quando nos deparamos com diversas mulheres equilibrando-se entre o ódio à mãe e a culpa por esse sentimento, equivalente ao ódio por si mesma. A frequência com que essa observação é feita indica que o equilíbrio do ódio entre a mãe e o Eu não é um encaminhamento raro da ambivalência entre as mulheres. Mas mesmo que esse equilíbrio nunca esteja totalmente assegurado, cabe questionarmos o que o torna, em alguma medida, possível.

Winnicott (1963b) aborda a questão da ambivalência de uma maneira inovadora em relação a Freud, promovendo uma articulação entre impulsos agressivos, impulsos eróticos e sentimento de culpa que pode nos ser útil. Devemos lembrar que Winnicott não acompanhou Freud em sua formulação da pulsão de morte, mas, apesar disso, ele considera a necessidade de haver uma fusão entre os impulsos eróticos e os agressivos, assim como Freud falou do necessário enlaçamento entre pulsões de vida e pulsão de morte. Todavia, deve-se levar em conta a diferença de que, para Winnicott, o indivíduo tende ao amadurecimento, enquanto, para Freud, a pulsão de morte estabelece uma tendência fundamental à ausência de tensão. Tentaremos extrair o que nos interessa do pensamento de Winnicott sem adentrar nessa discussão, que ultrapassa em muito o escopo de nosso trabalho. Porém, interessa-nos reafirmar a relevância da pulsão de morte para a compreensão dos processos psíquicos, especialmente da separação, como atestam as contribuições de Green (1993) sobre o trabalho do negativo.

Retornando a Winnicott, encontramos a ideia de que a ambivalência amor-ódio não é encontrada nos estágios iniciais do psiquismo, sendo precedida pela existência de uma agressividade sem intenção, ligada à motilidade, um movimento ativo de descoberta do mundo. A mãe ainda não existe para o bebê, então, assim como a agressividade ainda não é

dirigida a ela, o amor também não – trata-se mais de um “amor-de-boca” (WINNICOTT, 1950-1955). Já abordamos a questão da agressividade em sua relação com o impulso à separação no capítulo 2. Vimos que esse impulso existe na criança desde os primórdios, mas que a ambivalência amor-ódio só poderá surgir com a integração do Eu e o decorrente surgimento do objeto total. Interessa-nos destacar na obra de Winnicott, nesse momento, como o amor e o ódio podem se articular em uma situação de saúde, o que, para nós, equivaleria também à manutenção de um espaço de separação suficientemente bom entre mãe e filha.

Em “O desenvolvimento da capacidade de se preocupar” (1963b), Winnicott fala de como o bebê, ao dirigir impulsos agressivos e eróticos para um mesmo objeto, a mãe, tem a possibilidade de integrá-los, constituindo uma atitude ambivalente. Mas não basta que a mãe acolha esses impulsos por parte do bebê para que haja a integração: é preciso que, além de sobreviver aos seus ataques eróticos e agressivos, a mãe aceite a contribuição que o bebê irá oferecer para repará-la. Com essa reparação, o bebê encontra uma forma de lidar com a ansiedade causada pela sensação de que destruiu o objeto amado. “A ansiedade tolerada desde modo se torna alterada em sua qualidade e se torna sentimento de culpa” (WINNICOTT, *ibid.*, p. 73). A repetição dessa experiência estabelece um ciclo benigno para o bebê, gerando a confiança necessária para que esse sentimento de culpa se transforme em “preocupação”⁴⁶, permitindo ao bebê se responsabilizar por seus impulsos eróticos e agressivos.

A partir dos casos clínicos relatados nesse artigo, Winnicott chega à conclusão de que a aceitação dos impulsos agressivos e a aceitação da reparação por parte da mãe são igualmente fundamentais ao desenvolvimento da capacidade de se preocupar. Mais do que isso, é a possibilidade de expressar sua agressividade que permite ao bebê dar sentido ao gesto construtivo da reparação, pois, sem ela, esse gesto é “falso” (*ibid.*). Consideramos que essas formulações nos permitem aproximar o gesto de reparação a uma expressão de amor, de onde inferimos que o amor só pode ser sentido como tal diante da possibilidade de expressão do ódio. Somente pela expressão de seus impulsos agressivos ao objeto a criança poderá conhecer e assumir responsabilidade sobre sua destrutividade, fazendo com que os investimentos amorosos ocupem um lugar verdadeiro, não de encobrir a agressividade que não tem lugar de expressão.

⁴⁶ É importante notar que o termo inglês traduzido aqui é *concern*, não *worry*.

Assim, quando falamos do encaminhamento da ambivalência infantil da menina, é fundamental lembrarmos que o ódio precisa encontrar um lugar de expressão para que a ternura vivida na relação pré-edípica com a mãe também encontre. Essa ideia enriquece nossa hipótese anterior, segundo a qual a filha pode encontrar uma solução para sua ambivalência equilibrando-se na hostilidade à mãe e a si mesma, isto é, impedindo que o ódio destrua uma das partes. O ódio deve ceder espaço ao amor e vice-versa, não apenas porque o ódio sozinho é mortífero, mas porque sua coexistência com o amor na relação com um mesmo objeto revela a confiabilidade desse amor. Em “O ódio na contratransferência” (1947) Winnicott esclarece essa questão ao afirmar que o analista deve ser capaz de oferecer seu ódio ao paciente antes mesmo de seu amor, e que o ódio do analista é muitas vezes buscado pelo paciente. No caso de crianças sobreviventes da guerra, ele observa tratar-se de fato comum, parecendo que essas crianças só conseguem se sentir verdadeiramente amadas se puderem também ser objetivamente odiadas (ibid.).

Nesse sentido, é a mãe quem deve assegurar esse lugar de expressão para a hostilidade da criança, permitindo a sua separação, mas também deve encontrar um lugar para o seu ódio pela criança. Essa ideia nos reaproxima ao ponto de vista intersubjetivo defendido por Jacques André (1994), segundo o qual cabe estabelecermos que não só a ambivalência infantil, mas também a ambivalência materna tem papel no processo de separação. Foi essa proposta que fizemos ao final do capítulo 1 e procuramos concretizar ao longo do capítulo 2, estabelecendo as distinções entre a ambivalência da mãe em relação a um filho ou a uma filha. Nesse sentido, as contribuições de Claude Le Guen (1997) foram fundamentais ao atribuírem à mãe maior ambivalência na relação com uma filha do que com um filho. Para o autor, essa diferença se coloca pela identidade de sexos entre mãe e filha, que provoca uma identificação narcísica na mãe, enquanto o filho, mais protegido pela diferença que carrega, traz satisfação narcísica para ela. Partindo das contribuições de Le Guen (ibid.) poderíamos supor que a mãe tem mais dificuldade de encaminhar sua hostilidade quando se trata de uma filha do que de um filho, assim como uma menina tem mais dificuldade para isso do que um menino. Porém, não abordaremos essa questão sob o viés da dificuldade, e sim do papel facilitador da ambivalência materna para a separação.

Para isso, daremos um passo atrás nesse raciocínio, para nos determos no fato de que uma mãe sempre dedica a sua criança, ao lado do amor, uma parcela de ódio. Winnicott (1947) lembra que, se a criança não expressa ódio pela mãe antes da integração de seu Eu, e sim um amor impiedoso, sem preocupação, esse não é o caso da mãe: ela odeia seu bebê

desde o início. De acordo com o autor, a mãe tem uma série de motivos para odiar seu bebê desde o início, dos quais citaremos apenas alguns:

O bebê é um perigo para o seu corpo durante a gestação e o parto.

O bebê interfere com a sua vida privada, é um obstáculo para a sua ocupação anterior.

Mais ou menos intensamente, a mãe sente que o bebê é algo que a sua própria mãe deseja, e ela o produz para aplacá-la.

O bebê machuca os seus mamilos mesmo quando suga, o que inicialmente implica em mastigação.

Ele é impiedoso, trata-a como lixo, uma serva sem pagamento, uma escrava (WINNICOTT, 1947, p. 286).

Entretanto, “a mãe deve ser capaz de tolerar o sentimento de ódio contra o bebê sem fazer nada a esse respeito” (p. 286), o que significa que ela não pode expressá-lo para ele, sob pena de produzir uma intrusão que não permita ao bebê se sentir confiante para continuar a agredir seu ambiente-mãe. Assim, a ambivalência materna, diante de um Eu infantil ainda não integrado, deve encontrar uma solução para que o ódio da mãe pelo bebê não seja dirigido a ele. Se tudo correr bem, a criança poderá, depois, expressar um ódio verdadeiro pela mãe, no contexto de uma relação entre o Eu e o objeto, e, aos poucos, o ódio da mãe também terá um lugar possível nessa relação.

No caso do vínculo entre uma menina e sua mãe, a dificuldade de separação, de ambas as partes, faz com que a ambivalência se mostre uma característica persistente. Não se trata, a nosso ver, de uma impossibilidade de dar uma resolução para o ódio, mas da função que o ódio assume de assegurar um espaço suficientemente bom entre mãe e filha. É o ódio, como expressão de um movimento de separação de uma parte a outra, que impede que a ternura dos primeiros tempos, somada à identificação narcísica entre mãe e filha, aprisione as duas em uma relação exclusiva e incestuosa. O ódio não só dá sentido à expressão da ternura, como mostrou Winnicott (1963b), como garante que haja um espaço em que a ternura possa existir entre as duas.

Esse foi o espaço a que também nos referimos no capítulo 3 como o espaço de concepção. Para que esse espaço exista, é preciso que o ódio da filha à mãe possa se expressar ao lado do amor, promovendo uma separação. Vimos que, nos casos em que não existe expressão possível de hostilidade da filha à mãe, o ódio permanece inconsciente, restando apenas uma relação de submissão da filha à dominação materna, expressão de um amor mortífero. Na ausência de um espaço de separação, que permita a coexistência do amor e do ódio, falta também o espaço para a criação de novos investimentos, de objetos substitutivos e

– como mostra Winnicott (1971) – do brincar. Faure-Pragier (1997, 2003) propõe que o espaço potencial, como espaço de criação e do brincar, é o espaço de concepção por excelência, seja de um pensamento, de uma obra ou de um filho. Desejar um filho e concebê-lo supõe, assim, a possibilidade de aceitar a ambivalência das relações, aceitar que nenhum amor é perfeito, nem o amor de uma mulher por sua mãe, nem o amor dela por seu filho ou filha.

Trata-se de um trabalho de elaboração que deve ser realizado de uma geração a outra, permitindo que a herança transmitida seja a de um amor possível, de um amor que não só suporta o ódio, mas se beneficia dele para se tornar mais verdadeiro. O vínculo entre uma mãe e uma filha, por promover de maneira tão especial o amor narcísico, pode ser especialmente beneficiado pela existência de um espaço para a hostilidade e para a diferença, permitindo assim a constituição de um espaço para o amor objetal. A existência desse espaço depende de uma separação possível entre mãe e filha, condição para a concepção de um filho, para a concepção do novo. Freud não se deu conta do alcance da questão da ambivalência, mas a hostilidade da filha em relação à mãe não só promove a possível separação entre as duas, como também é condição para a sobrevivência da ternura da relação pré-edípica, essencial para que a filha possa se tornar mãe.

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, R.O. “Narcisismo materno e criação do espaço psíquico para o bebê” In: ARAGÃO, R.O. (org.) *O bebê, o corpo e a linguagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- ALONSO, S.L. “A filha não suficientemente boa” In: ALONSO, S.L., BREYTON, D.M. & ALBUQUERQUE, H.M.F.M. (orgs.) *Interlocuções sobre o feminino na clínica, na teoria, na cultura*. São Paulo: Escuta, 2008.
- ANDRÉ, J. “La théorie de Freud” In: *La sexualité féminine*. Paris: PUF, 1994.
- ANDRÉ, J. “Introduction, l’empire du même” In: ANDRÉ, J. (org.) *Mères et filles: la menace de l’identique*. Paris: PUF, 2003.
- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- AULAGNIER, P. *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- AULAGNIER, P. “Nascimento de um corpo, origem de uma história” *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, vol. II, nº3, 1999, p. 9-45.
- BALESTRIERE, L. *Freud et la question des origines*. Bruxelas: De Boeck, 2003.
- BYDLOWSKI, M. “Le regard intérieur de la femme enceinte, transparence psychique et représentation de l’objet interne”, *Devenir*, 2001/2 Vol. 13, p. 41-52.
- BYDLOWSKI, M. “La crise parentale de la première naissance: l’apport de la psychopathologie”, *Informations sociales*, 2006/4 n° 132, p. 64-75.
- BYDLOWSKI, M. *Les enfants du désir: destins de la fertilité*. Paris: Odile Jacob, 2008.
- BYDLOWSKI, M.; GOLSE, B. “De la transparence psychique à la préoccupation maternelle primaire. Une voie de l’objectalisation”, *Le Carnet PSY*, 2001/3 n° 63, p. 30-33.
- ELIACHEFF, C.; HEINICH, N. *Mães-filhas: uma relação a três*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FAURE-PRAGIER, S. *Les bébés de l’Inconscient: le psychanalyste face aux stérilités féminines aujourd’hui*. Paris: PUF, 1997.
- FAURE-PRAGIER, S. “Que reste-t-il de leurs amours? Séparation mère-fille et conception”, *Revue française de psychanalyse*, 2001/2 Vol. 65, p. 409-424.
- FAURE-PRAGIER, S. “Défaut de transmission du maternel. Absence de fantasme, absence de conception?”. In: ANDRÉ, J. (org.) *Mères et filles: la menace de l’identique*. Paris: PUF, 2003.

- FREUD, S. (1893-1895) “Estudos sobre a histeria”, vol. II. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____ (1950 [1895]) “Projeto para uma psicologia científica”, vol. I, *ESB*.
- _____ (1905 [1901]) “Fragmento da análise de um caso de histeria”, vol. VII, *ESB*.
- _____ (1905) “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, vol. VII, *ESB*.
- _____ (1908) “Sobre as teorias sexuais das crianças”, vol. IX, *ESB*.
- _____ (1914) “À guisa de introdução ao narcisismo” In: *Escritos sobre a psicologia do Inconsciente, vol I*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- _____ (1915a) “Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença”, vol. XIV, *ESB*.
- _____ (1915b) “Pulsões e destinos da pulsão” In: *Escritos sobre a psicologia do Inconsciente, vol I*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- _____ (1919a) “Uma criança é espancada”, vol. XVII, *ESB*.
- _____ (1919b) “O estranho”, vol. XVII, *ESB*.
- _____ (1920) “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, vol. XVIII, *ESB*.
- _____ (1921) “Psicologia de grupo e a análise do ego”, vol. XVIII., *ESB*.
- _____ (1923a) “O Eu e o Id” In: *Escritos sobre a psicologia do Inconsciente, vol. III*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.
- _____ (1923b) “A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade”, vol. XIX, *ESB*.
- _____ (1924) “A dissolução do Complexo de Édipo”, vol. XIX, *ESB*.
- _____ (1925) “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”, vol. XIX, *ESB*.
- _____ (1931) “Sexualidade feminina”, vol. XXI, *ESB*.
- _____ (1933 [1932]) “Conferência XXXIII: Feminilidade”, vol. XXII, *ESB*.
- _____ (1937) “Análise terminável e interminável”, vol. XXIII, *ESB*.
- _____ (1938) “Esboço de psicanálise”, vol. XXIII, *ESB*.
- GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GREEN, A. (1966-1967) “Narcisismo primário: estrutura ou estado?” In: *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.
- GREEN, A. (1980) “Passions et destins des passions. Sur les rapports entre folie et psychose” In: *La folie privée: psychanalyse des cas-limites*. Paris: Gallimard, 1990.
- GREEN, A. (1981) “Édipo, Freud e nós” In: *O desligamento: Psicanálise, Antropologia e Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GREEN, A. (1986) “O trabalho do negativo” In: *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GREEN, A. (1988) “Seminário sobre o trabalho do negativo” In: *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

- GREEN, A. (1993) *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GREEN, A. (2002) *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- HORNSTEIN, L. (1986). “Diálogo con Piera Aulagnier”. In: L. HORNSTEIN et al. *Cuerpo, historia, interpretación*. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- KHEL, M.R. “Freud, a feminilidade e as mulheres”. In: *Deslocamentos do Feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- LABAKI, M.E.P. “Ter filhos é o mesmo que ser mãe?” In: ALONSO, S.L., BREYTON, D.M. & ALBUQUERQUE, H.M.F.M. (orgs.) *Interlocuções sobre o feminino na clínica, na teoria, na cultura*. São Paulo: Escuta, 2008.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. “Ambivalência” In: *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LE GUEN, C. “O engodo feminino do masoquismo ordinário”. *Percurso*, 18:5-24, São Paulo, 1997.
- LE NESTOUR, A. “Quelques réflexions sur les relations précoces entre mère et bébé fille”. In: ANDRÉ, J. (org.) *Mères et filles: la menace de l’identique*. Paris: PUF, 2003.
- MOREL, G. *La loi de la mère: essai sur le sinthome sexuel*. Paris: Economica, 2008.
- PERELSON, S. “Psicanálise e medicina reprodutiva: possíveis colaborações e indesejáveis armadilhas” *Psicologia USP*, São Paulo, v. 24, n. 2, Aug. 2013.
- RACAMIER, P-C. *Le génie des origines: psychanalyse et psychoses*. Paris: Éditions Payot, 1992.
- REJANI, M.I. “A relação mãe e filha: o feminino barrado” In: ALONSO, S.L., BREYTON, D.M. & ALBUQUERQUE, H.M.F.M. (orgs.) *Interlocuções sobre o feminino na clínica, na teoria, na cultura*. São Paulo: Escuta, 2008.
- RIBEIRO, M. *Infertilidade e reprodução assistida: desejando filhos na família contemporânea*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- SQUIRES, C. “Et si c’est une fille?” In: ANDRÉ, J. (org.) *Mères et filles: la menace de l’identique*. Paris: PUF, 2003.
- STERN, D. N. *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- WINNICOTT, D.W. (1945) “Desenvolvimento emocional primitivo”. In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

- WINNICOTT, D.W. (1947) “O ódio na contratransferência” In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D.W. (1950/1955) “A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional”. In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D.W. (1956) “A preocupação materna primária” In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D.W. (1963a) “Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo”. In: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- WINNICOTT, D.W. (1963b) “O desenvolvimento da capacidade de se preocupar”. In: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- WINNICOTT, D.W. (1967) “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D.W. (1971) “O lugar em que vivemos”. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- ZALCBERG, M. *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ZORNIG, S.M.A-J. “Tonar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade” *Tempo Psicanalítico*, 42.2:553-470, Rio de Janeiro, 2010.